

LIVRO DE ATAS Nº 20

Servirá este Livro, cujas folhas são numeradas seqüencialmente, para que sejam lavradas as atas de sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba, a partir de primeiro de janeiro de 2011.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretária, assino com o Senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 01 de janeiro de 2011.

VEREADORA ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

VEREADOR MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

Ata da Sessão Solene Especial de Posse da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às onze horas do dia primeiro de janeiro de dois mil e onze, conforme comunicado pelo Presidente da Câmara na sessão ordinária de dezesseis de dezembro de dois mil e dez; em atendimento ao art. 34, § 3º, da Lei Orgânica Municipal, bem como ao art. 24, § 2º, do Regimento Interno; reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Agildo José dos Reis, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis; ausente os Vereadores Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo Sr. Presidente em exercício, Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, que solicitou à Secretária “ad hoc”, Vereadora Alinéa Cristina Lamas, que procedesse a leitura do Termo de Posse da Mesa Diretora da Câmara Para o Biênio 2011/2012, eleita em onze de novembro de dois mil e dez. Em seguida, o Termo de Posse foi assinado pelos Vereadores presentes, após o que a Mesa Diretora do biênio 2011/2012 (dois mil e onze e dois mil e doze) ficou oficialmente empossada, entrando imediatamente em exercício, com a seguinte composição: Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, Presidente da Câmara; Vereadora Alinéa Cristina Lamas, Secretária; e Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Suplente de Secretária. Registre-se que a Vereadora Alinéa Cristina Lamas, Secretária da Mesa, ocupou o mesmo cargo no biênio anterior e, portanto, provem de reeleição. Dada a palavra livre pelo Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, pronunciaram-se agradecendo o ex-Presidente, Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, e em congratulações com a nova Presidência, os Vereadores Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. O Vereador Agildo José dos Reis congratulou-se com a nova Presidência da Câmara. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes falou sobre a responsabilidade que se deve ter no exercício da vereança e da Presidência da Câmara; disse que o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis representará muito bem esta Casa, inclusive pelo bom nome que herda da sua família, dignamente trabalhadora; disse que, no exercício da Presidência, procurou dar o melhor de si, e pediu desculpas se cometeu falhas, que são possíveis a qualquer ser humano. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas agradeceu ao Vereador Jorge pelo apoio recebido na suplência da secretaria por dois anos, e parabenizou à nova suplente de secretária, Vereadora Maria do Carmo. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, Presidente da Câmara, disse que empossará o Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa, eleito Vice-Presidente, na primeira sessão ordinária depois do recesso de janeiro; seguindo, proferiu palavras de congratulações e agradecimentos, confessando estar realizando um sonho conquistado pelo voto de confiança recebido dos vereadores. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às onze horas e vinte

minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. _____

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

AGILDO JOSÉ DOS REIS

GERARDO MAGELA A. MENEZES

HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

MARIA DO CARMO VIEIRA S. GOMES

Ata da Quadragésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia três de fevereiro de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Agildo José dos Reis, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (40ª sessão ordinária, de 16/12/2010). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a Secretária, Vereadora Alinéa Cristina Lamas, fez a leitura do termo de posse do Vice-Presidente da Câmara. Após assinatura do termo de posse, o sr. Presidente declarou empossado o Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa como Vice-Presidente da Câmara no biênio 2011/2012. Dando sequência, conforme o art. 60 do Regimento Interno, o sr. Presidente solicitou que a Secretária fizesse a leitura da proposta de formação das comissões permanentes para o biênio de 2011 e 2012. Após debate e consenso, havendo poucas alterações, as comissões permanentes da Câmara para o biênio de 2011 e 2012 ficaram compostas da seguinte forma: a) Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final: Fabrício Fernandes Costa Caiafa - Presidente, Romeu Moreira Batista - Vice-Presidente, Alinéa Cristina Lamas - Relatora; b) Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas: Jorge Luís Martins Soares – Presidente, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes – Vice-Presidente, Alinéa Cristina Lamas – Relatora; c) Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais: Fabrício Fernandes Costa Caiafa – Presidente, Jorge Luís Martins Soares – Vice-Presidente, Agildo José dos Reis – Relator; d) Comissão de Educação, Saúde e Assistência: Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes – Presidente, Gerardo Magela Alves Menezes – Vice-Presidente, Romeu Moreira Batista – Relator; e) Comissão de Meio Ambiente: Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes – Presidente, Jorge Luís Martins Soares – Vice-Presidente, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça – Relator. Continuando, tendo em vista o art. 5º, § 1º, da Resolução nº 205, de 26/12/2000, o sr. Presidente submeteu à homologação plenária a designação da Comissão de Controle Interno para o ano de 2011, feita através da Portaria nº 210/2011. Por unanimidade, o Plenário homologou a Comissão de Controle Interno designada, que ficou constituída pelos Vereadores Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, e pelo servidor Ramon Machado de Oliveira. Seguindo, Seguindo, o sr. Presidente fez a prestação de contas da Câmara dos meses de novembro e dezembro de 2010, sob a gestão do Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, atendendo ao art. 41, incisos VII e XXXVII, do Regimento Interno. Passando às proposições, foi lido o Requerimento nº 94, do Vereador Agildo José dos Reis, solicitando ao IPSEMG certidão do início e término de contribuição dos funcionários da Prefeitura de Rio Pomba. O autor disse que o INSS está pedindo aos funcionários que estão para se aposentar uma carta do tempo de contribuição ao IPSEMG; disse que a Prefeitura não tem essa contagem e por isso gostaria de conseguir essa certidão para o município. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que gostou da iniciativa do autor; comentou que o INSS está pedindo uma homologação vinda do IPSEMG relativa ao tempo que falta para o direito à aposentadoria; disse que o IPSEMG

informa não ser a unidade gestora e nem regime próprio de previdência; comentou que o sr. Prefeito migrou para o INSS e não está sendo cobrada a contribuição retroativa dos servidores, sendo preciso descobrir uma forma de pressionar o IPSEMG para fazer valer o direito dos trabalhadores. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, diante da negativa do IPSEMG, sugeriu que os servidores entrem com um pedido pela via judicial, pois houve uma época em que os servidores contribuíam para o IPSEMG; disse então ser uma obrigação do IPSEMG fornecer a homologação, pois ele foi beneficiado. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que o IPSEMG é apenas um plano de saúde. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que houve uma época em que ele era plano de aposentadoria também para os servidores da Prefeitura. O sr. Presidente pediu que os Vereadores respeitem a palavra do colega, pedindo aparte ou aguardando a sua vez. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse acreditar que se trata de direito individual de cada servidor, e que o IPSEMG é obrigado a fornecer a certidão, sendo que, judicialmente, o Juiz deferirá o pedido de liminar imediatamente; disse que a Câmara estará agindo como substituta dos servidores. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que a Prefeitura já está verificando isso e que o IPSEMG respondeu que não vai homologar, porque se apresenta como plano de saúde e não previdenciário. O Vereador Agildo José dos Reis disse que houve uma época em que os servidores se aposentavam pelo IPSEMG. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que o sindicato dos servidores da Prefeitura tem advogado que pode cuidar dessa causa pelos funcionários. O Vereador Jorge Luís Martins Soares sugeriu que se consulte a assessoria jurídica da Câmara para verificar se o requerimento terá alguma força. Colocado em votação, o Requerimento nº 94 foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foram lidas as seguintes proposições: a) Indicação nº 39-4ª edição, do Vereador Agildo José dos Reis: Portal nas Entradas da Cidade; b) Indicação nº 41-2ª edição, do Vereador Agildo José dos Reis: Convênio com o Sebrae e o Senai; c) Indicação nº 88-2ª edição, do Vereador Agildo José dos Reis: Aquisição de Terreno com a Finalidade de Construção de Casas Populares; d) Indicação nº 207-2ª edição, do Vereador Agildo José dos Reis: Implantação do Projeto *Cidade Digital*; e) Indicação nº 347, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Redutor de Velocidade Na Rua Francisco Lucas Esteves; f) Indicação nº 351, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça: Adoção de Medidas Efetivas Para a Instalação de Placas Proibindo Parar e Estacionar do Lado Esquerdo da Rua Dr. Queiroz, do nº 27 ao 153; g) Indicação nº 352, do Vereador Agildo José dos Reis: Proibição de Animais Próximo ao Posto de Saúde, ao Tele-Centro e à Escola Maria Porciana; h) Indicação nº 353, do Vereador Agildo José dos Reis: Limpeza na Avenida Manoel Fernandes com a Proibição de Entulhos Jogados Próximos ao Córrego; i) Indicação nº 354, do Vereador Agildo José dos Reis: Colocação de Quebra-Molas e Mão Única; j) Indicação nº 355, do Vereador Agildo José dos Reis: Aquisição de Terreno e Contrução de Quadra Poliesportiva e Área de Lazer; k) Indicação nº 356, do Vereador Agildo José dos Reis: Viabilização do Projeto Minha Casa Minha Vida; l) Indicação nº 357, do Vereador Agildo José dos Reis: Cascalhamento da Estrada que Liga Tijuco a São Lourenço; m) Indicação nº 358, do Vereador Agildo José dos Reis: Compra ou Desapropriação do Terreno ao Lado do Cemitério; n) Indicação nº 359, do Vereador

Agildo José dos Reis: Compra de Aparelho Para Mamografia; o) Indicação nº 360, do Vereador Agildo José dos Reis: Construção de Quadra Poliesportiva; p) Indicação nº 361, do Vereador Agildo José dos Reis: Reforma em Calçamento e Instalação de Bocas de Lobo; q) Indicação nº 362, do Vereador Agildo José dos Reis: Estacionamento em Apenas um Lado da Avenida Jornalista José de Assis Vieira; r) Indicação nº 363, do Vereador Agildo José dos Reis: Compra de Veículo de Resgate do Tipo Uti Móvel; s) Indicação nº 364, do Vereador Romeu Moreira Batista: Limpeza dos Lotes Urbanos; t) Indicação nº 365, do Vereador Agildo José dos Reis: Dia Municipal de Combate à Dengue; u) Indicação nº 366, da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: Providências Contra a Falta de Água nas Partes Altas da Cidade; x) Indicação nº 367, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: Concerto de Passeio à Praça Dr. Último de Carvalho. Houve debates sobre algumas indicações. Sobre a Indicação nº 352, o autor, Vereador Agildo José dos Reis, disse que as baias de cavalos e o bar do parque de exposições foram entregues para uma associação de cavaleiros, a qual o Vereador Agildo acredita estar irregular; disse é dado banho nos cavalos com água da Copasa, somente ontem ou anteontem tendo sido perfurado um poço; disse que estão usando energia elétrica paga pelo povo de Rio Pomba para cuidar de cavalos de meia dúzia de ricos e de metidos que têm cavalo; disse haver uma lei que proíbe isso, disciplinando o uso do parque de exposições, que já procurou o Presidente da associação e este alega apenas que irão mudar; comentou que está errado quem os autorizou a ficarem lá dentro, usando água e energia elétrica paga pelo povo, como já aconteceu no passado, quando a administração anterior assumiu e encontrou uma dívida de quarenta e oito mil reais de energia elétrica do parque de exposições, porque a meia dúzia que usava o local botava o dinheiro no bolso e deixava a conta para a Prefeitura pagar; disse que por isso fez uma lei disciplinando o uso do parque de exposições; o Vereador Agildo seguiu dizendo que conversou com o Secretário de Agricultura, sr. Alarcon, alertando-o de que a população se revoltará quando ficar sabendo desse absurdo; criticou também o fato de os cavalos ficarem transitando próximo do posto de saúde, e não somente na capinheira. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o parque de exposições foi entregue para a associação administrar, associação esta já formada e que está buscando mais membros para mudar esse quadro, adaptando-se para que possa assumir as despesas e não virar apenas um clube do cavalo. O Vereador Agildo José dos Reis disse primeiramente eles deveriam ter sido declarados como de utilidade pública pela Câmara; disse que irá ao Ministério Público para tirá-los de lá, porque o Código de Posturas não permite haver cavalos dentro da cidade, estando ali dentro do perímetro urbano, bem como o canil está irregular, num logradouro que abriga creche, escola, tele-centro e posto de saúde. O Vereador Jorge disse que sempre foi contra desde a construção do canil, mas na época não possuía autoridade para questionar; disse que, infelizmente, no Brasil tudo começa precariamente e as pretensões vão aparecendo e se adaptando; disse que certamente o município não irá ficar bancando as despesas da associação. O Vereador Agildo questionou se o Vereador Jorge concorda que uma pessoa coloque animais num patrimônio construído com dinheiro público e sem pagar as despesas de água e luz. O Vereador Jorge disse que não e precisa se ver como foi feita a cessão; disse que, assim, não se pode ter animais no local na realização de eventos também. O Vereador Agildo

disse que se trata de um evento de uma semana, diferente de se manter animais num patrimônio público. O Vereador Jorge disse que o local é um parque de exposições onde tem eventos com animais, o qual ele acha que é até pouco aproveitado. Sobre a Indicação nº 358, a Vereadora Maria do Carmo disse que, junto com a Vereadora Alinéa, participou de uma conversa com o proprietário do terreno vizinho ao cemitério, a qual foi muito produtiva. O Vereador Hermann disse que o assunto demanda uma ação da Prefeitura, e sugeriu que seja feito um cemitério em outro lugar. O Vereador Romeu disse que o proprietário pede um valor altíssimo pelo terreno. A Vereadora Alinéa disse que o proprietário até hoje não conseguiu vender o terreno e agora está realmente interessado no negócio. O Vereador Fabrício disse que os imóveis vêm encarecendo muito na cidade; disse que uma pessoa de Guarani tem uma solução para o cemitério, sem precisar aumentar a sua área. O Vereador Agildo José dos Reis abordou assunto ligado ao Hospital São Vicente de Paulo; disse que o atendimento por acadêmicos não pode continuar acontecendo sem a presença de um médico; comentou que o médico só é chamado nos casos mais graves e demora muito a atender; e que as reclamações da população aumentaram muito. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça concordou e pediu que o Presidente da Câmara envie cópia da lei de sua autoria, que obriga o hospital a afixar o nome do plantonista na portaria. O sr. Presidente disse que a Comissão de Saúde poderia comunicar o assunto ao hospital. A Vereadora Maria do Carmo, Presidente da Comissão de Saúde, disse que irá pedir; comentou que o hospital está passando por uma situação muito difícil, apesar do grande esforço do provedor; disse que os vereadores poderiam se reunir com o pessoal da administração para oferecer ajuda e fazer algo. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que lidar com o corpo clínico do hospital não é fácil; elogiou a administração do Professor Tião e ressaltou fatos importantes que foram o de não se ter vendido nenhum patrimônio do hospital e de se haver conseguido recursos; disse que não é fácil a administração do hospital e informou que o Professor Tião está tentando formar uma associação para a melhoria do hospital; comentou que sugeriu ao sr. Prefeito a municipalização do hospital, como algumas cidades fez, mas parece que as desvantagens são maiores do que as vantagens. O Vereador Agildo disse que as dificuldades são muitas, que a Prefeitura de Tabuleiro não está repassando o aumento da subvenção, mas que é preciso uma ação firme em relação ao hospital, e que se o provedor assumiu ele tem que tocar a administração adiante; sugeriu a municipalização ou que a Prefeitura coloque um gerente remunerado no hospital; comentou que a realização de leilões não mais resolve a situação, sendo preciso agora encarar a realidade e trabalhar de acordo com a realidade financeira. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que o Prefeito lhe informou que irá começar uma construção junto ao hospital que trará melhorias. O Vereador Hermann disse que esteve conversando com o Professor Tião, uma pessoa séria, e que o problema é financeiro. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Quadragésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia dezessete de fevereiro de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Agildo José dos Reis, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (41ª sessão ordinária, de 03/02/2011). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a Secretária, Vereadora Alinéa Cristina Lamas, fez a leitura de um pedido de uso do salão da Câmara, apresentado pela sra. Marleide Dias da Cunha, com a finalidade de realizar uma assembleia geral para aprovação do estatuto/eleição da diretoria e fundação da organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP, designada de Missões Urbanas – Escola Mirim de Prevenção, para o desenvolvimento do programa JCD - “Jovens Contra Drogas” e implantação da Guarda Mirim Nacional, no município de Rio Pomba e região. Conforme determina os arts. 12 e 48, XIII, do Regimento Interno, o sr. Presidente consultou ao Plenário quanto ao pedido de autorização de uso, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo, foi lido o Projeto de Resolução nº 303/2011, dos Vereadores Romeu Moreira Batista, Alinéa Cristina Lamas, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Gerardo Magela Alves Menezes, que Inere Parágrafo ao Art. 117 da Resolução nº 113/90 – Regimento Interno, Limitando o Número de Indicações. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado ao Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Após, foi lido o Requerimento nº 95/2011, do Vereador Agildo José dos Reis, solicitando informações sobre a autorização de uso do parque de exposições. O Vereador Agildo José dos Reis disse que é sabido que uma associação de proprietários de cavalos está usando o parque de exposições há meses, e que até o momento ele não conseguiu apurar; disse que presenciou, no início de fevereiro, quando se faziam matrículas escolares, um cavalo andando próximo do posto de saúde e crianças tocando esse cavalo; falou também sobre um menor de dezoito anos estar trabalhando no local com a máquina de cortar capim, porém, o que mais interessa é o uso do patrimônio público por uma entidade que não é de utilidade pública, fundada em fevereiro de 2010, na qual existem pessoas idôneas, mas que não se sabe se pagam algum tipo de aluguel pelo uso; questionou como o Sr. Prefeito entrega o parque de exposições sem consultar a Câmara, incorrendo em infrações às leis que foram por ele citadas; disse que, se não chegou à Câmara nenhum contrato da autorização de uso, na sua opinião, quem está pagando a energia é a Prefeitura; citou pesquisa que fez nas contas de energia elétrica do parque de exposições e onde constatou um grande aumento no consumo; disse que deseja então saber a forma que foi entregue o parque de exposições; comentou que pesquisou em cartório e surpreendeu-se com um fato que ele acha imoral, que é o próprio sr. Prefeito e o sr. Vice-Prefeito serem uns dos fundadores da associação, além de algumas pessoas usarem um patrimônio que pertence ao povo; disse que gostaria de saber os termos em que se deu a autorização de uso para, posteriormente, tomar as providências cabíveis. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que conversou

com o Dr. Carlos Eduardo Dalmoro, o Presidente da Associação, e soube que o menor é sobrinho de um senhor que trabalha lá, sendo que esse jovem está passando por fase difícil, o que levou o seu tio a lhe colocar para ajudá-lo como uma forma de acompanhar os seus atos; disse que o Presidente da Associação pediu que fosse marcada uma reunião para explicar tudo ao Vereador Agildo, mas que este Vereador disse não poder ir em duas datas que foram propostas; disse que o Dr. Carlos Dalmoro é pessoa séria que está disposto a explicar tudo; sobre o cavalo que estava andando pelo parque de exposições, disse que o Presidente da Associação lhe explicou que foi um fato que aconteceu e que já foi alertado para que não se repita. O Vereador Jorge Luís Martins Soares manifestou-se contra requerimento porque desde agosto de 2010 existe um decreto do Executivo disciplinando o acesso de vereadores aos documentos na Prefeitura, dispensando-se esta tomada de tempo da Câmara; disse que o art. 103, § 3º, da Lei Orgânica, fala sobre a permissão de uso de qualquer bem público, no caso de uma parte do parque de exposições para aquela associação; reconheceu o direito do Vereador Agildo de querer fiscalizar, mas que o Prefeito deixou aberto o acesso a todos os documentos através do Decreto nº 1.385. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça discordou do Vereador Jorge porque pode não existir o documento na Prefeitura, de modo que a informação é importante; perguntou se os vereadores que são próximos do Prefeito lhe pediram informações sobre o assunto. A Vereadora Maria do Carmo disse que conversou com o Presidente da Associação e que o Vereador Hermann é muito próximo do sr. Prefeito, porque subiu no palanque com ele, ao passo que ela e outro não são da bancada. O Vereador Hermann disse que, depois da eleição, fiscaliza o Prefeito e que a Vereadora Maria do Carmo é quem está próxima do Prefeito, e não ele. A Vereadora Maria do Carmo questionou se não fiscalizam, e o Vereador Hermann respondeu que eles votam contra os pedidos de informações, de modo que não estão fiscalizando. O Vereador Hermann perguntou se os vereadores ligados ao Prefeito sabem a que título foi cedido o parque de exposições, e o Vereador Jorge respondeu que foi permissão, conforme o § 3º do art. 103 da Lei Orgânica. O Vereador Hermann perguntou se foi a título oneroso, porque a Lei nº 1.122 assim o dispõe, e o Vereador Fabrício disse que essa lei, para o Prefeito, é inconstitucional. O Vereador Hermann disse que, até ser declarado pela Justiça, ela está valendo; disse que é preciso saber várias informações sobre o assunto, como o pagamento de taxas e de gastos de energia e água pela associação, dentre outras; disse que não é por causa do decreto que os vereadores não podem fazer pedidos de informações ao Prefeito. O Vereador Romeu Moreira Batista parabenizou ao Vereador Agildo, mas disse que é preciso mais clareza e tolerância; disse que aconselhou o Vereador Agildo a procurar o Presidente da Associação para que este exponha o que está acontecendo, pois o Vereador Agildo não tem para informar o que o Presidente lhe falou; disse que acabou de conversar com o assessor jurídico da Prefeitura e que lhe avisou, se estiver sendo gastos a água e a energia por conta do município, ele (Romeu) acha que está errado, e comentou que o assessor jurídico informou que eles contribuíram; manifestou-se contra o requerimento por falta de informações do Presidente da Associação, porque é preciso ver os dois lados; disse que primeiro o Vereador Agildo deveria ter requerido na Prefeitura, com oito dias de antecedência, e se fossem recusadas as informações, trazer o assunto à Câmara para que esta tome as

providências. O Vereador Agildo disse que esteve com o Dr. Carlos e, em momento algum, este lhe informou que estavam fazendo qualquer pagamento, dizendo apenas que o Prefeito baixou um decreto lhes entregando as baias de cavalo, o rodeio e o curral de leilões; disse que primeiramente apurou fato por fato e disse ao Dr. Carlos que, se estiver tudo certo, a Câmara lhes aprovará o título de utilidade pública; porém, criticou o fato de o Prefeito haver entregado o patrimônio público antes de consultar a Câmara, com pedreiro da Prefeitura trabalhando na abertura de um bar dentro do parque de exposições para a associação. O Vereador Romeu perguntou qual documento do Vereador Agildo prova isso, e o Vereador Agildo disse que tem as fotos que estão na Câmara e o pedreiro lhe disse que seria um bar da associação de cavalos. O Vereador Agildo disse que foram aprovados dois requerimentos seus pela Câmara que até hoje não foram respondidos pelo Prefeito. O Vereador Romeu sugeriu que o Vereador Agildo peça ao Presidente da Câmara a tomada das providências. O Vereador Agildo disse que irá procurar o Dr. Gladysson, que é Procurador Geral do Estado para lhe levar a documentação; disse que já procurou o Presidente da Associação e que somente conversa com ele novamente junto com outros vereadores. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que, se a associação não estiver pagando ao município, ele se juntará ao Vereador Agildo na briga. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que é favorável a todos os pedidos de informação; cumprimentou a Vereadora Maria do Carmo pelas informações sobre o trabalho do rapaz; disse que o Dr. Carlos Dalmoro se ofereceu para atuar no conselho da Bolsa Família e ia no local averiguar todas as denúncias recebidas, trazendo-se um exemplo do mérito da função de averiguar as situações, sem denegrir nada; disse que respeita a todos os membros da associação e que o povo rio-pombense é amigo e fraterno; disse que não concorda que se faça arruaça e envolva nomes de pessoas, mas concorda com o requerimento, salientando que o Vereador está apenas pedindo informações e que cabe ao Executivo responder à Câmara. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que foram passadas informações sobre o trato de cavalos no parque de exposições, mas deve-se dizer que a cessão está sendo usada também para ajudar a entidades como Apae, asilo, São Manoel e outras; com relação à onerosidade, disse que ela é discutível mediante o art. 103 da Lei Orgânica, que faz menção ao interesse público e não a entidades de utilidade pública; quanto ao consumo de energia e água, o Vereador Fabrício disse que o Dr. Gilson lhe informou que foi feita uma média desde quando a associação entrou no parque e eles estão pagando, de forma que a Prefeitura não está pagando essas contas; disse que, através do Decreto nº 1.385, o Vereador pode sanar suas dúvidas a qualquer momento sem passar pela Câmara. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas disse ao Vereador Agildo que ninguém lhe está negando informações, pois existe o Decreto nº 1.385 que dá acesso livre aos vereadores e cidadãos. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que, antes de qualquer coisa, o Vereador Agildo deveria conversar com o Presidente da Associação, junto com mais dois ou três vereadores. O Vereador Agildo Reis chamou o Vereador Romeu para procurá-lo amanhã. O Vereador Romeu respondeu que amanhã irá viajar e poderá ser sábado ou qualquer dia. A Vereadora Alinéa também se dispôs a ir. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que muito se fala na associação e ressaltou que o pedido do Vereador é para apurar a existência ou não de irregularidade. O

Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o Vereador Agildo ficou as férias todas indo ao gabinete do Prefeito, sendo que este se colocou à disposição para o que precisasse e o Vereador Agildo não pegou essas informações porque não quis, pois chegou lá para conversar e, mediante um pedido para que aguardasse o Prefeito terminar um atendimento, o Vereador Agildo saiu; disse que este Vereador gosta de uma polêmica. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que quem deve prestar informações é o Prefeito, e que os vereadores não têm que ficar fazendo perguntas ao Presidente da Associação. O Vereador Agildo Reis disse que esteve com o Sr. Prefeito conversando sobre outro assunto; informou que, na quinta-feira passada, ficou na Prefeitura de 15h30min às 17h30min aguardando o Dr. Gilson, que não pode lhe atender por motivo justificado posteriormente; explicou que, na quarta-feira, telefonou para a servidora Daniela perguntando se precisava requerer por escrito para obter a cópia do decreto, sendo que o Sr. Prefeito estava viajando e o decreto não estava disponível para lhe fornecer; disse que, após isso é que apresentou o Requerimento nº 95. Colocado em votação, o Requerimento nº 95 foi rejeitado por cinco votos dos Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Romeu Moreira Batista; votando a favor os Vereadores: Agildo José dos Reis, Gerardo Magela Alves Menezes e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça. Dando sequência, foi lido o Requerimento nº 96/2011, do Vereador Agildo José dos Reis, solicitando informações sobre a licitação dos shows da exposição agropecuária. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa adiantou-se contrário ao requerimento porque obteve informações na internet sobre a inviabilidade de licitação no caso da contratação de shows musicais. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que há menos de meia hora o assessor jurídico da Prefeitura já informou que irá enviar para o Vereador Agildo essas informações. O Vereador Agildo Reis questionou, se as informações serão enviadas, por que o requerimento não pode ser aprovado. A Vereadora Maria do Carmo citou o Decreto nº 1.385. Colocado em votação, o Requerimento nº 95 foi rejeitado por cinco votos dos Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Romeu Moreira Batista; votando a favor os Vereadores: Agildo José dos Reis, Gerardo Magela Alves Menezes e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que, se as informações vierem e houver algo irregular, o Vereador Agildo poderá trazer o assunto à Câmara e exigir da Mesa Diretora ou da Presidência a tomada de providências. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) Indicação nº 280/2010 – 2ª edição: da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: Reforma nos Passeios; b) Indicação nº 296/2010 – 2ª edição: da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: Rebaixamento dos Meios-Fios (Acessibilidade); c) Indicação nº 370/2011: da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: Reforma de Praças; d) Indicação nº 371/2011: da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: Poda de Árvores na Rua Aurélio Salgado; e) Indicação nº 372/2011: da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: Ampliação da Capela Mortuária. A autora, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, na forma dos arts. 136, § 1º, V, e 146, requisitou ao sr. Presidente da Câmara a retirada da sua Indicação nº 373/2011, o que foi aprovado pelo sr.

Presidente. Sobre a Indicação nº 370, a Vereadora Maria do Carmo comunicou que, através do candidato a Deputado Estadual, Pepé, já foi destinada verba de cem mil reais para a reforma de praças. Continuando os trabalhos, foi lida a Moção nº 24, do Vereador Agildo José dos Reis, de Aplausos a Pablo Pires Diogo. Colocada em votação, a Moção nº 24 foi aprovada por unanimidade, bem como o pedido para a entrega da homenagem em Plenário. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes comentou sobre os problemas que estão previstos com a construção da balança de pesagem do DER na região de Monte Alegre; sugeriu que os vereadores se unam para conscientizar o Sr. Governador do Estado quanto à necessidade de mudança do local. O Vereador Agildo Reis disse que conversou com o sr. Brazilino e que este aconselhou que a Câmara não se manifeste no momento, pois o Prefeito, Dr. Fernando, e a Prefeita de Piraúba já estavam tomando providências; apoiou a sugestão da Vereadora Maria do Carmo. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a comunidade se mobilizou e que o assunto já está na Justiça. O Sr. Presidente disse ao Vereador Agildo José dos Reis que pode procurar a Presidência da Câmara no caso do seu requerimento não ser atendido pela Prefeitura. O Vereador Agildo José dos Reis disse que fez requerimento há um ano, diretamente na Prefeitura, e que entregará cópia do mesmo ao Presidente da Câmara, sobre o aditivo do convênio com o Ifet e um outro; disse que, de agora em diante, será necessário usar a Justiça; disse achar que o Prefeito usa os seus vereadores para votarem de acordo com o que querem, fato que ele não pode questionar, pois é segundo a consciência e o direito de cada um; disse que os vereadores têm outros meios como a Justiça e trazer a imprensa para mostrar a situação do parque de exposições. O Vereador Hermann disse que a Camaq ainda não respondeu ao seu requerimento e que os vereadores deveriam apoiar esses requerimentos; comentou que cada vereador tem o seu voto e o seu direito de votar, mas, na realidade, não estão fiscalizando, porque todo pedido de informação está sendo rejeitado, mesmo sem estar acusando nada e em se tratando de pedido de esclarecimentos, que estão sendo sonegados por esta Casa; disse que cobra mais empenho para fiscalizar, pois os vereadores estão aqui para isso, e não para passar a mão na cabeça de ninguém. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas disse que não estão sendo usados para nada, pois o voto é livre e votam de acordo com o que entendem; citou a existência do Decreto nº 1.385, que disponibiliza qualquer informação aos vereadores e aos cidadãos na Prefeitura na data prevista. O Vereador Jorge Luís Martins Soares perguntou ao Vereador Hermann o que significa um decreto. O Vereador Hermann respondeu que é um ato do Executivo disciplinando a matéria. O Vereador Jorge Luís disse que então está disciplinado. O Vereador Hermann pediu que o Vereador Jorge olhasse a data do decreto e comentou que, quando não tinha o decreto, os vereadores sonegaram o seu pedido de informações; pediu explicações sobre isso. O Vereador Jorge disse que os vereadores podem ir lá e pegar, pois o decreto está aberto; disse que todos os vereadores estão aqui para fiscalizar, cada um à sua maneira, do jeito que acha correto; disse que os vereadores não querem enxergar o decreto e não dão valor a esse ato do Prefeito, querendo ditar sobre os outros e impor o que ele, Vereador Hermann, e o Vereador Agildo querem dos seus jeitos, ignorando a opinião própria dos outros vereadores. O Vereador Hermann disse que basta olhar a data do decreto, que é de 2010, sendo que ele fez vários pedidos em 2009 e os

vereadores negaram. A Vereadora Maria do Carmo disse que as pastas estão lá. O Vereador Jorge Luís perguntou ao Vereador Hermann se ele ganha todos os processos que ele entra na Justiça. O Vereador Hermann respondeu que não. O Vereador Jorge Luís respondeu que ele era para ganhar, porque o Vereador Hermann pensa e prova dessa maneira. O Vereador Hermann disse que não ganha, mas que corre atrás e fiscaliza. O Vereador Jorge disse que o Juiz pensa de uma maneira, o Vereador Jorge pensa de outra e o Vereador Hermann pensa de outra, pois a lei é para ser cumprida mas os vereadores não querem enxergar o decreto, apenas fazendo valer a força; questionou por que o Vereador Hermann não foi na Prefeitura até hoje buscar as informações. O Vereador Hermann disse que não foi porque nas suas folgas ele vem à Câmara olhar pastas, sendo que, nesse período, não vê vereadores olhando pastas de empenho aqui. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que é mentira, porque vem à Câmara diariamente. A Vereadora Maria do Carmo perguntou se o Vereador Hermann fica na Câmara o dia inteiro. O Vereador Maurílio pediu que o Vereador Hermann fale por ele, e não pelos outros. O Vereador Hermann perguntou se o Vereador Maurílio sabe a situação do município, quem está sendo contratado. O Vereador Maurílio respondeu que, quando quer saber, vai na Prefeitura. O Vereador Romeu Moreira Batista pediu que os ânimos se acalmassem porque o nível da Câmara está baixando; citou que nunca votou contra um pedido do Vereador Hermann, e que votou contra os requerimentos do Vereador Agildo porque conversou com ele antes orientando como deveria ser feito; sobre exercer a fiscalização, disse que várias vezes já cruzou com o Vereador Hermann na Câmara. O Vereador Hermann disse que, nos períodos em que vem na Câmara, nunca viu outro vereador manusear as pastas de empenho, com exceção dos Vereadores Maurílio e Agildo algumas vezes; comentou que não disse que o Vereador Romeu não trabalha, mas que nunca o viu manuseando as notas de empenho. O Vereador Romeu disse que também nunca viu o Vereador Hermann manusear nada. A Vereadora Maria do Carmo disse que também nunca viu o Vereador Hermann na Câmara. O Vereador Hermann disse que tem requerimentos dirigidos ao Presidente da Câmara pedindo cópias de notas, assim como o Vereador Agildo. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que procura manter a serenidade e respeitar aos outros, não gostando que lhe faltem com o respeito; comentou que existem dois tipos de fiscalização, um que é da oposição, que quer denegrir a imagem do Prefeito e jogar inverdades nas ruas, e outro que é da situação, que fiscaliza mas tem livre acesso à Prefeitura; disse que, quando vê algo errado, vai até o Prefeito e lhe relata o que está acontecendo, aconselhando-o a mudar a atitude pois, em caso contrário, ele (Fabrício) tomará atitudes, sempre sendo ouvido; disse que a situação tem um diálogo que os dois da oposição não têm, não sabendo se o erro é do Prefeito ou deles. O Vereador Agildo Reis disse que nunca viu a Vereadora Maria do Carmo olhando pastas de empenho; disse que o Vereador Jorge deveria estudar mais a Lei Orgânica, pois ele está descumprindo o seu compromisso de posse de cumprir as leis e fiscalizar o Poder Executivo; comentou que não vê o Vereador Jorge fiscalizando o Executivo e olhando as pastas de empenho. A Vereadora Maria do Carmo disse que também nunca viu o Vereador Agildo olhando pastas, mas apenas usando a internet. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão

em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

MARIA DO CARMO VIEIRA DA SILVA GOMES

AGILDO JOSÉ DOS REIS

HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA

GERARDO MAGELA A. MENEZES

ROMEU MOREIRA BATISTA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

Ata da Quadragésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezenove horas e sete minutos do dia três de março de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Agildo José dos Reis, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (42ª sessão ordinária, de 17/02/2011). À folha dez deste livro de atas, onde consta comentário do Vereador Gerardo Magela Alves Menezes de que o Dr. Carlos Dalmoro se ofereceu para atuar no conselho da Bolsa Família, leia-se que se tratava do Dr. Eduardo Dalmoro. Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Concedida a palavra pelo Sr. Presidente, o Vereador Agildo José dos Reis comentou que, na sessão passada, todos os vereadores defenderam que ele deveria entrar com pedido de informações diretamente na Prefeitura, nos termos do Decreto nº 1.385/2010, e citou pronunciamentos dos Vereadores Jorge, Romeu, Fabrício e Alinéa constantes da ata da sessão anterior; disse que fez da forma que os vereadores disseram, protocolando requerimento na Prefeitura dentro do prazo para ter acesso a informações, sendo que o Assessor Jurídico do Prefeito, Douglas Chaves Gomes, respondeu que o pedido tem que passar por esta Casa, sendo esse assessor agora Prefeito também ao indeferir requerimentos na Prefeitura; disse o Vereador Agildo que os vereadores estão aqui como mentirosos, e citou que todos, exceto os Vereadores Hermann e Gerardo, falaram do Decreto nº 1.385, confiando na palavra do Sr. Prefeito, e este respondeu que o pedido tem que passar pela Câmara; perguntou se os vereadores estão brincando aqui e pediu que cada um se manifestasse. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o decreto não é uma mentira, mas sim um fato, e que continua sendo contra porque o decreto é para ser cumprido; disse que houve um equívoco no requerimento do Vereador Agildo ou então o Dr. Douglas não tem conhecimento do decreto. O Vereador Agildo disse que o Sr. Prefeito está brincando com os seus vereadores e que estes deveriam chamá-lo na responsabilidade, como representantes do povo. O Vereador Jorge disse que pode acompanhar o Vereador Agildo, nos termos do Decreto nº 1.385, para agendarem e olharem. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que os vereadores não são mentirosos porque o decreto existe e tem que ser cumprido; disse que, se o decreto não está sendo cumprido, os vereadores devem tomar as suas atitudes, e que gostaria de ver a forma como o Vereador Agildo requisitou e a resposta, pois o assunto pode ter sido distorcido. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas disse que o Vereador Agildo chamou os vereadores de mentirosos mas se esqueceu de dizer que os vereadores estão dispostos a irem como ele na Prefeitura, pois o decreto existe e então é necessário ver se tem alguma coisa errada. O Vereador Agildo disse que gostaria de convidar os vereadores a irem como ele na Prefeitura buscar o decreto e os documentos sobre a entrega do parque de exposições; disse que o Decreto nº 1.385 não tem valor nenhum para ele a partir de hoje, porque o Prefeito não cumpre o que assina. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que quem assinou a resposta ao Vereador Agildo não foi o Sr. Prefeito, que existe o decreto e ele tem que ser cumprido, e que hora

nenhuma os vereadores disseram que ele está lá só de enfeite para que o Vereador Agildo venha a chamá-los de mentirosos; disse que está à disposição para acompanhar o Vereador Agildo à Prefeitura. O Vereador Agildo disse que não chamou os vereadores de mentirosos, e sim que o Prefeito está fazendo os vereadores passarem por mentirosos. O Vereador Agildo José dos Reis disse que, apesar de o Vereador Fabrício haver dito, segundo informação do Dr. Gilson, que a Associação de Produtores paga a sua energia elétrica e água no parque de exposições, calculada uma média, pelo balancete publicado no jornal O Imparcial eles só têm arrecadação, e não demonstra o pagamento de qualquer contribuição ou aluguel à Prefeitura, sendo que eles estão arrecadando com o aluguel de patrimônio público; disse que o tesoureiro da Associação lhe confirmou que eles não pagam aluguel, mas têm documento de cessão, e isto é que deseja ver. O Vereador Romeu Moreira Batista pediu que o Vereador Agildo messa as palavras antes de chamar os colegas de mentirosos; na sua opinião, não só os vereadores, mas qualquer cidadão pode solicitar documentos na Prefeitura, sendo esta obrigada a enviá-los no tempo hábil; o Vereador Romeu que, ao invés de os vereadores fazerem reunião na Prefeitura causando tumulto, que o Sr. Presidente da Câmara informasse sobre o motivo do não envio das informações ao Vereador Agildo. O Vereador Agildo pediu desculpas se os vereadores se sentiram ofendidos, porque ele não quis chamá-los de mentirosos. O Sr. Presidente da Câmara disse que, como já falou antes, pode tomar as providências pelo não atendimento do pedido de informações. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que o Decreto nº 1.385 disponibiliza acesso aos vereadores e cidadãos a documentos da Prefeitura, sem condicionar à aprovação plenária no caso de vereadores; comentou que a resposta do assessor jurídico contradiz isso; disse que o decreto disciplina o acesso, mas nada impede que os vereadores peçam informações ao Prefeito através da Câmara, e ressaltou que o decreto não faz menção à reprodução de cópias. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, Presidente da Câmara, disse que tomará as providências cabíveis, conforme já disse. Conforme prévia inscrição, o Sr. Presidente convidou para usar a tribuna popular o Sr. Bruno Lima Sant'anna, Técnico da Emater. Este então apresentou o relatório anual de atividades referente a 2010, usando de slides com diversos dados. Também estava presente o extensionista da Emater, Sr. Diogo Homem Borges da Costa. Durante a apresentação, houve a participação dos vereadores com perguntas e comentários. Ao final da apresentação, o Sr. Presidente da Câmara disse que a apresentação foi muito boa e que passou informações importantes. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.450, do Executivo, que Concede Pensão Por Morte de Servidor Aposentado e Dá Outras Providências. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 97, da Mesa Diretora, requerendo a concessão do regime de urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.450. Votado, o Requerimento nº 97 foi aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Provocada pelo seu Presidente, Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, por unanimidade, manifestou-se pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.450. Da mesma forma, o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, Vereador Jorge Luís Martins Soares, pediu a

manifestação dos demais membros, concluindo-se esta comissão a favor do Projeto de Lei nº 1.450. Então, havendo a deliberação plenária, o Sr. Presidente colocou em única discussão, no próprio Expediente, o Projeto de Lei nº 1.450. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente procedeu à votação do Projeto de Lei nº 1.450, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) Indicação nº 1/2009-2ª edição: do Vereador Agildo José dos Reis: Realização de Concurso Público Municipal; b) Indicação nº 36/2009-2ª edição: do Vereador Agildo José dos Reis: Canalização do Córrego Independência e Pavimentação da Avenida Manoel Fernandes; c) Indicação nº 106/2009-4ª edição: do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Iluminação no Trevo; d) Indicação nº 250/2010-2ª edição: do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Iluminação na Vila Existente Junto à Av. Djanira Lucas Esteves; e) Indicação nº 368: do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Construção de Ponte ou Colocação de Manilhas em Zona Rural; f) Indicação nº 369: do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Agilização dos Serviços de Mataburros; g) Indicação nº 375: da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: Proibição do Trânsito de Bicicletas e Skates nos Passeios do Baixo; h) Indicação nº 376: do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Dedetização na Rua Francisco Vieira Bomtempo; i) Indicação nº 377: do Vereador Agildo José dos Reis: Denominação de Escola Municipal; j) Indicação nº 378: do Vereador Agildo José dos Reis: Denominação de Unidade de Saúde. Sobre algumas indicações, houve comentários de vereadores. Sobre a Indicação nº 1/2009, o Vereador Agildo Reis, dentre outros comentários, disse que muitas pessoas entraram na Prefeitura nessa administração sem concurso público, e questionou esse fato; já marcou reunião num bairro e que, na próxima semana, colocará moto-som com mensagem pressionando pela realização do concurso público, bem como levará o assunto ao Ministério Público. Continuando os trabalhos, foi lida a Moção nº 25, do Vereador Agildo José dos Reis, de Aplausos a Maria Silvéria de São José Lopes. Votada, a Moção nº 25 foi aprovada por unanimidade, bem como a solicitação para entrega à homenageada em sessão. Às vinte horas e trinta e dois minutos, aberta a Ordem do Dia, a Sra. Secretária fez a leitura do Parecer nº 01, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Resolução nº 303. Após, o Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Resolução nº 303, dos Vereadores Romeu Moreira Batista, Alinéa Cristina Lamas, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Gerardo Magela Alves Menezes, que Insere Parágrafo ao Art. 117 da Resolução nº 113/90 – Regimento Interno, Limitando o Número de Indicações. Encerrada a discussão, o Projeto de Resolução nº 303 foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Romeu Moreira Batista; votando contra o Vereador Agildo José dos Reis. O Vereador Agildo José dos Reis passou às mãos do Sr. Presidente da Câmara uma requisição solicitando providências mediante o não envio a ele, até a presente data, das cópias dos aditivos ao convênio com o IFET, solicitadas ao Executivo em 2009. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Quadragésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e sete minutos do dia dezessete de março de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Agildo José dos Reis, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (43ª sessão ordinária, de 03/03/2011). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade, atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, o Sr. Presidente passou à entrega das moções aprovadas, da seguinte forma: a) Moção nº 22, pelo Vereador Jorge Luís Martins Soares (autor), à Sra. Viviane Gomes Vieira, Secretária Municipal de Educação; b) Moção nº 24, pelo Vereador Agildo José dos Reis (autor), ao Sr. Pablo Pires Diogo; c) Moção nº 25, pelo Vereador Agildo José dos Reis (autor), à Sra. Maria Silvéria de São José Lopes. Durante as entregas, todos os homenageados receberam salvas de palmas e se pronunciaram em agradecimento. O Sr. Presidente, em nome de todos os Vereadores, parabenizou aos homenageados e agradeceu pelas presenças. Seguindo, em atendimento ao art. 41, incisos VII e XXXVII, do Regimento Interno, o sr. Presidente fez a prestação de contas da Câmara dos meses de janeiro e fevereiro de 2011. Após, foram lidas as seguintes correspondências: a) ofício da Promotora de Justiça de Belo Horizonte, sobre arquivamento da recomendação referente ao reajuste do subsídio dos agentes políticos, que foi desvinculado dos servidores; b) ofício do IPSEMG, respondendo ao pedido de informação feito pelo Vereador Agildo; c) convite do Chefe do Depto. de Meio Ambiente, Gilberto Quintão (Dia da Água); d) carta do Sr. Prefeito enviando o edital de processo seletivo, para conhecimento e divulgação. O Vereador Agildo José dos Reis fez comentário sobre a correspondência supracitada à letra “b”. Sobre a correspondência supracitada à letra “c”, o Vereador Agildo José dos Reis disse que não adianta fazer a coleta seletiva do lixo se ele é enterrado no lixão, sendo que a usina de compostagem foi desligada. Sobre o mesmo assunto, a Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que a Prefeitura tenta consicentizar a população quanto à separação do lixo, iniciando esse trabalho pelo Bairro Santa Isabel, tendo em vista um trabalho maravilhoso a ser feito. O Vereador Romeu Moreira Batista cumprimentou o Vereador Agildo, pois concorda com ele de que não adianta coletar o material e depois enterrá-lo da mesma forma. O Vereador Jorge Luís Martins Soares apoiou a Vereadora Maria do Carmo, pois é necessário iniciar pela educação popular, como a instalação das lixeiras na cidade que foi um passo inicial. O Vereador Romeu Moreira Batista lembrou que já existiram lixeiras em anos anteriores, mas que foram quebradas pelo vandalismo. Sobre a correspondência supracitada à letra “d”, o Vereador Agildo José dos Reis citou a existência de termo de ajustamento de conduta, assinado pelo Prefeito para a representante do Ministério Público da Comarca, quanto à realização de processo seletivo; disse que a ampla divulgação não foi suficiente para o conhecimento desse processo seletivo por diversos vereadores, não abrangeu a afixação no quadro de avisos da Câmara e nem a publicação no jornal O Imparcial, além de não ter sido divulgado em moto-som,

estando divulgado apenas pela internet; disse que faltou transparência. A pedido do Vereador Agildo José dos Reis, registro as suas palavras seguintes, *in verbis*: “Se passar com letra ‘b’, é porque tem maracutaia no concurso. É só isso e conste isso em ata. Se passar com letra ‘b’, é porque tem maracutaia no concurso, no cargo de psicólogo. Muito obrigado e confirmo isso em ata.” Na sequência, foi lida a Intimação nº 2294/2011, expedida pela Coordenadoria de Apoio à 2ª Câmara, do Tribunal de Contas do Estado, enviando o parecer prévio sobre a prestação de contas do Município, ano 2009, processo nº 835.337. O Sr. Presidente informou que o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas já foi notificado e deverá seguir o prazo regimental. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.451, do Executivo, que Altera, em Parte, o Parágrafo Único do Artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.195/2005, Atualiza e Reajusta a Remuneração das Funções Públicas Mencionadas Abaixo e Cria as Funções Públicas de Fonoaudiólogo, Agente Sanitário e Agentes Sanitário (Farmacêutico), e Dá Outras Providências. Após, foi lido o Requerimento nº 98, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.451/2011. Votado, o Requerimento nº 98 foi aprovado por unanimidade. Então, observando ao art. 159 do Regimento Interno, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação e da Comissão de Finanças. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, provocada pelo seu Presidente, Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa, manifestou-se pela legalidade do projeto de lei. A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, provocada pelo seu Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, manifestou-se pela normalidade do projeto de lei. Então, havendo a deliberação plenária, o Sr. Presidente colocou em única discussão, no próprio Expediente, o Projeto de Lei nº 1.451. O Vereador Agildo José dos Reis disse que tem algumas dúvidas; perguntou se isso se trata de contrato ou de um processo simplificado, especialmente quanto ao cargo de psicólogo, pois os cargos não estão incluídos no processo aberto. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas disse que o cargo de psicólogo está incluído. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que a lei original, de 2005, prevê a realização do processo simplificado. O Vereador Agildo perguntou quanto aos demais cargos, e o Vereador Hermann respondeu que o art. 3º da Lei nº 1.195/2005 fala que o recrutamento será mediante processo seletivo simplificado. O Vereador Agildo disse que era só isso que queria saber. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes apoiou o projeto, que trata da área de saúde e revê a defasagem salarial. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que é uma vergonha um psiquiatra ganhar R\$1.200,00, e achou que alguns cargos precisariam ser aumentados ainda mais. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente procedeu à votação do Projeto de Lei nº 1.451, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo na pauta, foi lido o Requerimento nº 99, do Vereador Agildo José dos Reis, solicitando informações sobre as licitações para o reveillon 2011 e o carnaval 2011. O Sr. Presidente perguntou se o Vereador Agildo fez o mesmo pedido diretamente na Prefeitura, e se obteve resposta. O Vereador Agildo explicou que, tendo em vista o Decreto do Executivo, protocolou o requerimento na Prefeitura e na Câmara, sem saber se seria atendido diretamente pelo Executivo; pediu a aprovação pela Câmara, porque a informação não é apenas para ele, Vereador Agildo; comentou que apoiou a transferência do Reveillon para o

parque de exposições, mas, para o carnaval, viu que não seria o ideal, porque a Praça Dr. Último de Carvalho continuou a ser suja, e também considerando o monopólio de bebidas que descaracterizou o carnaval como uma festa popular no parque de exposições; então, quer ver a documentação sobre como foi organizada a festa. A pedido do Sr. Presidente, a Vereadora Alinéa Cristina Lamas leu a Carta nº 10/2010, do Vereador Agildo José dos Reis enviada ao Sr. Prefeito, apoiando a transferência dos festejos do reveillon 2011 para o parque de exposições. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que não vota contra pedidos de informações de vereadores ao Executivo, mas que acha uma incoerência o apoio do Vereador Agildo e agora o questionamento que ele faz, pois parece que o Vereador quis denegrir a imagem dos Prefeitos anteriores. O Vereador Agildo José dos Reis disse que não está aqui somente para fazer oposição, e disse que deseja saber como foi feito o processo de licitação para elucidar a venda de bebidas e saber da prestação de contas. O Vereador Romeu Moreira Batista perguntou se o Vereador Agildo foi atendido no pedido que fez diretamente à Prefeitura. O Vereador Agildo José dos Reis respondeu que sim, e que a assessoria jurídica do Sr. Prefeito é fraca, porque indeferiu o seu pedido como Vereador, fazendo um jogo de empurra, e agora o aceitou como cidadão. O Vereador Romeu questionou então o motivo do requerimento em Plenário. O Vereador Agildo José dos Reis disse que soube do deferimento do seu pedido à Prefeitura agora à noite, e pediu que o Dr. Hermann se manifestasse; disse que não irá retirar o seu requerimento antes de ouvir a opinião do Dr. Hermann. O Vereador Romeu disse que não vê motivo no requerimento do Vereador Agildo se ele já foi atendido diretamente na Prefeitura e está até convidando os vereadores para acompanhá-lo. O Vereador Agildo disse que viu o Vereador Hermann sinalizando de que gostaria de falar, e disse que irá retirar o requerimento. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o pedido anterior do Vereador Agildo protocolado na Prefeitura foi negado porque ele se colocou como representante da Câmara, o que cabe apenas ao Presidente da Câmara; comentou que qualquer cidadão tem direito a informações, nos termos do decreto do Executivo, ao passo que, na condição de Vereador, o pedido tem que passar pelo Plenário; disse que é contra requerimentos pedindo informações à Prefeitura pela existência do decreto, pelo qual se pode solicitar informações com agendamento. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça comentou que o Decreto nº 1.385/2010 dá aos cidadãos e vereadores uma hora de acesso por semana, na quinta-feira, mediante requerimento com oito dias de antecedência, a documentos da Prefeitura; questionou como serão pedidas informações sem antes se saber o que requisitar; disse que o decreto não exclui a possibilidade de os vereadores apresentarem requerimentos através do Plenário, e que os vereadores não são obrigados a fazerem o pedido na Prefeitura como cidadãos, já que são vereadores e se quiserem assim se portar; citou que o próprio assessor jurídico do Prefeito entende que os requerimentos dos vereadores devem passar pela Câmara, e questionou qual o problema dos vereadores em aprovar esses requerimentos; disse que o Sr. Prefeito fez ofício na Câmara solicitando as cópias das atas, e que ele tem esse acesso sem vir aqui na Câmara olhar as atas, as quais são enviadas em cópias para ele na Prefeitura; questionou porque a recíproca não é verdadeira; disse que pedido de informações é sagrado e está na Constituição Federal. O Vereador Jorge

Luís Martins Soares disse que ninguém está negando informações, que o requerimento tem o seu trâmite regimental, aplicado aos vereadores, os quais, como pessoas, têm outro direito, e que o voto dos vereadores é livre; o Vereador Jorge perguntou ao Vereador Hermann se ele entrou com um mandado de segurança na justiça solicitando todas as cópias, e disse que, pelo que sabia, o Vereador Hermann perdeu. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que o mandado de segurança não foi julgado ainda, nem mesmo o pedido de liminar; comentou que o mandado de segurança é sobre o envio de cópia de pesquisa administrativa paga com recursos públicos. O Vereador Hermann perguntou o motivo de o Vereador Jorge negar, e se tem algum problema em se ter acesso ao contrato. O Vereador Jorge disse que nega porque não é a favor e que ele não tem nenhum problema; disse que o problema é do Vereador Hermann e que ele, Jorge, não precisa dessa informação porque está vendo como está indo a administração, boa e com resultados; disse que apoia o Prefeito, não tem essas desconfianças e que o Prefeito tem uma assessoria jurídica que está procurando acertar. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa comentou que não foi o Vereador Hermann quem entrou com uma ação, mas sim o Executivo contra a lei municipal que o obrigava a enviar à Câmara os contratos e convênios, sendo que o Poder Judiciário reconheceu a inconstitucionalidade da lei, em liminar. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a justificativa do assessor jurídico do Prefeito para negar o pedido do Vereador Agildo foi o fato deste haver usado o papel timbrado da Câmara; disse que, segundo o assessor jurídico, se fosse usado um papel comum, o requerimento teria sido atendido, ou então, usando o papel timbrado, o requerimento teria que ter sido aprovado pelo Plenário. Colocado em votação, o Requerimento nº 99 foi rejeitado por cinco votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Fabrício Fernandes Costa Caiafa; obtendo os votos a favor dos Vereadores: Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Agildo José dos Reis e Gerardo Magela Alves Menezes. Após, foi lido o Requerimento nº 100, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, que requer ao Chefe do Executivo o fornecimento de cópia dos contratos e dos convênios celebrados pela administração. Colocado em votação, o Requerimento nº 100 foi rejeitado por cinco votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Fabrício Fernandes Costa Caiafa; obtendo os votos a favor dos Vereadores: Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Agildo José dos Reis e Gerardo Magela Alves Menezes. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 101, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, requer ao Chefe do Executivo o fornecimento de cópia do Decreto nº 1.370, que regulamentou a Lei Municipal nº 1.303/2009. O autor, Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, comentou sobre o objetivo do seu requerimento, e pediu o apoio dos colegas. O Vereador Romeu Moreira Batista manifestou-se a favor, pois o colega deseja cópia de um decreto, que é parte integrante de uma lei municipal. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que o decreto foi publicado por afixação. Votado, o Requerimento nº 101 foi aprovado por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) Indicação nº 62/2009-2ª Edição: da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: Reforma na Vila João Moreira

de Paiva; b) Indicação nº 86/2009-2ª Edição: do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Proteção Lateral em Rodovia; c) Indicação nº 235/2010-2ª Edição: da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: Abertura de Rua no Centro da Cidade; d) Indicação nº 379: do Vereador Jorge Luís Martins Soares: UBS no Lindo Vale; e) Indicação nº 380: da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: Placas de Referência; f) Indicação nº 381: do Vereador Gerardo Magela Alves Menezes: Edificação da Praça Professor Ubirajara; g) Indicação nº 382: do Vereador Agildo José dos Reis: Realização do Carnaval 2012 no Centro da Cidade. Sobre a Indicação nº 382, o Vereador Agildo José dos Reis se pronunciou. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que o Sr. Prefeito, já na véspera do início do carnaval, reuniu-se com organizadores da festa e manifestou o seu projeto de voltar com a mesma para o centro da cidade no próximo ano, tendo em vista o desejo popular. Última proposição da pauta, foi lida a Moção nº 26, da Vereadora Alinéa Cristina Lamas, de Aplausos à Dra. Gracinelli Maria Caetano Vieira Costa. Votada, a Moção nº 26 foi aprovada por unanimidade. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas, tendo a palavra concedida pelo Sr. Presidente, fez a leitura de declaração expedida por Maria Aparecida Andrade Moura, Coordenadora Estadual do Programa de Formação Política, EAD/Fundação Ulysses Guimarães, datada de 02/03/2011, sobre a participação de vereadores e servidora da Câmara em encontro de mediadores promovido pela FUG. A Vereadora Maria do Carmo disse que participou do encontro citado, que foi muito produtivo e era suprapartidário. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

AGILDO JOSÉ DOS REIS

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

MARIA DO CARMO V. SILVA GOMES

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

Ata da Quadragésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia sete de abril de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; ausentes os Vereadores Agildo José dos Reis e Gerardo Magela Alves Menezes; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (44ª sessão ordinária, de 17/03/2011). Votada, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Dando continuidade, atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, o Sra. Secretária fez a leitura da Moção nº 26, de aplausos à Dra. Gracinelli Maria Caetano Vieira Costa. Após, a autora, Vereadora Alinéa Cristina Lamas, fez breve pronunciamento e a entrega da moção à homenageada, quando lhe foi concedida salva de palmas. A homenageada, Dra. Gracinelli, pronunciou-se, emocionada, em agradecimentos. O Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, em nome dos demais Vereadores, disse à homenageada que o seu trabalho é conhecido e que foi um prazer aprovar-lhe a moção de aplausos. Às dezenove horas e dezessete minutos o Vereador Agildo José dos Reis compareceu à sessão. Continuando os trabalhos, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite da Prefeitura para a abertura de exposição, no dia onze de abril; b) Ofício nº 04, do Diretor da Escola Estadual Professor José Borges de Moraes, solicitando uso do salão da Câmara no dia doze de abril; c) Ofício nº 94, do Sr. Prefeito, em função do Requerimento nº 101, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, que solicitou o envio do Decreto nº 1.370. Sobre o pedido de uso do recinto da Câmara, nos termos dos arts. 12 e 48, XIII, do Regimento Interno, o Sr. Presidente consultou e o Plenário aprovou a solicitação. Quanto ao Ofício nº 94, do Sr. Prefeito, o Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça comentou sobre a origem da lei que regulamenta o pagamento de diárias pelo Poder Executivo; comentou que apurou, pelas notas de empenho, diárias recebidas em desacordo com a lei; comentou sobre o seu pedido de devolução de valores recebidos a maior pelo Sr. Prefeito, sendo que este reconheceu haver recebido valores a maior e que isso se deveu a um equívoco do controle interno da Prefeitura, bem como que iria restituir parte do dinheiro pleiteado pelo Vereador Hermann; o Vereador Hermann comentou sobre o seu pedido de envio à Câmara do comprovante de devolução dos valores pelo Sr. Prefeito, e sobre o tempo que levou para que o Chefe do Executivo efetivasse a devolução; o Vereador Hermann prosseguiu dizendo que, analisando as notas de empenho, constatou que as mesmas fazem menção à lei municipal e ao Decreto nº 1.370, decreto este que ele não teve acesso e, por isso, o requisitou na sessão passada, através de requerimento, para saber o que o decreto estabelecia; explicou o Vereador Hermann que a Câmara solicitou o decreto oficialmente e que o Sr. Prefeito, através de ofício, recusou-se a fornecer a cópia do Decreto nº 1.370; requisitou ao Sr. Presidente da Câmara que, como representante da Câmara, tome as providências necessárias, acionando a assessoria jurídica da Câmara, a fim de que entre com mandado de segurança contra este ato do Prefeito em recusar a fornecer cópia de decreto para esta Casa; disse o Vereador Hermann, que, em tese, essa recusa se trata de um descumprimento à lei

federal e à lei municipal, podendo configurar, em tese, crime de responsabilidade, com base no Decreto-Lei nº 201; o Vereador Hermann comentou sobre a justificativa do Sr. Prefeito, direcionando o acesso ao regulamentado pelo Decreto nº 1.385, e disse que não pediu acesso ao documento na Prefeitura, mas sim que pediu cópia do Decreto nº 1.370, de forma que a justificativa do Sr. Prefeito não procede. O Sr. Presidente da Câmara afirmou ao Vereador Hermann que, o que for da lei, será cumprido, e o que tiver que ser feito, será feito. Dando sequência, o Sr. Presidente comunicou que estão com a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas os pareceres prévios do Tribunal de Contas sobre as contas do Executivo dos anos de 2009, 2006 e 2005; disse que a Comissão deverá se manifestar no prazo regimental. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.452, do Executivo, que Altera a Redação do Caput do Artigo 1º da Lei Municipal nº 842/91, que Instituiu o Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio Pomba, e Dá Outras Providências. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 102, da Mesa Diretora, que Requer Urgência Especial Para o Projeto de Lei nº 1.452/2011. Votado, o Requerimento nº 102 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, observando ao art. 159 do Regimento Interno, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação e da Comissão de Saúde. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, provocada pelo seu Presidente, Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa, manifestou-se pela legalidade do projeto de lei. A Comissão de Educação, Saúde e Assistência, provocada pela sua Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, manifestou-se pela normalidade do projeto de lei. Então, havendo a deliberação plenária, o Sr. Presidente colocou em única discussão, no próprio Expediente, o Projeto de Lei nº 1.452. O Vereador Romeu Moreira Batista manifestou-se favorável à proposição. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.452 foi submetido à votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo na pauta, o Sr. Presidente encaminhou para análise da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final o Projeto de Resolução nº 304, dos Vereadores Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Gerardo Magela Alves Menezes, Romeu Moreira Batista, Maurílio Rodrigues dos Reis e Fabrício Fernandes Costa Caiafa, que Altera a Redação do Art. 139 da Resolução nº 113/90 – Regimento Interno, Que Trata das Moções. O Sr. Presidente comunicou que, para análise desta proposição, a Comissão de Legislação será presidida pela Vereadora Alinéa e composta ainda pela Vereadora Maria do Carmo e pelo Vereador Jorge. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 103, do Vereador Agildo José dos Reis, solicitando Informações Sobre Notificações de Débitos e Dívida Ativa. Votado, o Requerimento nº 103 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, passou-se à entrega das seguintes indicações: a) do Vereador Agildo José dos Reis: - Indicação nº 44/2009-2ª edição: Desentupimento de Bueiros e Verificação de Rede de Esgoto; b) da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: - Indicação nº 94/2009-3 edição: Providências na Travessa Raimundo Furtado; - Indicação nº 388: Colocação de Lixeiras na Rua Cel. Antônio Pedro; c) dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Alinéa Cristina Lamas: - Indicação nº 29/2009-3 edição: Criação do Passe Estudantil Para os Alunos do Ifet; d) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: - Indicação nº 383: Atividades Recreativas na Praça; - Indicação nº 386: Reforma de Ponte nas Candongas; - Indicação nº 387: Reforço da Iluminação na

Rua Álvaro Augusto Cruz; e) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: - Indicação nº 384: Implantação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; f) do Vereador Romeu Moreira Batista: - Indicação nº 322/2010-2ª edição: Semáforo nas Vias em Torno da Praça Joaquim Alves de Araújo. Sobre a sua Indicação nº 322, o Vereador Romeu Moreira Batista disse que a está trazendo pela segunda vez, já tendo conversado com o Sr. Prefeito; explicou o lugar de onde se trata, que está um caos, e que a mesma se originou de um pedido do Sr. Helinho Sarmiento; ressaltou que a está repetindo por causa dos recentes acidentes ocorridos no local e pelo perigo que realmente existe, como em outros lugares da cidade também; disse que o local é especialmente perigoso e pediu a ajuda de todos, bem como dos demais vereadores, para a concretização do que está pedindo, para que não vejamos acidentes gravíssimos. Ato contínuo, foi lida a Moção nº 27, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, de Aplausos a Alarcon Mendes Gomes. Votada, a Moção nº 27 foi aprovada pela unanimidade dos presentes, bem como o pedido da autora para entrega da mesma em plenário. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que não está aqui defendendo o Prefeito e que não é o dono da verdade, mas, com vinte anos de exercício da vereança, disse que não poderia deixar passar sem comentar sobre as diárias recebidas pelo Sr. Prefeito; disse que os questionamentos do Vereador Hermann são verdadeiros, mas recordou que houve uma dúvida na interpretação da lei quanto aos valores que seriam cobrados de acordo com as cidades, em função da distância e do número de habitantes; comentou que houve um debate na Câmara sobre isso, pois havia dúvidas causadas por apenas uma palavra, que trouxe transtornos até que fosse legalizado; disse que a questão foi resolvida e que realmente houve isso; o Vereador Romeu seguiu dizendo que ainda hoje conversou com o assessor jurídico do Prefeito e que lhe disse achar que o decreto deveria ter sido remetido à Câmara, citando inclusive que o requerimento foi aprovado por unanimidade e que o decreto é como uma lei, e que esta Casa precisa de cópias de leis para ter informações e saber informar aos cidadãos; disse o Vereador Romeu que, se o Prefeito não enviou, deve ter os seus motivos. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça acrescentou que o que gerou a dúvida no valor da diária foi com relação à cidade de Juiz de Fora, porque entende, com base na lei, que a diária seria de R\$80,00 e o Sr. Prefeito entende que é de R\$180,00, sendo que, no entanto, o Sr. Prefeito estava recebendo R\$234,00; sobre a diária de Belo Horizonte, que é R\$300,00, disse que o Sr. Prefeito estava recebendo R\$510,00 e, quanto a este fato, ele (Prefeito) nada questionou. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Quadragésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia vinte e cinco de abril de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; ausente o Vereador Agildo José dos Reis; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (45ª sessão ordinária, de 07/04/2011). Votada, a ata foi aprovada por seis votos, havendo a ausência do Vereador Agildo José dos Reis e a abstenção do Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, por estar ausente à referida sessão. Dando continuidade, atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, a Secretária fez a leitura da Moção nº 27, de aplausos a Alarcon Mendes Gomes. Durante a leitura, o Vereador Agildo José dos Reis compareceu à sessão. Após, a autora, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, fez breve pronunciamento e a entrega da moção ao homenageado, quando lhe foi concedida salva de palmas. O homenageado, Sr. Alarcon Mendes Gomes, fez breve pronunciamento de agradecimento e ressaltou que nada fez sozinho. Seguindo, em atendimento ao art. 41, incisos VII e XXXVII, do Regimento Interno, o sr. Presidente fez a prestação de contas da Câmara do mês de março de 2011. Dando sequência, o Sr. Presidente comunicou que continuam com a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas os pareceres prévios do Tribunal de Contas sobre as contas do Executivo dos anos de 2006 e 2005. Após, foi lido resumidamente o Projeto de Decreto Legislativo nº 127, do Vereador Agildo José dos Reis, que Outorga Título de Cidadã Honorária a Maria Aparecida Ferreira Macedo, já com o relatório favorável da Comissão Apuradora de Homenagens. Este projeto seguiu tramitando. Ato contínuo, foram lidos o Parecer nº 1, da Comissão de Finanças, sobre a Prestação de Contas da Prefeitura Referente ao Exercício de 2009 – Aprovação das Contas; e o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, da Comissão de Finanças, que Aprova as Contas da Prefeitura de Rio Pomba do Exercício de 2009. Ambas as proposições seguiram tramitando. Após, passando ao Projeto de Resolução nº 304, dos Vereadores Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Gerardo Magela Alves Menezes, Romeu Moreira Batista, Maurílio Rodrigues dos Reis e Fabrício Fernandes Costa Caiafa, que Altera a Redação do Art. 139 da Resolução nº 113/90 – Regimento Interno, Que Trata das Moções, o Sr. Presidente disse que a Comissão de Legislação ainda não havia se manifestado, e perguntou à Vereadora Alinéa Cristina Lamas, no exercício da Presidência da citada comissão, se seria possível a emissão do parecer verbal. Então, solicitados a manifestar os membros substitutos da Comissão de Legislação, Vereadores Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Jorge Luís Martins Soares, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final emitiu verbalmente o seu parecer pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Resolução nº 304. Havendo a deliberação Plenária, o Sr. Presidente colocou em discussão, ainda no expediente, o Projeto de Resolução nº 304. Encerrada a discussão e havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 304, que foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Alinéa

Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Romeu Moreira Batista; e recebeu o voto contrário do Vereador Agildo José dos Reis. Continuando os trabalhos, foi lida resumidamente a Moção nº 29, do Vereador Agildo José dos Reis, de Aplausos ao Dr. Gustavo Barbosa Vieira. Colocada em votação, a Moção nº 29 foi aprovada por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes indicações: a) Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 333/2010-2ª edição: Providências na Rua Divino de Oliveira; b) Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Alinéa Cristina Lamas: 1) Indicação nº 389: Insalubridade Para os Agentes do PSF; c) Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 139/2009-2ª edição: Estacionamento Para Motos; d) Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 390: Reserva de Vaga Para Escolares Próximo do Colégio Exitus. Concedida a palavra pelo Sr. Presidente, o Vereador Agildo José dos Reis disse que recebeu uma ligação de quatorze minutos do assessor jurídico, Dr. Gilson Silveira, da atual administração, e que o Dr. Gilson lhe informou que não foi mandado embora porque não era funcionário de cargo comissionado, pois possuía contrato de prestação de serviços; disse que o Dr. Gilson lhe informou que discordava de enviar documentos da Prefeitura para o Vereador Hermann, mesmo através de requerimentos, porque os requerimentos do Vereador Agildo eram cumpridos pelo decreto baixado pelo Sr. Prefeito e o Vereador Agildo ia pessoalmente à Prefeitura, sendo que o Dr. Gilson argumentava com o Sr. Prefeito sobre o tratamento diferente para o Vereador Agildo; o Vereador Agildo seguiu dizendo que o Dr. Gilson saiu muito decepcionado com as atitudes e que este lhe disse com certeza que é um direito sim, do Vereador, ver os documentos, mas que o decreto baixado pelo Prefeito tinha que ser respeitado, não havendo diferença entre o Vereador Hermann e o Vereador Agildo, considerando que o Sr. Prefeito queria enviar os documentos requisitados pelo Vereador Hermann, ao que o Dr. Gilson falou que não, se o Vereador Agildo cumpriu o decreto e foi pessoalmente à Prefeitura, porque com o Vereador Hermann seria diferente; o Vereador Agildo disse que o Dr. Gilson lhe informou ser este o motivo de ele haver pedido a rescisão contratual, e que não foi o Sr. Prefeito quem pediu; o Vereador Agildo prosseguiu dizendo que o Dr. Gilson lhe passou estas informações e para que as mesmas fossem registradas na ata. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que, no seu caso, houve a recusa do Sr. Prefeito. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que debateu muitas vezes com o Sr. Prefeito porque achava que ele tinha que mandar os documentos, e que o Prefeito não enviou somente os requisitados pelo Vereador Hermann, mas também agora pelo Vereador Agildo; comentou que o Dr. Gilson orientava o Sr. Prefeito a não enviar os documentos, apesar de o Sr. Prefeito realmente achar que deveria enviar. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que fez dois requerimentos aprovados pela Câmara, um sobre a pesquisa administrativa, que foi recusado, e outro atinente ao decreto que regulamentou a diária, que também foi recusado o fornecimento. O Vereador Agildo José dos Reis disse que não combinava de forma alguma com o assessor jurídico anterior, Dr. Roberto Thomaz, e que com o Dr. Gilson estava até lidando bem, por mais que eles não quizessem lhe entregar documentos, mas por ser muito atencioso com os vereadores e pelos ofícios

baseados na simplicidade que eram enviados à Câmara, sendo pessoa de “coração grande”, e disse que Rio Pomba perdeu muito pelo Dr. Gilson não continuar; o Vereador Agildo José dos Reis prosseguiu dizendo que o seu último requerimento aprovado foi respondido pelo Prefeito, sobre a notificação de débitos do IPTU; leu trechos da resposta enviada; disse que o Sr. Prefeito não tem conhecimento do que alguns de seus assessores fazem, ocupantes de cargos comissionados, e que ia provar isso através da resposta ao seu requerimento questionando se o Executivo expediu carta ou notificou contribuintes quanto a débitos do IPTU; disse o Vereador Agildo que, na sua resposta, o Sr. Prefeito informa que não enviou carta, de forma que ele (Agildo) acha que, ou ele (Prefeito) tem memória curta ou está a fim de lhe perseguir politicamente, cometendo crime de imparcialidade, porque ele, Vereador Agildo, recebeu carta registrada da Prefeitura (a qual o Vereador mostrou), próximo da data de votação do IPTU, dia oito de dezembro de 2009, notificando-lhe quanto à sua parte; disse que agora, depois de dois anos, ele fez o questionamento e o Sr. Prefeito falou que não enviou para ninguém, criando uma imparcialidade e deslealdade; disse o Vereador Agildo que a carta está assinada pelo Sr. Marcelo Furtado Santiago, Chefe do Departamento de Cadastro; o Vereador Agildo esclareceu que a sua dívida do IPTU já está paga há um bom tempo, que não deve nada aos cofres públicos e que devia porque estava com um problema de inventário; disse, entretanto, que não cabe ao Sr. Prefeito enviar uma carta notificando apenas ele, Vereador Agildo, num tipo de perseguição; pediu para registrar que está sabendo que pessoas estão a fim de lhe prejudicar por causa do seu mandato e pela sua forma de agir baseado em documentos; apresentou ofício do Ministério Público comunicando que a denúncia feita por ele, Vereador Agildo, sobre o Sr. Michael Guedes não foi arquivada, mas deu abertura a uma investigação e garantiu, o Vereador Agildo, que foi gerado o crime de improbidade administrativa comprovado pelos documentos que ele entregou ao Ministério Público; o Vereador Agildo disse para o Sr. Prefeito que não adianta armar nada contra ele para lhe prejudicar, porque as pessoas o têm contado fatos e o assessor de esportes do Sr. Prefeito falou para os Presidentes dos times de futebol que os carros da Prefeitura não podem transportar times porque o Vereador Agildo Reis não deixa; disse que foi procurado por alguns presidentes de times neste Domingo de Páscoa para saberem se é verdade; disse que pode trazê-los aqui para confirmarem, um deles sendo o Presidente do clube do Rosário, para quem ele disse que não é ele quem permite, pois carro escolar só pode andar com alunos de segunda a sexta-feira; deixou claro para o Sr. Prefeito que, se pegar Kombi ou ônibus escolar em dia de domingo rodando fora da finalidade, com verba da educação, irá denunciar sim, fotografar e chamar a polícia, porque é crime; disse que carros da Prefeitura têm que ficar guardados nos dias de sábado e domingo, exceto em casos de calamidade pública, e que veículos da Prefeitura rodam em finais de semana, com todo mundo vendo, mas ninguém fala que está vendo; disse que informou às pessoas que não é o Agildo Reis que faz a lei, pois é lei federal que proíbe veículo escolar de transportar time de futebol, sendo que o Prefeito deveria usar a dotação do esporte e contratar um transporte para o futebol, pelo que ele (Agildo) ficará muito satisfeito. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas perguntou se o Vereador Agildo viu algum carro da educação rodando nos finais de semana. O Vereador Agildo José dos Reis respondeu que não.

O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que se o Dr. Gilson alegou para o Vereador Agildo o que este relatou, o Dr. Gilson informou mal, pois o Vereador Agildo não está sendo preterido uma vez que o Sr. Prefeito não forneceu a cópia do decreto a ele, Hermann, invocando o Decreto nº 1.385. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que telefonou para o Dr. Gilson e que soube que ele não foi mandado embora, mas sim que teve o contrato cancelado a seu pedido, o que foi lamentável uma vez que o Dr. Gilson conquistou a Câmara Municipal pela sua humildade; quanto ao envio do decreto, o Vereador Romeu disse que deu a sua opinião para o Dr. Gilson de que ele deveria tê-lo enviado, sendo esta a opinião também do Sr. Prefeito, que não tinha nada a esconder; perguntou se o decreto requisitado pelo Vereador Hermann foi enviado. O Vereador Hermann disse que inicialmente o Sr. Prefeito recusou, e que depois o Sr. Presidente da Câmara lhe enviou ofício, após o que então o Sr. Prefeito enviou a cópia do decreto. O Vereador Romeu disse que falou pessoalmente com o Sr. Prefeito e que viu ele solicitar a funcionário da Prefeitura o envio da cópia; disse que na conversa com o Dr. Gilson surgiu até o comentário de que o Presidente da Câmara havia ameaçado o Sr. Prefeito, caso não enviasse o decreto, de que iria entrar na justiça para obtê-lo; disse esperar que o Sr. Prefeito tenha competência suficiente para arrumar um assessor jurídico igual ao Dr. Gilson ou melhor. O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que apenas informou ao Dr. Gilson que ia cumprir a lei entrando com pedido judicial, caso não fosse enviado o decreto; disse ser do seu conhecimento que o Sr. Prefeito queria enviar o documento, e que o Dr. Gilson é quem não concordava com isso. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que estavam acontecendo essas incompatibilidades entre o Dr. Fernando e a assessoria jurídica; comentou que o Sr. Prefeito queria enviar as informações para todos que solicitassem, mas que a assessoria jurídica ficava barrando. O Vereador Hermann salientou que quem recusou o envio não foi a assessoria jurídica, mas sim o Prefeito, que tem autonomia. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes confirmou as palavras do Vereador Jorge; disse que o Dr. Gilson lhe telefonou e enviou um abraço a todos os vereadores; comentou que o Dr. Gilson está com problemas de saúde e isso dificultava as suas viagens constantes, como mais um motivo para a rescisão contratual. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

GERARDO MAGELA ALVES MENEZES

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

ROMEU MOREIRA BATISTA

MARIA DO CARMO VIEIRA DA SILVA GOMES

HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA

AGILDO JOSÉ DOS REIS

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

Ata da Quadragésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia cinco de maio de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (46ª sessão ordinária, de 25/04/2011). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. O Sr. Presidente comunicou que continuam com a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas os pareceres prévios do Tribunal de Contas relativos às contas do Executivo dos anos de 2006 e 2005. Após, foi lida a Moção nº 28, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, de Aplausos a Dr. Henrique Dias Filho. Colocada em votação, a Moção nº 28 foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 311/2010-2ª edição: Recebimento de imóvel em doação; 2) Indicação nº 393: Proibição de estacionar; b) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 394: Calçamento de ruas do cemitério; c) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 391: Providências nos bancos da Praça Dr. Último de Carvalho; 2) Indicação nº 392: Banheiros no parque de exposições. Dando continuidade, atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, a Secretária fez a leitura da Moção nº 29, de aplausos ao Dr. Gustavo Barbosa Vieira. Após, o autor, Vereador Agildo José dos Reis, fez a entrega da moção ao homenageado, quando lhe foi concedida salva de palmas. O homenageado, Dr. Gustavo Barbosa Vieira, pronunciou-se em agradecimentos e falou sobre a evolução, ao longo do tempo, do trabalho da Polícia Civil junto à comunidade. Às dezenove horas e quinze minutos, aberta a Ordem do Dia, o Sr. Presidente comunicou que continuaria tramitando, tendo em vista o art. 243 do Regimento Interno, o Projeto de Decreto Legislativo nº 127, do Vereador Agildo José dos Reis, que Outorga Título de Cidadã Honorária a Maria Aparecida Ferreira Macedo. Então, foi lido o Parecer nº 1, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, sobre a Prestação de Contas da Prefeitura Referente ao Exercício de 2009 – Aprovação das Contas. Em seguida, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que Aprova as Contas da Prefeitura de Rio Pomba do Exercício de 2009. Com a permissão para usar a palavra, o Vereador Agildo José dos Reis pediu para constar em ata, *in verbis*, o seu pronunciamento, que é o seguinte: “Boa noite a todos. Obrigado pela presença. Senhor Presidente, Senhores Vereadores. Nesta sessão, estamos apreciando, para julgamento, o parecer prévio do egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, referente a prestação de contas do exercício de dois mil e nove, de responsabilidade do atual administrador público, Dr. Fernando Antônio Dutra Macedo. O parecer, como todos sabem, refere-se a um ato meramente opinativo, e no caso ora analisado, refere-se tão somente a aplicação dos percentuais exigidos por normas constitucionais e infraconstitucionais a saber: aplicação de quinze por cento com a saúde, vinte e cinco por cento com a educação, sessenta por cento com remuneração do FUNDEB e aplicação inferior a cinquenta e quatro por

cento da receita corrente líquida, atinente ao gasto com pessoal, excluído, neste caso, os gastos com pessoal inativo. Portanto, a análise da legalidade das contas públicas, o que equivale dizer, conhecer os empenhos, os gastos efetuados, os processos licitatórios se foram elaborados e se estão em conformidade com a legislação reguladora da matéria é um dever impostergável de nós vereadores, componentes desta Casa, do qual não podemos nos abster. Por estas razões e por outras razões, eu peço vista das contas, neste momento.” O Vereador Agildo José dos Reis prosseguiu dizendo que esteve no Tribunal de Contas e que foi assim que lhe ensinaram e disseram que há, hoje, pendências judiciais referidas ao atual administrador, uma delas, objeto de investigação policial solicitada pelo Promotor de Justiça, sobre possível ato de improbidade administrativa no caso do Michael Guedes, e outra denúncia envolvendo o parque de exposições emprestado a uma entidade que não é de utilidade pública, infringindo várias leis municipais; disse que levou essas denúncias ao Tribunal de Contas e, novamente, pediu vistas, porque haverá uma perícia nas despesas de dois mil e nove, mediante as denúncias feitas por ele ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas, porque há coisas pendentes que o Sr. Prefeito tem que justificar, como as duas por ele já citadas e também a contratação de funcionários a apenas um mês das eleições, a contratação de funcionário que trabalha em fábrica de ração de sete da manhã às quatro da tarde, mas consta em folha de pagamento da Prefeitura, tudo isso objeto de encaminhamento ao Ministério Público, que deve tomar novas diligências; disse que são documentos comprovando atos de irregularidades e atos de possível improbidade administrativa, em denúncias feitas desde abril de dois mil e nove; disse esperar apenas que o Sr. Prefeito tenha justificativas nessas denúncias. O Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, disse que está aqui cumprindo a lei, que passou a análise das contas para a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e aos Vereadores para consulta às comissões, sendo que não houve nenhum pedido para estudo do caso; disse que ia colocar em votação plenária o pedido de adiamento feito pelo Vereador Agildo, e que, se esse pedido for rejeitado, as contas serão discutidas e votadas hoje, porque os prazos foram cumpridos. Então, conforme prevê o art. 202 do Regimento Interno, o Sr. Presidente colocou em votação o pedido de adiamento da discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 128, feito pelo Vereador Agildo José dos Reis. O pedido de adiamento foi rejeitado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Fabrício Fernandes Costa Caiafa; recebendo 03 (três) votos a favor dos Vereadores: Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Agildo José dos Reis. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes justificou o seu voto dizendo ser favorável sempre que um Vereador deseje ter vistas em algum assunto. O Sr. Presidente anunciou então que colocaria em votação nominal o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, que aprova as contas da Prefeitura do exercício de 2009 (dois mil e nove). Realizada a votação nominal pela chamada em ordem alfabética dos Vereadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 128 foi aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Romeu Moreira Batista; e

recebeu 02 (dois) votos contrários dos Vereadores Agildo José dos Reis e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça. Ao votar, o Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que votava a favor, mas que aguardava com ansiedade as denúncias que foram apresentadas aqui, sendo que acompanhou o parecer prévio do Tribunal de Contas em seu voto. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça justificou o seu voto contrário como sendo devido aos questionamentos que fez em dois mil e dez com relação às diárias do ano de dois mil e nove; comentou que foi sancionada a Lei nº 1.303/2009, disciplinando o pagamento de despesas de viagem ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, e que, analisando as notas de empenho do Executivo, verificou que o Prefeito havia recebido diárias em valores a maior do que concerne as viagens para Juiz de Fora e Belo Horizonte, diante do que, no dia três de fevereiro de 2010, protocolou na Câmara um requerimento pedindo ao Prefeito providências no sentido de devolver os valores recebidos a maior; disse o Vereador Hermann que o Sr. Prefeito respondeu ao seu requerimento admitindo que tinha recebido a maior e manifestando-se no sentido de proceder à devolução, discordando, no entanto, no que tange às diárias para Juiz de Fora, ponto esse em que reside o motivo do seu voto contra as contas; o Vereador Hermann disse entender que o valor da diária para Juiz de Fora se enquadra no grupo dois do anexo único da Lei nº 1.303, no valor de R\$80,00, e que o Sr. Prefeito estava recebendo R\$234,00, sendo que este reconheceu haver recebido a maior, mas não quanto ao enquadramento no grupo dois, alegando o Sr. Prefeito que o valor da diária para Juiz de Fora é de R\$180,00, com base no grupo quatro; o Vereador Hermann prosseguiu dizendo que, no seu entendimento, havia uma má interpretação da lei devido ao emprego da conjunção aditiva “e”; citou que o Sr. Prefeito admitiu que iria devolver os valores das diárias relativas a Belo Horizonte, por estar recebendo R\$510,00 quando a lei falava em R\$300,00, com base no grupo cinco; disse que o Sr. Prefeito admitiu em parte e se posicionou no sentido de devolver os valores, mas que, no dia cinco de abril de 2010, ele, Vereador Hermann, fez outro requerimento pedindo a cópia do comprovante de devolução, porque até então o mesmo não havia sido enviado à Câmara, e pedindo também a devolução das diárias recebidas em janeiro/2010, analisadas posteriormente, sendo que esse requerimento foi rejeitado pela Câmara; comentou o Vereador Hermann que, no dia dezoito de junho de 2010, reiterou um terceiro requerimento pedindo o comprovante de devolução das diárias recebidas a maior pelo Prefeito, quando então este procedeu à devolução dos valores, três dias depois do seu requerimento, devolução no valor de R\$3.316,00 realizada pelo funcionário contratado por ele; o Vereador Hermann disse entender que, apesar do funcionário haver devolvido, sendo que não foi o funcionário quem recebeu os valores, mas sim o Sr. Prefeito, a quem caberia fazer a devolução, no seu entendimento, ainda assim o Sr. Prefeito não procedeu integralmente à devolução das diárias recebidas no período de 22 de setembro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, recebidas a maior no que concerne a Juiz de Fora, porque o Sr. Prefeito entende que o valor da diária é de R\$180,00 e devolveu R\$54,00 de cada diária, enquanto o Vereador Hermann entende que o valor da devolução seria de R\$154,00 de cada diária; finalizou dizendo que, por conta disso, votou contra as contas de dois mil e nove, ressaltando também a possibilidade de, futuramente, observar eventuais irregularidades. O Vereador Jorge Luís Martins Soares justificou o seu voto a favor

como em confiança no trabalho do Tribunal de Contas, que é um órgão superior à Câmara Municipal e, se não encontrou nada de errado, quem são os vereadores para encontrar. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e trinta e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

ROMEU MOREIRA BATISTA

GERARDO MAGELA ALVES MENEZES

HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

AGILDO JOSÉ DOS REIS

MARIA DO CARMO VIEIRA DA SILVA GOMES

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

Ata da Quadragésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de

Rio Pomba. Às dezenove horas do dia dezenove de maio de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (47ª sessão ordinária, de 05/05/2011). O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça pediu para ressaltar um comentário seu, lavrado às folhas trinta e dois deste livro, dizendo que, quando se referiu à conjunção aditiva “e”, referia-se ao grupo dois do anexo único da Lei nº 1.303/2009. Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, em atendimento ao art. 41, inciso VII, do Regimento Interno, o sr. Presidente fez a prestação de contas da Câmara do mês de abril de 2011. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 12/2011, do Vereador Agildo José dos Reis, que Insere artigo no Código de Posturas Municipal, dispendo sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais que disponibilizem alimentos perecíveis para consumo, de efetuarem a dedetização de suas instalações. O autor falou sobre os objetivos da sua proposição e agradeceu sugestão do Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa. O Sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e à Comissão de Educação, Saúde e Assistência. O Sr. Presidente disse que os vereadores que necessitarem do apoio da Assessora Jurídica da Câmara poderão contar com sua disponibilidade especialmente na sexta-feira. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.453/2011, do Vereador Agildo José dos Reis, que Inclui o tema “Educação Ambiental” na disciplina de ciências da grade curricular da rede pública municipal. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes parabenizou ao Vereador Agildo pelos dois projetos apresentados; disse que estudará as suas legalidades e que tratam de assuntos muito importantes; comentou que o Código de Posturas Municipal precisa de uma revisão geral. O Sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e à Comissão de Educação, Saúde e Assistência. Dando continuidade, foi lida a mensagem de encaminhamento do Projeto de Lei nº 1.454/2011, do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2012 e dá outras providências. O Sr. Presidente comunicou que a proposição está à disposição dos vereadores, inclusive para cópias, e que o prazo de quinze dias para emendas se inicia hoje. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.455/2011, da Mesa Diretora, que Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos municipais (6,3%, segundo o INPC). Também foi lido o Requerimento nº 104, da Mesa Diretora, que Requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.455. Votado, o Requerimento nº 104 foi aprovado por unanimidade. Então, na forma do art. 159, § 2º, do Regimento Interno, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação e da Comissão de Finanças. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, após consulta aos demais membros pelo seu Presidente, Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa, verbalmente se manifestou pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.455. A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas,

após consulta aos demais membros pelo seu Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, verbalmente se manifestou favorável ao Projeto de Lei nº 1.455. Com autorização Plenária, o Sr. Presidente colocou em discussão, ainda no Expediente o Projeto de Lei nº 1.455. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente procedeu à votação do Projeto de Lei nº 1.455, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.456/2011, do Executivo, que Concede revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais (5,6%). O Vereador Agildo José dos Reis repudiou o aumento salarial proposto pela administração, primeiramente por enviar o projeto no último momento, após muita insistência dos funcionários, e segundo pelo argumento de que os funcionários merecem um índice maior contestado pela possibilidade de, no início do mandato, elaborar-se um projeto de lei readequando a administração para possibilitar um aumento salarial maior; disse que não é possível conceder um aumento maior porque o Prefeito está enchendo a Prefeitura de gente, a cada mês entrando novos funcionários; disse que não vê valorização nenhuma dos funcionários da Prefeitura, inclusive, desde 1996, quando foi realizado o último concurso. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa concordou com o Vereador Agildo e lembrou que o reajuste do salário mínimo foi em torno de 6,75%, e que o reajuste do funcionalismo deveria ser neste percentual, no mínimo. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes concordou, disse que foi numa reunião dos funcionários e que o aumento de 5,6% é fraco, sendo que os vereadores precisam fazer algo; questionou que, se o aumento do salário mínimo foi de 6,75%, porque o funcionalismo receberia apenas 5,6%. O Vereador Romeu Moreira Batista manifestou-se dizendo que o aumento é muito baixo e que, em breve, veremos funcionários que ganhavam o equivalente a dois salários mínimos ganhando apenas um salário, devido à defasagem acumulada. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes comparou a defasagem do reajuste proposto para o funcionalismo (5,6%) com o próprio reajuste aprovado para os agentes políticos municipais (6,3%); esclareceu que a revisão dos subsídios segue o disposto na Constituição Federal e inclusive à recomendação feita pelo Ministério Público do Estado, pois não pode ser vinculada à revisão do funcionalismo público e segue índice de medição da inflação; quanto à proposta do Executivo, disse que, por outro lado, a Câmara não pode deixar de votá-la, caso em que o funcionalismo ficaria sem aumento algum, embora não possa deixar de reclamar pelos funcionários, que estão sendo prejudicados; pediu à Mesa Diretora, principalmente ao Presidente da Câmara, para que interceda junto ao Sr. Prefeito tentando um aumento maior. O Sr. Presidente da Câmara disse que o aumento possível é este, segundo o Sr. Prefeito. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que se sente até humilhado em ter um aumento maior do que o dos funcionários, o que é ruim politicamente; disse que precisa mais é o Sr. Prefeito enviar esse projeto para a Câmara com maior antecedência, para ser melhor estudado junto com a Presidente do SINSEMRIP e o funcionalismo; disse que, da forma como veio, os vereadores não têm como fazer nada e não podem rejeitar o projeto. O Sr. Presidente disse que houve um atraso devido à troca da assessoria jurídica da Prefeitura. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que há mais de quinze dias tem visto o novo assessor do Prefeito. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que o projeto não está na ordem do dia e opinou que os vereadores não deveriam votá-lo

hoje, podendo se realizar uma sessão extraordinária com a convocação do Presidente do SINSEMRIP para se debater melhor a questão; com relação ao funcionalismo, disse estar de pleno acordo com os colegas, porque não se está tratando de aumento, mas sim de revisão anual para recomposição das perdas inflacionárias prevista na Constituição; achou que esse assunto deve ser debatido melhor, e constatou que o Município terceiriza serviços que são da competência do funcionalismo, de modo que poderia valorizar e dar um aumento aos funcionários, em vez de gastar dinheiro com a contratação; disse que já passou da hora de se realizar um concurso público. O Sr. Presidente disse saber que o SINSEMRIP esteve negociando com o Prefeito e chegou a um índice de 6,1%, o que também motivou a demora no envio do projeto; disse que colocará o pedido de urgência em votação e lembrou do pagamento no final de maio. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes sugeriu que não se vote hoje e se faça uma sessão extraordinária na próxima semana. O Vereador Hermann sugeriu até que pode ser feita uma emenda. O Sr. Presidente disse que é favorável ao funcionalismo, mas não é possível fazer uma emenda devido ao limite de gastos. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que todos querem o maior aumento possível; comentou que procurou saber sobre os índices concedidos aos agentes políticos e ao funcionalismo, e soube então, pelo assessor jurídico da Prefeitura, que esse é o percentual cabível para a correção, pois é necessário verificar o que não compromete a Prefeitura futuramente; disse que isso não é novidade desta administração, porque trabalhou na Prefeitura por vinte e quatro anos, sendo que iniciou ganhando um salário mínimo e saiu ganhando setecentos reais, o que mostra que a defasagem é algo antigo. O Vereador Agildo José dos Reis disse que falta no SINSEMRIP um presidente que reúna com os vereadores e trabalhe o aumento salarial, sendo necessário sentarem-se o pessoal do sindicato, os vereadores, o Prefeito e o assessor jurídico do sindicato para trabalhar em cima de um reajuste melhor ao longo do tempo; disse que falta uma presidente do sindicato que brigue pelos funcionários e que vê um sindicato imobilizado. O Sr. Presidente disse que, junto com os vereadores mais antigos, pode testemunhar que essa briga salarial é antiga e apenas atrasa o pagamento, pois o Prefeito dá o aumento que pode. O Vereador Hermann disse que se pode fazer uma sessão extra e votar o projeto antes do fim do mês, com o que o Sr. Presidente concordou. O Vereador Gerardo Magela disse que talvez fosse possível buscar o reajuste de 6,1% que fora combinado. O Sr. Presidente da Câmara solicitou a autorização Plenária para que o tesoureiro do SINSEMRIP, Sr. Giovanni Cancela, usasse a palavra. Havendo a autorização, o Sr. Giovanni Cancela disse que o SINSEMRIP não está de braços cruzados; comentou que os funcionários estão frustrados pelo valor proposto e achou boa a ideia de se fazer uma sessão extraordinária, para que possam os funcionários virem com mais fervor buscando resolver a situação; comentou que os colegas almejavam esse aumento desde janeiro, quando aqueles que ganham um salário mínimo têm prioridade e os demais ficam na expectativa; disse que a mudança do sistema contábil da Prefeitura também gerou um atraso no envio do projeto. O Sr. Presidente disse que se poderá fazer a sessão extraordinária, mas acha que não resolverá nada, porque o Sr. Prefeito já constou na mensagem e lhe falou que esse é o aumento possível, pois, se ultrapassar, terá problemas futuramente. Então, atendendo às solicitações e visando aos debates ocorridos, o Sr. Presidente,

na forma do art. 190 do Regimento Interno, convocou uma sessão extraordinária para o dia 23 (vinte e três) de maio do corrente ano, às 18h00 (dezoito horas), com a seguinte pauta: A) NO EXPEDIENTE: 1) Ata desta sessão; B) NA ORDEM DO DIA: 1) Projeto de Lei nº 1.456/2011, do Executivo: Concede revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais; 2) Projeto de Lei nº 1.457/2011, da Mesa Diretora: Concede revisão geral anual e aumento da remuneração dos servidores públicos da Câmara municipal; sendo que, na referida sessão extraordinária, poderão usar da palavra representantes do Poder Executivo Municipal e do Sindicato dos Trabalhadores, Funcionários e Servidores Municipais da Administração Direta, Indireta, Fundações e Autarquias, Empresas Públicas e Associações Cíveis do Município de Rio Pomba-MG (SINSEMRIP). Seguiram tramitando, em função da tramitação do Projeto de Lei nº 1.456, o Requerimento nº 105, da Mesa Diretora, o Projeto de Lei nº 1.457/2011, da Mesa Diretora, que Concede revisão geral anual e aumento da remuneração dos servidores públicos da Câmara municipal, e o Requerimento nº 106, da Mesa Diretora. Em sequência, foram lidos e prosseguiram tramitando: a) Parecer nº 2, da Comissão de Finanças: Prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2006 – aprovação das contas; b) Projeto de Decreto Legislativo nº 129/2011, da Comissão de Finanças: Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2006; c) Parecer nº 3, da Comissão de Finanças: Prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2005 – aprovação das contas; d) Projeto de Decreto Legislativo nº 130/2011, da Comissão de Finanças: Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2005. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Resolução nº 305/2011, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, Presidente da Câmara, que Altera a redação da Resolução nº 282, que regulamenta o pagamento de diárias pela Câmara Municipal de Rio Pomba. O autor falou sobre a necessidade da proposta. Este projeto de resolução foi encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Após, foi lido o Projeto de Resolução nº 306/2011, da Mesa Diretora, que Altera a Resolução nº 113/90 – Regimento Interno da Câmara, com referência à remuneração dos agentes políticos, às emendas e à formação das comissões. Este projeto de resolução foi encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, junto com a Emenda nº 1-Modificativa, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis. Seguindo, foi lida a Moção nº 30, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, de aplausos a Maria Elizabeth de Carvalho Baesso Canônico. Colocada em votação, a Moção nº 30 foi aprovada por unanimidade, bem como o pedido da autora para a entrega em sessão. Após, em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 396: Programa de saúde da família na zona rural; 2) Indicação nº 400: Reforma no asfaltamento da rua Pantaleão Mota Couto; b) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 395: Construção de passeio público; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 397: Redutor de velocidade próximo ao Grupo São José. Às vinte horas e vinte e sete minutos, aberta a Ordem do Dia, foi colocado em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 127, do Vereador Agildo José dos Reis, que Outorga Título de Cidadã Honorária a Maria Aparecida Ferreira Macedo. Encerrada a discussão e colocado em votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 127 foi

aprovado por unanimidade. Finalizando, o Vereador Jorge Luís Martins Soares registrou os seus parabéns ao Sr. Valmir Cândido da Silva, à frente da equipe da Vigilância Epidemiológica, pela sua atuação com garra que levou a uma diminuição significativa dos números da dengue; disse o Vereador Jorge que, se fosse o contrário, todos estariam malhando; então, reiterou os seus parabéns ao Sr. Valmir e a toda a sua equipe; solicitou ao Sr. Presidente que peça ao Sr. Valmir o envio dos quadros demonstrativos do trabalho no passado e no presente. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes apoiou o Vereador Jorge, porque tem notado um trabalho muito grande do Valmir. O Vereador Agildo José dos Reis disse que, a partir do dia cinco de junho, estará implantando em Rio Pomba e extendendo a toda a região a Escola de Líderes da Fundação Pedro Aleixo, de Belo Horizonte; disse que a escola ficará em Rio Pomba do dia cinco ao dia quinze num ônibus que circulará pelas ruas e bairros, ministrando curso com três horas de duração, onde será explicado sobre o papel do vereador, do Prefeito e do Vice-Prefeito, como ser um líder comunitário e político; disse que isso é realizado pela Fundação Pedro Aleixo, fundada e comandada pelo PSC – Partido Social Cristão, partido do qual faz parte. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas parabenizou a Vereadora Maria do Carmo, lembrou que também já indicou redutor de velocidade e policiamento próximo do grupo São José e comentou sobre o assunto. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

ROMEU MOREIRA BATISTA

GERARDO MAGELA ALVES MENEZES

HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

AGILDO JOSÉ DOS REIS

MARIA DO CARMO VIEIRA DA SILVA GOMES

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

Ata da Sétima Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e quinze minutos do dia vinte e três de maio dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; atendendo à convocação feita na sessão ordinária anterior e publicada em edital no quadro de publicações da Câmara; foi aberta a sessão pelo Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início à Ordem do Dia com a finalidade de discutir sobre os Projetos de Leis de nºs 1.456 e 1.457. Primeiramente, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.456/2011, do Executivo, que Concede revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais (5,6%). O Vereador Agildo José dos Reis disse que o objetivo principal desta sessão é discutir a concessão do reajuste de apenas 5,6% aos servidores; falou da necessidade de mais união entre os servidores e entre o Sinsemrip e os servidores, sendo que este é o objetivo da criação do sindicato; lembrou da sua atuação na criação do sindicato; comentou sobre o fato do acordo entre o sindicato e o Prefeito ter sido feito verbalmente, e falou da necessidade de mais reuniões entre o Prefeito e o sindicato, com acordos firmados por escrito, e que sempre se priorize os servidores efetivos em detrimento das contratações. Como deliberado na sessão ordinária anterior, o Sr. Presidente convidou para usar a palavra o Dr. Clóvis Torres Quintão, assessor jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – Sinsemrip. Na tribuna, o Dr. Clóvis Torres Quintão agradeceu pela oportunidade de usar a tribuna e, respondendo ao que o Vereador Agildo disse sobre faltar união entre os servidores e o sindicato, concordou por serem poucos os servidores que se empenham em trabalhar em prol da entidade, o que acontece de um modo geral; quanto ao aumento, disse que foi acompanhado de mais servidores que lhe dão o respaldo quanto à promessa do Prefeito sobre o reajuste; disse que, se houve falha, foi no fato de não se vislumbrar antecipadamente o impacto que seria gerado na folha de pagamento; entretanto, disse que não se pode jogar o Sinsemrip no lixo, porque o trabalho é desgastante, sempre “contra a maré”, pois os Prefeitos têm o poder na mão e a Câmara não pode aumentar ou criar despesas para o Município; disse que esta reunião extraordinária já mostra ao Executivo a insatisfação dos servidores com o reajuste; comentou que, aqueles que acompanham o dia a dia do Sinsemrip, sabe das dificuldades em lidar com as centenas de problemas; relatou conquistas do sindicato, como a verificação da insalubridade e periculosidade em todos os setores de trabalho da Prefeitura, algo que nunca aconteceu. O Vereador Agildo José dos Reis pediu mais contato entre o Sinsemrip e os vereadores, para que estes também possam cobrar o Sr. Prefeito, acreditando ser possível um aumento maior aos servidores, e criticou o fato de o projeto ser enviado na última hora; disse que esse reajuste não motiva os servidores a realizarem o seu trabalho, enquanto entram contratados ganhando até dois mil reais; perguntou ao Dr. Clóvis se o Sinsemrip tinha conhecimento do limite de gastos. O Dr. Clóvis respondeu que esse é um cálculo difícil e que é feito pela contabilidade, e que o índice a ser aplicado seria o IPCA, o qual se constatou ser inviável pelo Executivo; disse que cabe aos servidores buscarem o seu direito e que

é preciso ter muito cuidado com o que se fala, especialmente as pessoas formadoras de opinião, como os vereadores, porque se pode colocar os servidores contra o sindicato e vice-versa. O Vereador Agildo perguntou se será feito algum ato de repúdio, e o Dr. Clóvis respondeu que, no próximo informativo, dentre outras informações, tratarão sobre o reajuste e se convocará uma assembleia. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que seu comentário feito na sessão anterior não foi para prejudicar o funcionalismo, mas apenas para demonstrar um parâmetro; corrigiu o seu comentário anterior dizendo que, em 1985, quando entrou na Prefeitura, ganhava meio salário mínimo; então, quis mostrar que, após vinte e quatro anos de trabalho, chegou a apenas novecentos reais, tendo iniciado com meio salário; disse que esperar um aumento milagroso é impossível, que todos desejam o melhor aumento possível, mas é melhor o possível e deve-se dizer que o Sr. Prefeito se preocupa com os funcionários sim, como a reforma previdenciária que fez na Prefeitura, dando-lhes mais segurança. O Dr. Clóvis disse que, se o projeto não for aprovado hoje, os servidores ficarão sem o reajuste no próximo pagamento, disse que o repúdio existirá, haverá uma assembleia e o informativo existirá, além de terem conseguido mudar a data base para janeiro, o que deverá vir à Câmara através de um projeto de lei; salientou que, com isso, os servidores recuperarão um pouco desse meio por cento de diferença no reajuste que está sendo oferecido agora. O Vereador Jorge Luís Martins Soares parabenizou o sindicato pelo trabalho realizado em defesa dos funcionários; ressaltou a necessidade de união e da contribuição dos funcionários. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça perguntou se, na negociação com o Sr. Prefeito, foi apresentada alguma planilha demonstrativa do impacto na folha de pagamento. O Dr. Clóvis disse que o Sr. Prefeito disse precisar de uma resposta da contabilidade, mas, no momento, assegurou, na presença de alguns servidores, que o IPCA seria transmitido. O Vereador Hermann perguntou se, quando o Prefeito enviou o projeto à Câmara, já havia a estimativa de impacto. O Dr. Clóvis respondeu que o Prefeito enviou 5,6% porque, quando fez contato com a sua nova assessoria contábil, apurou-se que isso era o máximo possível, gerando toda essa repercussão. O Vereador Hermann perguntou se o Prefeito apresentou formalmente o impacto. O Dr. Clóvis respondeu que, conversando hoje com o assessor jurídico do Prefeito, foi informado de que os dados serão apresentados até o final do mês; falou da necessidade de, no futuro, iniciar as negociações com bastante antecedência. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que, salvo engano, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, esse demonstrativo de impacto teria que ter vindo junto com o projeto de lei; deixou claro que o Prefeito não está dando aumento, mas sim uma revisão geral anual, aumento sendo o que os vereadores votarão hoje para os servidores da Câmara; seguiu dizendo que, independente de revisão, acompanha o esforço do assessor jurídico do sindicato e o parabenizou, e disse que já passou da hora dos servidores terem um aumento; disse que, em vez de se terceirizar serviços e contratar empresas, o Sr. Prefeito deveria abrir um concurso público para completar o quadro de pessoal da Prefeitura, conceder um aumento ao funcionalismo e pagar as horas extras necessárias, além de, através do concurso, suprir a necessidade de servidores, em vez de se contratar temporariamente por períodos superiores ao permitido na lei, como se vê em alguns casos. O Dr. Clóvis disse que é notório o fato de as

prefeituras estarem priorizando as terceirizações, enquanto que a geração de empregos direta é muito importante para a distribuição de renda no município. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que os vereadores não votaram o projeto na sessão anterior não por estarem contra o projeto do reajuste, pois na verdade desejam um aumento maior; questionou o fato de os funcionários que ganhavam o equivalente a dois salários mínimos já estarem se igualando a quem ganha apenas um. O Dr. Clóvis disse que esse fato levantado pelo Vereador Romeu é muito importante e disse que ainda existe outra questão que é a necessidade de atualização do plano de cargos e salários; comentou que o Sinsemrip contratou uma pessoa especializada no assunto e protocolou, em dezembro de 2010, um pedido de análise da mudança da lei de cargos e salários segundo o estudo feito; disse que o plano de cargos e salários bem feito é mais importante do que um simples aumento salarial, pois supre mais a necessidade do servidor; disse que, se conseguirem a implantação ainda neste ano, seria muito bom. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que o índice de reajuste do salário mínimo foi mais do que o reajuste concedido pelo Prefeito, o que acentua a defasagem. O Dr. Clóvis comentou que isso acontece nas três esferas de governo. O Vereador Romeu Moreira Batista pediu que a Presidente do Sinsemrip e os vereadores possam trabalhar mais em conjunto, não para brigar com o Prefeito, mas para defender o lado dos funcionários. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse conhecer a luta da Presidente do Sinsemrip, Leda, junto com o Dr. Clóvis, pelos funcionários, para que seja feito tudo de bom para eles; manifestou sua disposição em apoiar o Sindicato. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que foi muito importante o espaço gerado nesta sessão, porque, dentre outras coisas, esclareceu-se sobre o percentual de 5,6% a que chegou o Executivo, embora antes fosse combinado 6,1% com o sindicato; cumprimentou aqueles que estão à frente e os que lutam pelo Sinsemrip; disse que a Câmara não tem muita força para lutar pela questão salarial, porque a iniciativa cabe ao Executivo, embora em outros assuntos se possa ter algumas conquistas. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou em votação o Requerimento nº 105, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.456, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Então, na forma do art. 159 do Regimento Interno, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação e da Comissão de Finanças. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, após consulta aos demais membros pelo seu Presidente, Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa, verbalmente se manifestou pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.456. A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, após consulta aos demais membros pelo seu Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, verbalmente se manifestou favorável ao Projeto de Lei nº 1.456. Então, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.456, que foi aprovado por unanimidade. Iniciado pelo Vereador Agildo José dos Reis, foi debatido sobre a contratação temporária de pessoal. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.457/2011, da Mesa Diretora, que concede revisão geral anual e aumento da remuneração dos servidores públicos da Câmara municipal (5,6% de revisão e 5% de ganho real). Após, foi lido o Requerimento nº 106, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.457. Votado, o Requerimento nº 106 foi aprovado por unanimidade. Então, na forma do art. 159 do Regimento Interno, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da

Comissão de Legislação e da Comissão de Finanças. A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, após consulta aos demais membros pelo seu Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, verbalmente se manifestou favorável ao Projeto de Lei nº 1.457. O Vereador Romeu Moreira Batista, Vice-Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, cumprimentou o Presidente da Câmara pelo trabalho que vem fazendo e por haver proposto esse aumento real para os servidores da Câmara; disse que o que foi falado sobre a necessidade do Sr. Prefeito valorizar o trabalho dos funcionários do Executivo, aplica-se com relação aos funcionários da Câmara da parte da Mesa Diretora; leu um comparativo da equivalência do salário mínimo com o vencimento base dos cargos PE-II, que em 2009, correspondiam a 4,78 salários mínimos e hoje equivalem a 2,73 salários mínimos; o Vereador Romeu Moreira Batista propôs aos membros da Comissão de Legislação a apresentação de uma emenda para elevar de cinco para dez por cento o aumento real previsto no art. 2º do Projeto de Lei nº 1.457. Os demais membros, Vereadores Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Alinéa Cristina Lamas, subscritaram a emenda. Então, junto com o seu parecer verbal pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.457, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, na forma do art. 75, § 4º, emitiu a Emenda nº 01-Modificativa, que altera a redação do artigo segundo do Projeto de Lei nº 1.457, passando o aumento real concedido no vencimento base dos servidores de cinco por cento para dez por cento. O Sr. Presidente disse que o projeto está pronto e a proposta cabe em outra oportunidade. O Vereador Romeu disse que, regimentalmente, cabe a emenda. Manifestaram-se em apoio à emenda os Vereadores Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Jorge Luís Martins Soares. O Sr. Presidente pediu a manifestação da Dra. Vânia Maria Barros Saraiva, assessora jurídica da Câmara. Esta então compareceu perante o Plenário e manifestou-se pela possibilidade da emenda, sendo que já conversou com a Contadora da Câmara e esta falou sobre a conformidade com as dotações orçamentárias. O Sr. Presidente consultou se o plenário estava de acordo com a apresentação da emenda. Por unanimidade, a emenda foi acolhida pelo Plenário. Então, foi colocado em única discussão o Projeto de Lei nº 1.457 e a emenda. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou em votação a Emenda nº 01-Modificativa, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.457, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Finalizando, o Sr. Presidente pediu a leitura, para conhecimento, do art. 12 do Regimento Interno. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

ROMEU MOREIRA BATISTA
GERARDO MAGELA ALVES MENEZES

AGILDO JOSÉ DOS REIS
JORGE LUÍS MARTINS SOARES

HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA
MARIA DO CARMO VIEIRA S. GOMES
FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

Ata da Oitava Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e trinta e cinco minutos do dia trinta de maio dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; atendendo à convocação feita através do Ofício nº 37/2011-PC, a pedido do Sr. Prefeito, com publicação por edital no quadro de publicações da Câmara; foi aberta a sessão pelo Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (48ª sessão ordinária, de 19/05/2011). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Após, o Sr. Presidente colocou em discussão a ata da sessão extraordinária anterior (7ª sessão extraordinária, de 23/05/2011). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Às dezoito horas e trinta e sete minutos, foi aberta a Ordem do Dia com a finalidade de discutir sobre os Projetos de Leis de nºs 1.458 e 1.459. Primeiramente, o Sr. Presidente determinou a leitura do Ofício nº 161, do Chefe do Executivo. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.458/2011, do Executivo, que faz Retificação do art. 1º da Lei nº 1.357/2011. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 107, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.458. Votado, o Requerimento nº 107 foi aprovado por unanimidade. Então, na forma do art. 159, § 2º, do Regimento Interno, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação e da Comissão de Finanças. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, após consulta aos demais membros pelo seu Presidente, Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa, verbalmente se manifestou pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.458. A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, após consulta aos demais membros pelo seu Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, verbalmente se manifestou favorável ao Projeto de Lei nº 1.458. O Sr. Presidente colocou então em única discussão o Projeto de Lei nº 1.458. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente procedeu à votação do Projeto de Lei nº 1.458, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo na pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.459/2011, do Executivo, que Concede revisão geral no valor da Gratificação de Estímulo à Docência – GED, e dá outras providências (5,6%). Em seguida, foi lido o Requerimento nº 108, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.459. Votado, o Requerimento nº 108 foi aprovado por unanimidade. Então, na forma do art. 159, § 2º, do Regimento Interno, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação e da Comissão de Finanças. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, após consulta aos demais membros pelo seu Presidente, Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa, verbalmente se manifestou pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.459. A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, após consulta aos demais membros pelo seu Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, verbalmente se manifestou favorável ao Projeto de Lei nº 1.459. O Sr. Presidente colocou então em única discussão o Projeto de Lei nº 1.459. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente procedeu à votação do Projeto de Lei nº 1.459, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Dada a palavra livre, o Vereador Agildo José dos Reis disse que a Prefeitura tem jogado lixo na Rua Cel.

Juvenal Penna, próximo da casa do Sr. Dezinho, cunhado do Sr. Prefeito, quintal onde foi canalizado o córrego usando de mão de obra, manilhas e máquinas da Prefeitura, deixando aberto o resto do córrego que passa por trás da casa da Vereadora Maria do Carmo; disse que fará um requerimento para que continue a canalização e que tem fotos da canalização citada; o Vereador Agildo disse que eles estão jogando lixo e entulho, segundo informações com autorização do proprietário, em local que é área de preservação permanente tombada pelo IEF, sendo proibido jogar lixo ali porque, quando o rio Pomba enche, ele transborda e volta onde está sendo jogado lixo; disse que amanhã, às nove horas da manhã, a Polícia Florestal irá lá verificar a situação; o Vereador Agildo disse, para esses covardes que ocasionalmente lhe enviam ameaças, que possui uma caneta, a qual exibiu, que funcionará, bastando que armem alguma covardia contra ele (Agildo) ou alguma perseguição, após o que ele fará funcionar a caneta no outro dia bem cedo, pois ela tem muita coisa boa guardada, que até hoje não foi mostrada; disse que se isso acontecer, a cidade ficará abalada com tanta podridão que tem nela. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que no local citado pelo Vereador Agildo não está sendo jogado lixo, mas apenas entulho pelos carroceiros; comentou que, no dia que viu, ficou preocupada com o proprietário do terreno, mas, na realidade, o mesmo quer que seja colocado esse entulho, sendo que a máquina da Prefeitura está sempre compactando o entulho. O Sr. Presidente disse que, às dezenove horas, haverá a audiência pública prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal para avaliação do cumprimento das metas quadrimestrais junto à Comissão de Finanças, estando convidados todos os vereadores. Tendo em vista a programação da 27ª Exposição Agropecuária e Industrial de Rio Pomba, com abertura prevista para as vinte horas do dia dois de junho, mediante a solicitação de alguns vereadores, o Sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à antecipação do horário da próxima sessão ordinária, que acontecerá no dia dois de junho. Após consenso, ficou deliberado que a supracitada sessão se iniciará às 18h10min (dezoito horas e dez minutos). Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e quarenta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

ROMEU MOREIRA BATISTA

GERARDO MAGELA ALVES MENEZES

HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

AGILDO JOSÉ DOS REIS

MARIA DO CARMO VIEIRA DA SILVA GOMES

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

Ata da Quadragésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia dois de junho de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (8ª sessão extraordinária, de 30/05/2011). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Registre-se que o horário desta sessão foi antecipado por deliberação na sessão extraordinária anterior. Seguindo a pauta, o Sr. Presidente determinou a tramitação das seguintes proposições, considerando que estão sob análise das comissões permanentes: a) Projeto de Lei Complementar nº 12/2011, do Vereador Agildo José dos Reis: Insere artigo no Código de Posturas Municipal, dispondo sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais que disponibilizem alimentos perecíveis para consumo, de efetuarem a dedetização de suas instalações; b) Projeto de Lei nº 1.453/2011, do Vereador Agildo José dos Reis: Inclui o tema “Educação Ambiental” na disciplina de ciências da grade curricular da rede pública municipal; c) Projeto de Resolução nº 305/2011, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, Presidente da Câmara: Altera a redação da Resolução nº 282, que regulamenta o pagamento de diárias pela Câmara Municipal de Rio Pomba; d) Projeto de Resolução nº 306/2011, da Mesa Diretora: Altera a Resolução nº 113/90 – Regimento Interno da Câmara, com referência à remuneração dos agentes políticos, às emendas e à formação das comissões; e) Emenda nº 1-Modificativa, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, ao Projeto de Resolução nº 306. O Sr. Presidente informou que, nos termos do art. 72 do Regimento Interno, substituiu os membros da Comissão de Legislação, Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Alinéa Cristina Lamas, por Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, para apreciação do Projeto de Resolução nº 306. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência, solicitou o parecer jurídico sobre o Projeto de Lei Complementar nº 12 e o Projeto de Lei nº 1.453. O Sr. Presidente enviou à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas o Projeto de Lei nº 1.454/2011, do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2012 e dá outras providências, juntamente com as emendas apresentadas. A comissão tem o prazo de vinte dias para apresentar o seu parecer. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 398: Trevo de acesso à zona rural de Passa Cinco; 2) Indicação nº 399: Cessão de área para construção de motopista; 3) Indicação nº 402: Novo plano de cargos e salários; b) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 401: Providências no trânsito da Rua Padre Manoel. Às dezoito horas e dezoito minutos, aberta a Ordem do Dia, o Sr. Presidente determinou a leitura do Parecer nº 2, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, sobre Prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2006 – aprovação das contas. Após, o Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 129/2011, da Comissão de Finanças, Orçamento e

Tomada de Contas, que Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2006 (dois mil e seis). Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou em votação nominal, com chamada em ordem alfabética, o Projeto de Decreto Legislativo nº 129/2011, obtendo-se a sua aprovação por 06 (seis) votos dos Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares e Romeu Moreira Batista; e obtendo-se 02 (dois) votos contrários dos Vereadores Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que gostaria de saber o motivo pelo qual os Vereadores Fabrício e Maria do Carmo votaram, sem fazer qualquer questionamento, contra contas aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado; disse que, regimentalmente, os Vereadores devem justificar o seu voto quando divergente do parecer do Tribunal de Contas. Os Vereadores Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes responderam ao Vereador Romeu que o voto de cada Vereador é livre e que não tinham que justificá-lo. O Sr. Presidente consultou verbalmente à assessora jurídica da Câmara, Vânia Maria Barros Saraiva, sobre a necessidade de justificativa do voto nesses casos. A assessora jurídica, Vânia Maria, respondeu que, legalmente, os Vereadores não têm que justificar o seu voto. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que, salvo engano, na Comissão de Finanças a Vereadora Maria do Carmo votou pelas conclusões, ou seja, pela aprovação das contas. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes respondeu que o voto é livre e sem necessidade de justificativa. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse saber que, se o Prefeito responsável pelas contas se sentir lesado ou quiser algum esclarecimento, pode pedir via judicial. Seguindo os trabalhos, o Sr. Presidente determinou a leitura do Parecer nº 3, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, sobre Prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2005 – aprovação das contas. Após, o Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 130/2011, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2005 (dois mil e cinco). Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou em votação nominal, com chamada em ordem alfabética, o Projeto de Decreto Legislativo nº 130/2011, obtendo-se a sua aprovação por 06 (seis) votos dos Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares e Romeu Moreira Batista; e obtendo-se 02 (dois) votos contrários dos Vereadores Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. Dada a palavra livre, o Vereador Agildo José dos Reis disse que as cópias que distribuiu para os vereadores são dos jornais Leopoldinense, O Tempo e Estado de Minas, dizem respeito à empresa denominada AGP (Academia de Gestão Pública), considerada sucessora do Grupo SIM; o Vereador Agildo leu trechos dessas matérias; disse que quanto a essa empresa AGP, conforme contato telefônico que fez ontem com a servidora Júlia do Tribunal de Contas do Estado, por coincidência, já existe representação para ser investigada, matéria que estava distribuída ao Conselho Elmo Braz e, devido à sua recente aposentadoria, será redistribuída na semana que vem para saber se os donos da AGP são os antigos donos do Grupo SIM; disse que este grupo foi pego pela Polícia

Federal e que, por orientação do Ministério Público Estadual que investiga os negócios do Grupo SIM, dezenas de prefeitos já cancelaram os seus contratos com a AGP, porque ela é ligada ao Grupo SIM que teve seus proprietários presos por dois meses, além de estar sendo investigado por vários crimes de licitação; disse que, até que se prove o contrário, a AGP veio prestar serviços ao nosso município; disse acreditar que o Sr. Prefeito, Dr. Fernando, não tem conhecimento desses fatos e, portanto, a pessoa que trouxe essa empresa para o Prefeito, ele não está sabendo que essa empresa é ligada ao Grupo SIM e que tem o nome sujo na praça, conforme noticiam os jornais; leu trechos de notícias veiculadas, inclusive onde é citado que a nova empresa é alvo de investigação e que está na mira do Tribunal de Contas; o Vereador Agildo pediu a atenção dos vereadores que fazem parte do governo e recomendou juízo ao Sr. Prefeito, para que este veja e preste atenção “onde está amarrando o seu burro”; comentou que fica esse registro em ata para que futuramente não se possa alegar desconhecimento, frisando que a empresa AGP é o mesmo Grupo SIM, grupo que tem vários problemas na Justiça com relação a prefeituras de nossa região. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e vinte e sete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

ROMEU MOREIRA BATISTA

GERARDO MAGELA ALVES MENEZES

HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

AGILDO JOSÉ DOS REIS

MARIA DO CARMO VIEIRA DA SILVA GOMES

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

Ata da Quinquagésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e quatro minutos do dia vinte de junho de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (49ª sessão ordinária, de 02/06/2011). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite do Torneio de Férias; b) Ofício 1.019, da Assembleia Legislativa, sobre patrimônio histórico-cultural; c) Ofício 300, da Câmara de Ubá, sobre apoio à Universidade Estadual. Sobre a correspondência supracitada à letra “b”, o Sr. Presidente informou que a repassou ao Vinícius, Presidente do Conselho do Patrimônio Cultural, caso tenha alguma sugestão. O Vereador Agildo Reis disse que o Estado banca a recuperação dos prédios antigos, em parceria com os municípios; disse que, porém, em Rio Pomba, alguém compra e joga os casarões no chão para levantar prédios, apesar de haver muitas coisas tombadas como patrimônio da nossa cidade. Dando continuidade, atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, a Secretária fez a leitura da Moção nº 30, de aplausos à Sra. Maria Elizabeth de Carvalho Baesso Canônico. Após, a autora, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, fez um breve pronunciamento e entregou a moção à homenageada, quando lhe foi concedida salva de palmas. A homenageada, muito emocionada, fez breve pronunciamento de agradecimentos. Em seguida, o Sr. Presidente determinou a tramitação das seguintes proposições: a) Projeto de Lei Complementar nº 12/2011, do Vereador Agildo José dos Reis: Insere artigo no Código de Posturas Municipal, dispondo sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais que disponibilizem alimentos perecíveis para consumo, de efetuarem a dedetização de suas instalações; b) Projeto de Lei nº 1.453/2011, do Vereador Agildo José dos Reis: Inclui o tema “Educação Ambiental” na disciplina de ciências da grade curricular da rede pública municipal. O Sr. Presidente comunicou que aguarda os pareceres das comissões permanentes, conforme já encaminhado, sendo que a Assessora Jurídica já entregou os pareceres. Após, foi lido o Requerimento nº 109, do Vereador Agildo José dos Reis, solicitando informações sobre o matadouro municipal e a sua visita ao local. O autor disse que, no ano passado, apresentou o mesmo requerimento e o mesmo foi muito debatido; disse que, em Rio Pomba, há uns vinte anos vem acontecendo que os prefeitos não dão continuidade às obras dos seus antecessores; disse que deseja saber o que está acontecendo com o matadouro, pois até hoje não se tem nenhuma informação sobre o assunto; disse ser necessário saber os motivos pelos quais o matadouro ainda não foi inaugurado, quais as obras foram feitas no local e o que está faltando para colocá-lo em funcionamento, porque tem muito dinheiro investido; disse que todos os vereadores devem cobrar sobre aquela obra para colocá-la em atividade. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que é favorável ao requerimento e, como Presidente da Comissão de Obras, irá marcar um dia para averiguar o motivo pelo qual ainda não foi inaugurado o matadouro; lembrou que ele é uma obra da administração passada e que as irregularidades que

ainda não foram sanadas certamente são decorrentes de falhas daquela. O Vereador Jorge Luís Martins Soares manifestou-se favorável ao requerimento e, como Vice-Presidente da Comissão de Obras, disse que gostaria que a mesma fosse em conjunto averiguar; disse que certamente está havendo algum impedimento, caso contrário o Prefeito a teria inaugurado; lembrou que, muito anteriormente, havia uma placa informando que em breve seria inaugurado o matadouro, breve esse que já vai se esticando muito e é preciso saber os motivos; disse que, pessoalmente, não é favorável ao matadouro naquele local, mas, como já está nessa fase, é preciso conhecer os motivos do atraso. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que, independente de quem tenha iniciado a obra, a administração pública prima pelo princípio da impessoalidade, de forma que a mesma tem que ser terminada pela sua importância e pelos gastos consideráveis que foram feitos; com relação ao pedido do autor de ir ao local pela Comissão de Obras, lembrou que pedido semelhante foi discutido com relação à creche do parque de exposições, quando ele (Vereador Hermann) fazia parte da citada comissão e até hoje não foram ao local e nem lhe foi passada uma data para tal visita; o Vereador Hermann reiterou à Comissão de Obras o seu desejo de visitar a obra da creche junto com a comissão. O Vereador Agildo citou que a quantidade de dinheiro que já veio para Rio Pomba com a finalidade de se fazer obras e a quantidade de obras que já caíram, como a do posto de saúde à Rua Januário Lima, exigem que se ponha um ponto final nisso, tratando-se de dinheiro público e de descontinuidade das administrações; disse que não é só com os Prefeitos José Augusto, Portugês e Giovani Baía, mas é o que vem acontecendo; disse que, se constatadas irregularidades, o fato tem que ser denunciado e regularizado para a continuidade das obras. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes lembrou que foi citado sobre o local da obra e sobre possíveis irregularidades, e pediu que, na resposta do Sr. Prefeito, venham apontadas as irregularidades da administração passada; lembrou que a obra citada pelo Vereador Hermann, da creche no parque de exposições, é fruto de verba de setecentos mil reais destinada pelo Deputado Júlio Delgado; quanto ao local onde está sendo instalado o matadouro, disse que foi uma compra facilitada e por preço irrisório também por influência do Deputado Júlio Delgado; comentou que, como membro do PMDB, não pode se omitir num caso desses e gostaria que, quando viesse a resposta escrita do Sr. Prefeito, que fossem apontadas as irregularidades deixadas pela administração do ex-Prefeito, Giovani Baía. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que não afirmou haverem irregularidades, mas se referiu a possíveis irregularidades; disse que é interessante não só ver as irregularidades, sejam de quem for, mas também o término da obra. Colocado em votação, o Requerimento nº 109 foi aprovado por unanimidade. Dando sequência, foi lida a Moção nº 31, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, de aplausos a Valmir Cândido da Silva. Colocada em votação, a Moção nº 31 foi aprovada por unanimidade, bem como a solicitação para entrega em Plenário. Em seguida, foi lida a Moção nº 32, do Vereador Agildo José dos Reis, de aplausos a Maria Lúcia Dias Moreira. Colocada em votação, a Moção nº 31 foi aprovada por unanimidade, bem como a solicitação para entrega em Plenário. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 404: Providências na Rua Franklin Coutinho; 2) Indicação nº 407: Colocação de

redutores de velocidade; 3) Indicação nº 408: Colocação de redutores de velocidade na Rua Francisco Clemente; b) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 405: Uso do imóvel do DER localizado no trevo; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 403: Providências na Praça do Compromisso; 2) Indicação nº 406: Guarda-corpo na Rua Pedro José de Freitas; 3) Indicação nº 409: Reforma de calçamento. Sobre a Indicação nº 405, o Vereador Agildo José dos Reis informou que o DER cedeu a área à empresa Conserva, que cuida das estradas da região, até 2021. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que não tinha conhecimento desse fato. Às dezenove horas e trinta e oito minutos, aberta a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à audiência pública para discussão e apresentação do Projeto de Lei nº 1.454 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 - LDO, conforme edital afixado no quadro de avisos da Câmara e comunicação enviada ao Chefe do Executivo. O Sr. Presidente convidou à tribuna o administrador de empresas Luiz Alberto Leal Porto, cedido pela empresa Planejar Consultores Associados, como orador para representar a Câmara Municipal. Então, o orador discorreu sobre a elaboração das peças orçamentárias, especialmente a LDO; após, falou sobre os anexos que a compõem; ressaltou que o seu papel principal é orientar a elaboração do orçamento municipal de 2012, embora possa ser alterada à medida das necessidades do município; disse que caberia ao Executivo debater mais sobre a LDO, pois é ele quem a elabora. O Vereador Agildo José dos Reis fez algumas perguntas e comentários; disse ser preciso que o Executivo implante o orçamento participativo, abrindo-o à população, e uma atenção muito especial para o Hospital São Vicente de Paulo. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis também fez algumas perguntas. O orador, Sr. Luiz Alberto, disse que algo importante é a estimativa da receita para o próximo exercício, que é o norte para a elaboração do orçamento, e falou sobre o critério adotado, que é o usual. Encerrada a audiência pública, o Sr. Presidente solicitou a leitura do Parecer nº 4, da Comissão de Finanças, ao Projeto de Lei nº 1.454 – LDO. Após, foram lidas e colocadas em discussão as Emendas ao Projeto de Lei nº 1.454 – LDO, tratando-se de duas emendas aditivas, de autoria do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis. Encerrada a discussão, as emendas foram colocadas em votação, uma de cada vez, sendo ambas aprovadas por unanimidade. Após, o Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.454/2011, do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2012 e dá outras providências. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.454 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foram lidos: a) Parecer nº 2, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Resolução nº 305; b) Parecer nº 5, da Comissão de Finanças, ao Projeto de Resolução nº 305. Após, o Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Resolução nº 305/2011, de sua autoria, que Altera a redação da Resolução nº 282, que regulamenta o pagamento de diárias pela Câmara Municipal de Rio Pomba. Encerrada a discussão, o Projeto de Resolução nº 305 foi colocado em votação, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo, foi lido o Parecer nº 3, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Resolução nº 306, e a Emenda nº 1-Modificativa, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, ao Projeto de Resolução nº 306. O Sr. Presidente colocou em discussão a Emenda nº 1-Modificativa. Encerrada a discussão e submetida à

votação, a Emenda nº 1-Modificativa foi aprovada por unanimidade. Após, o Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Resolução nº 306/2011, da Mesa Diretora, que Altera a Resolução nº 113/90 – Regimento Interno da Câmara, com referência à remuneração dos agentes políticos, às emendas e à formação das comissões. Encerrada a discussão e submetido à votação, o Projeto de Resolução nº 306/2011 foi aprovado por unanimidade. Dada a palavra livre, o Vereador Agildo José dos Reis leu correspondência que recebeu do Deputado Diniz Pinheiro, sobre ICMS Solidário; comentando sobre boatos que estão correndo na cidade sobre a sua pessoa, disse que está realmente trabalhando para trazer para o seu partido, o PSC, “gente de peso”; quanto aos boatos de que ele, Agildo, pode ser candidato a Prefeito, disse que isso pode acontecer e que é um direito seu e do seu partido de crescer. O Sr. Presidente interveio e disse que talvez o Vereador Agildo não possa falar sobre política aqui. O Vereador Agildo José dos Reis disse que estava falando sobre o partido e não sobre política, já que aqui é a casa do povo, e que não está falando sobre política e nem que é candidato; disse que, inclusive, irá pedir o uso do salão da Câmara para recepcionar pessoas da direção estadual do PSC; disse que as pessoas criticam muito, julgando-se donas da verdade, mas muitos deles chegando ao cargo maior desta cidade sem sequer subir aos bairros ou doar um prego para alguém; disse que o PSC tem sim o intuito de fomentar e levar propostas concretas à cidade, sem demagogia. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA

GERARDO MAGELA A. MENEZES

ROMEU MOREIRA BATISTA

AGILDO JOSÉ DOS REIS

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

MARIA DO CARMO V. SILVA GOMES

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

Ata da Quinquagésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezenove horas do dia quatro de agosto de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (50ª sessão ordinária, de 20/06/2011). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, em atendimento ao art. 41, VII e XXXVII, do Regimento Interno, o sr. Presidente fez a prestação de contas da Câmara dos meses de maio e junho de 2011. Após, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite da Prefeitura, sobre a coleta seletiva de lixo; b) relatório de atividades da Ascarp. O Sr. Presidente, tendo em vista os arts. 12 e 48, XIII, do Regimento Interno, consultou se o Plenário autorizava o uso do salão da Câmara pelo Dr. José Elias Valério e Dr. Paulo Roberto Ribeiro de Castro, especialista em direito previdenciário, para atendimento gratuito à população no esclarecimento de dúvidas e orientações em questões que envolvam o INSS. Unanimemente, o Plenário autorizou o uso solicitado. Após, como previamente aprovado, foi lida a Moção de Aplausos nº 31, de aplausos ao Sr. Valmir Cândido da Silva. Na sequência, o autor, Vereador Jorge Luís Martins Soares, pronunciou-se e fez a entrega da moção e foi dada salva de palmas ao homenageado. Em seu pronunciamento, o Sr. Valmir Cândido da Silva disse que os méritos são da sociedade rio-pombense, que entendeu e cumpriu com a sua parte; citou ainda o apoio irrestrito do Sr. Prefeito, Dr. Fernando Macedo, nas providências que se fizeram necessárias, e lembrou que a Câmara Municipal também apoiou os trabalhos ao aprovar projeto de lei disciplinando o combate à dengue; referiu-se aos agentes epidemiológicos como o “quartel general” de combate à dengue que possibilitou o sucesso das ações, em conjunto com as funcionárias do PSF. Ato contínuo, foi lida a Moção de Aplausos nº 32, de aplausos à Sra. Maria Lúcia Dias Moreira. Na sequência, o autor, Vereador Agildo José dos Reis, pronunciou-se e fez a entrega da moção e foi dada salva de palmas à homenageada. Em seu pronunciamento, a Professora Maria Lúcia Dias Moreira, muito emocionada, agradeceu ao autor da moção e a todos os srs. Vereadores; ressaltou a presença de autoridades e amigos e disse que este momento é uma verdadeira viagem do passado ao presente, pois pode ver a sua vida como num palco, onde cada pessoa atuou como um personagem e escreveu um capítulo; disse que esses aplausos são para todos, pois um só personagem não faz história; desejou felicidade plena a todos; destacou a presença do seu companheiro Lucas em sua vida. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.460/2011, do Executivo, que altera o parágrafo primeiro do artigo 4º, da Lei Municipal nº 1.302/2009, e dá outras providências. O Sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e à Comissão de Educação, Saúde e Assistência. Após, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 131/2011, da Mesa Diretora, que fixa o número de vereadores à Câmara Municipal de Rio Pomba. Os Vereadores Agildo José dos Reis e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça pediram a

palavra e adiantaram os seus votos contrários ao projeto. O Sr. Presidente deixou claro que a Mesa Diretora está cumprindo com uma obrigação sua estabelecida na Lei Orgânica, que o número de Vereadores está de acordo com a Constituição Federal, e que a maioria da edilidade decidirá. O Sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 131 e o encaminhou à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Em sequência, foram lidas as seguintes indicações: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 412: Calçamento na Rua Pantaleão Mota Couto; 2) Indicação nº 413: Iluminação na Av. Professor José Marcelino; b) da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: 1) Indicação nº 94: Providências na Travessa Raimundo Furtado; 2) Indicação nº 116-2ª edição: Melhoria da iluminação na Rua Dr. José Tostes de Alvarenga e na Rua Santa Cecília; 3) Indicação nº 194-2ª edição: Reparo no piso da Vila Malta; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 410: Atendimento odontológico para os servidores; 2) Indicação nº 411: Atividades recreativas na Praça Vereador Luiz Luiz; d) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 414: Iluminação pública na Av. Manoel Fernandes; 2) Indicação nº 418: Mão única na Rua Dr. Alvarenga; 1) Indicação nº 419: Estacionamento na Rua Cel. José Furtado de Mendonça; e) do Vereador Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 416: Estacionamento na Rua Padre Manoel. Às dezenove horas e cinquenta e cinco minutos, conforme prévia inscrição feita regularmente, o Sr. Presidente convidou a usar a Tribuna Popular o sr. José de Paula Filho, pela Associação Comunitária Nossa Senhora da Rosa Mística, para falar sobre o fechamento de acesso do Bairro Belvedere à rodovia. Na Tribuna, o sr. José de Paula disse que estava aqui em nome de Rio Pomba, para falar sobre o fechamento de uma passagem que serve à população há muitos anos, dando continuidade à rua chamada Casuarina, no Bairro Belvedere; comentou que o proprietário do loteamento fechou o referido acesso, que é uma importante ligação entre bairros, sem aviso algum; disse que a Av. Palmeira Imperial, recentemente calçada, faz ligação com a Rua Casuarina, mas que esta ficou fechada, segundo consta no projeto de loteamento; porém, disse o orador, lembra-se dessa ligação com a rodovia desde quando ele tinha doze anos de idade, ainda que ela não comportasse um carro, que poucas pessoas tinham naquela época, e fosse apenas um trilho, mas que data de mais de quarenta anos; calculou que por volta de 1986 o sr. Antônio Fina, funcionário da Prefeitura, fez a raspagem do trilho, que então se tornou uma passagem de automóveis e caminhões, facilitando o carregamento de materiais até o almoxarifado da Prefeitura; depois disso, os proprietários do terreno fizeram o loteamento ignorando essa passagem, que semana passada foi fechada por meio de estacas, impedindo o trânsito de taxistas, entregadores de material de construção e de compras, acesso a escolas, com isso criando a necessidade de se percorrer um trajeto mais longo ou passando-se pela Av. Palmeira Imperial, que possui forte declive; disse que não é político e que veio buscar o apoio dos Vereadores para tentar negociar, sem gerar prejuízo ao dono do loteamento ou se quebrarem as estacas e o meio-fio, pois acredita que a Prefeitura deva ter uma forma de chegar até os proprietários e negociar a passagem; ressaltou que a passagem se tornou de toda a cidade, beneficiando inclusive a entrega de material de construção por facilitar a passagem de caminhões pesados; disse que, se necessário, pode-se colher

assinaturas; na sua opinião, a passagem deveria ser reaberta e, se necessário, o assunto ser discutido na Justiça. O Vereador Agildo José dos Reis perguntou ao Sr. José de Paula se já levou o assunto ao conhecimento do Sr. Prefeito, e o orador respondeu que sim, inclusive tendo o Sr. Prefeito, na data de ontem, visitado o local junto com ele e emitido a sua opinião de que a rua não deveria ter sido fechada, ficando o Sr. Prefeito de conversar com os proprietários e lhe retornar uma resposta. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que, em casos dessa natureza, o Poder Judiciário pode reconhecer a servidão de passagem, havendo o interesse público, mediante o ingresso de ação de reintegração de posse, contado da data do esbulho, mediante a produção de provas testemunhais e outras; contudo, disse que o melhor caminho é a busca do diálogo primeiro. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas aplaudiu o interesse do orador, disse que os Vereadores se unem à causa e, certamente, o Sr. Prefeito fará a mediação, considerando a utilidade da passagem. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que usa a passagem e que achou ser o fechamento temporário, apenas devido às obras de calçamento; entretanto, soube depois que a passagem está sobre um lote e que os moradores não teriam interesse na rua; disse que entrou em contato com o Sr. Prefeito e que este tem a intenção de negociar esse lote, citando o Vereador Fabrício que o proprietário do loteamento destinou alguns lotes à Prefeitura para a edificação de uma praça, de modo que o Sr. Prefeito pode devolver uma parte dessa praça em troca da abertura da rua; considerou que o direito de servidão será facilmente reconhecido se o assunto for para a Justiça, restando apenas um acordo para que não seja necessária uma discussão judicial. O Vereador Jorge Luís Martins Soares apoiou a causa e perguntou se a passagem já tem nome de rua. O Orador respondeu que a passagem já existia antes do projeto de loteamento. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que o Sr. Prefeito está preocupado com o assunto e procurando o proprietário para resolver a situação. Às vinte horas e vinte minutos, o Sr. Presidente deu por encerrado o uso da Tribuna, e disse que os Vereadores o apoiarão em sua luta, nesse assunto que será resolvido facilmente. Com a palavra concedida, o Vereador Agildo José dos Reis disse que, em maio deste ano, protocolou junto ao Ministério Público denúncia de improbidade administrativa contra o Sr. Prefeito, pelo fato deste haver entregue o parque de exposições para entidade privada, chamada APVAP, e discorreu sobre o assunto; o Vereador Agildo José dos Reis prosseguiu dizendo que fez outra denúncia, sobre o primeiro leilão do Sítio Pouso Alegre, do Sr. Vice-Prefeito, Dalmo Furtado e convidados, dentre estes o Sr. Alarcon Mendes Gomes, Secretário de Agricultura e Pecuária, e o próprio Sr. Prefeito, sendo que lhe causa revolta, por considerar um tapa na cara da população, o fato de um ser o Prefeito e outro o Vice-Prefeito, usando o brasão oficial do município num leilão particular do Vice-Prefeito e realizado em um local que é do patrimônio público municipal, contrariando a Lei Municipal nº 1.122/2001; o Vereador Agildo José dos Reis disse que estava encaminhando ao Sr. Presidente da Câmara um pedido de certidão do não envio de contratos, balancetes e pastas de despesas; disse que a Câmara só tem essas pastas até o mês de dezembro/2010, sendo este o primeiro Prefeito da região e da cidade que entrou na Justiça para não enviar documentos à Câmara; com isso, disse o Vereador Agildo, ele precisa ir à Prefeitura para olhar tais pastas, que são volumosas, dispondo de apenas uma hora

por semana para isso; disse que pediu cópias de alguns documentos da Prefeitura, como cidadão, e que o Sr. Prefeito lhe negou essas cópias; deixou claro que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais decidiu pela não obrigatoriedade do envio dos documentos à Câmara, sendo que essa decisão é questionável, tanto que vem entrando em contato com a União dos Vereadores do Brasil, com o Tribunal de Justiça, com o Tribunal de Contas e com o Ministério Público, além de haver recebido informação do STF; diante desse entendimento do Tribunal de Justiça, questionou qual o papel dos Vereadores na fiscalização do Executivo, se seria apenas comparecer às duas reuniões mensais; citou que os Vereadores, na posse, juraram fiscalizar os atos do Governo, sem que isso signifique julgar o Prefeito ao se encontrar alguma irregularidade e dizer que está tudo errado, pois ele, Agildo, sempre vota favorável àquilo que é de interesse da comunidade; contudo, protestou contra a retirada do seu direito de fiscalizar em nome do povo, disse que não irá aceitar isso, que irá à imprensa e mais longe com isso, porque quer ver tudo, por mais que o Prefeito tenha liminar da Justiça, cuja decisão é respeitável, mas questionável perante o STF; pediu ao Sr. Presidente que consulte à assessora jurídica da Câmara se houve recurso nessas ações e perguntou se o Prefeito respondeu ao requerimento sobre o funcionamento do matadouro. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, Presidente da Câmara, disse que nunca deixou de atender aos pedidos do Vereador Agildo, como este insinuou; quanto à resposta sobre o matadouro, disse que a Câmara estava em recesso no mês de julho; pediu que a assessora jurídica se manifestasse. O Vereador Agildo perguntou o motivo de não se haver recorrido, se seria por falta de dinheiro para pagar as taxas. O Sr. Presidente disse que não é de jogar dinheiro fora. O Vereador Agildo disse que não se trata de jogar dinheiro fora, mas de se defender o papel do Vereador de fiscalizar. O Sr. Presidente disse que quis dizer que já se recorreu em Belo Horizonte, perdeu-se, e recorrer a Brasília será um gasto perdido. O Vereador Agildo disse que se deixar como está o assunto já ficará derrotado, e que não se trata do atual Prefeito, mas dos futuros também, sendo que os Vereadores são remunerados para isso; disse que o Sr. Prefeito dificulta o envio de tudo a esta Casa, parecendo que, à medida em que ele (Agildo) e o Vereador Hermann começaram a encontrar irregularidades o Prefeito parou de enviar os documentos à Câmara, sendo que está lesando o povo de Rio Pomba; continuando a usar a palavra, disse que é uma vergonha que funcionários da Saúde acompanhem o Secretário Municipal de Saúde para participarem de reunião do PMDB em Belo Horizonte, numa segunda-feira; disse que o Sr. Secretário de Saúde deveria estar dentro da secretaria, por haverem muitos problemas para se resolver, e questionou o que estavam fazendo em Belo Horizonte, dentro do horário de serviço, por ganharem do povo; aconselhou aos funcionários que foram, a não seguirem a cabeça do Secretário de Saúde, porque o cargo deste é de confiança e o deles é contrato; reconheceu que os funcionários fazem um bom trabalho e têm o respeito do povo; disse o Vereador Agildo que, domingo retrasado, pegou uma van escolar da Prefeitura vindo de Piraúba às duas e meia da tarde, e que não pode fazer uma ocorrência policial porque tinha um horário de visita marcado em Cataguases; disse não saber o que essa van estava fazendo lá, mas que os carros da Prefeitura rodam de madrugada, de manhã, de tarde, de noite, pois se perdeu a vergonha de usar o patrimônio público. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas

parabenizou ao Vereador Agildo pela sua fiscalização, como todos os Vereadores o fazem; disse que estava também em Belo Horizonte no dia citado pelo Vereador Agildo, e que os dois funcionários que acompanharam o Secretário de Saúde foram por interesse próprio, não cabendo citar isso agora, mas que tiveram o seu dia de serviço cortado, não sendo remunerados, e foram para lá cientes disso, sendo que um deles estava presente neste momento; disse que o Vereador Agildo poderá constatar isso na folha de pagamento dos funcionários. O Vereador Agildo disse que eles podem faltar, mas suspeitou que eles só podem faltar em caso de doença; disse que o Secretário de Saúde os leva a Belo Horizonte, mas depois este pega a sua mochila e os funcionários ficam aí, precisando trabalhar, sendo isso o que acontece com os mais pequenos, pois a corda arrebenta para os pequenos. A Vereadora Alinéa disse que está em defesa dos mais pequenos, e que o Vereador Agildo está denunciando, apesar de não haver citado os nomes; disse que eles foram na defesa dos seus interesses de cidadãos e que tiveram seus dias descontados. O Vereador Agildo disse que está aqui para fiscalizar, o que é certo sendo certo e o que é errado sendo errado. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a APVAP está no parque de exposições, mas já fez diversos leilões beneficentes para entidades da nossa cidade, que gastam mais do que ganham e que fazem um benefício a Rio Pomba. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que o Vereador Agildo está certo em protestar, mas que o motivo de o Sr. Prefeito não estar enviando as pastas à Câmara é culpa da Justiça, que lhe concedeu uma liminar; disse ser de conhecimento público que a APVAP pode até ter alguma irregularidade, mas também presta um serviço social com os leilões da Apae, do hospital e do asilo. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que, por praxe e determinação legal, todos os Prefeitos sempre fizeram a remessa das notas de empenho e balancetes à Câmara; depois, houve uma lei, de autoria do então Vereador Célio Furtado Caldoncelli, para que fossem enviados também os contratos e licitações, sendo através desses documentos que os Vereadores fiscalizam; disse que começou a analisar as pastas e contratos enviados, mas que, verificando que a Lei nº 1.147/2002 exigia o envio também das licitações, o que não era atendido, fez requerimento ao Sr. Prefeito solicitando o fiel cumprimento da mesma; disse que então o Sr. Prefeito respondeu alegando que seriam muitas cópias a serem feitas e que os Vereadores teriam que ir na Prefeitura olhar; disse o Vereador Hermann que insistiu no fato de que a lei não determinava a emissão de cópias, mas o envio à Câmara, após o que o Sr. Prefeito ingressou no Tribunal de Justiça com uma ação de inconstitucionalidade para derrubar a lei e não enviar cópias dos processos licitatórios a esta Casa; disse que a ação teve o pedido de liminar indeferido e que, mais tarde, solicitou o envio dos originais à Câmara, para análise e devolução, procedimento que foi realizado apenas algumas oportunidades; infelizmente, disse o Vereador Hermann, o Tribunal de Justiça veio a acolher, por maioria, a ação de inconstitucionalidade; comentou que foi julgado a favor do Prefeito em primeira instância e lamentou que a Câmara não tenha recorrido. A pedido do Sr. Presidente, a assessora jurídica, Vânia Maria Barros Saraiva, que estava presente, disse que já se estava fora do prazo, quando ela então apresentou um embargo, o qual foi negado, não sabendo se foi por ter sido apresentado fora do prazo ou outro motivo; disse que recurso não foi apresentado. O Vereador Hermann disse respeitar a

posição da Câmara e que o Vereador Maurílio é um Presidente que trabalha com transparência; disse nada haver a questionar na conduta da Presidência da Câmara, mas entendeu que deveriam ter sido feitos recursos quanto aos processos. O Sr. Presidente, Vereador Maurílio, disse haver entendido que havia sido recorrido uma vez, e que a assessora jurídica havia lhe dito que não adiantava mais recorrer, porque íamos perder; disse que está aqui para cumprir as leis e que se os Vereadores entenderem que se deve recorrer, haverá o recurso. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que a remessa dos documentos à Câmara é importante, tanto que foi através deles que ele encontrou irregularidades, como no caso das divergências dos valores de diárias, e falou ainda sobre o pagamento de uma pesquisa administrativa, paga com recursos públicos, que o Sr. Prefeito se nega a enviar à Câmara; o Vereador Hermann falou ainda sobre a dificuldade para ter acesso a documentos na Prefeitura e a obtenção de cópias; disse que entrará com mandado de segurança para a obtenção de cópias dos contratos. Sobre o pagamento de diárias do Executivo, o Vereador Jorge Luís Martins Soares comentou que é de conhecimento que houve um erro na interpretação da lei pelo assessor jurídico do Prefeito, sendo que os valores recebidos a maior foram restituídos ao erário e não houve má fé; sobre o não envio de documentos, disse que os culpados não são os Vereadores, e que a Justiça deu esse direito ao Sr. Prefeito; sobre o acesso aos documentos na Prefeitura, disse que é perfeitamente possível especificar o assunto que o Vereador deseja ter acesso. O Vereador Hermann disse que em momento algum disse ter havido má fé do Sr. Prefeito, mas apenas que os fatos aconteceram; disse que havia dúvida na interpretação da lei das diárias com relação a Juiz de Fora, mas com relação à capital a lei era bem clara. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que não se discute decisões judiciais, mas se cumpre. Às vinte e uma horas e quatro minutos, aberta a Ordem do Dia, foram lidos o Parecer nº 4, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei Complementar nº 12; e o Parecer nº 1, da Comissão de Saúde, ao Projeto de Lei Complementar nº 12. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei Complementar nº 12/2011, do Vereador Agildo José dos Reis, que insere artigo no Código de Posturas Municipal, dispondo sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais que disponibilizem alimentos perecíveis para consumo, de efetuarem a dedetização de suas instalações (com parecer jurídico). Encerrada a discussão, o projeto seguiu tramitando e foram lidos o Parecer nº 5, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei Complementar nº 12, e o Parecer nº 2, da Comissão de Educação, ao Projeto de Lei nº 1.453. Após, o Sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.453/2011, do Vereador Agildo José dos Reis, que inclui o tema “Educação Ambiental” na disciplina de ciências da grade curricular da rede pública municipal. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.453 seguiu tramitando. O Sr. Presidente disse que já é de conhecimento que está tentando comprar um imóvel, localizado no centor, para sediar a Câmara, sendo que as negociações já estão praticamente feitas; disse que será necessário fazer uma sessão extraordinária para autorizar a alienação do terreno da Câmara à Prefeitura, sendo que o carro da Câmara também seria leiloadado, e ainda para aprovar a autorização de compra ao Executivo, sendo que o imóvel será do município e destinado à Câmara por tempo indeterminado; o Sr. Presidente consultou se os Vereadores concordavam em dar andamento nas providências.

Todos manifestaram-se favoravelmente. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que está elaborando uma moção de aplausos ao Sr. Grêffe, e perguntou se os Vereadores concordavam com a homenagem para que a pessoa possa ser convidada a comparecer na próxima sessão. Todos concordaram. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e treze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

AGILDO JOSÉ DOS REIS

MARIA DO CARMO V. SILVA GOMES

ROMEU MOREIRA BATISTA

GERARDO MAGELA ALVES MENEZES

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

Ata da Quinquagésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezenove horas do dia dezoito de agosto de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (51ª sessão ordinária, de 04/08/2011). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, em atendimento aos arts. 12 e 48, XIII, do Regimento Interno, o sr. Presidente consultou ao Plenário quanto a permitir o uso do salão da Câmara para que a filha do saudoso Mário Magalhães Rosa Cândido, ex-Vereador e ex-Presidente da Câmara, faça a apresentação e a entrega de livro sobre o seu pai, no dia dois de setembro, sexta-feira, às vinte horas. Por unanimidade, o Plenário concedeu a autorização. Em seguida, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite da Guarda Mirim; b) panfleto do encontro de bandas; c) aviso da Câmara sobre atendimento de especialistas em direito previdenciário. Conforme prévia e regular inscrição, às dezenove horas e sete minutos o Sr. Presidente deu abertura ao uso da Tribuna Popular, quando compareceu a Professora Maria Lúcia Dias Moreira, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Dentro da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, com o tema “A pessoa com deficiência quebra a cultura da indiferença. Tenha a coragem de ser diferente”, a Professora Maria Lúcia Dias Moreira iniciou agradecendo pela receptividade da Câmara para com a Apae; disse que estava aqui fazendo a abertura da 20ª Semana Nacional da Pessoa com Deficiência, quando justamente vem divulgar e refletir sobre o tema escolhido; discorreu sobre a necessidade de se aprofundar nas questões relativas à qualidade de vida das pessoas com deficiência em nosso município, pois quando se trata de ações concretas surgem as dificuldades; disse que o medo pode até ser justificado, mas a covardia perante pessoas que precisam do nosso apoio não, e pediu a reflexão de cada um sobre as próprias atitudes com relação às pessoas portadoras de deficiência; pediu que cada um se apaixone por um amigo especial e disse que somos todos diferentes e, ao mesmo tempo, todos iguais, mas que são pelas diferenças que nos tornamos especiais, agradeceu a todos e convidou para os eventos seguintes que acontecerão; terminando o seu pronunciamento, passou a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Francisco Alves da Silva, autodefensor da Apae local. Este iniciou parabenizando a Câmara Municipal e falando sobre o papel do autodefensor da Apae, que é o de se reunir com os alunos e trocar experiências e ideias; disse que vem às sessões da Câmara porque gosta de participar e saber das boas ideias dos srs. vereadores, ideias essas que são divulgadas no seu grupo, para que todos saibam o que acontece na política de Rio Pomba; como exemplo, citou a nova lei de trânsito implantada, regulando o trânsito de veículos em mão única; ressaltou a importância da instalação gradual de rampas nos meios-fios e de vagas reservadas a deficientes e idosos; pediu que os vereadores se reúnam para verificar as políticas públicas que podem ser propostas para 2012; disse que sente muito a necessidade de os vereadores visitarem a Apae, o hospital e o asilo, como foi sugerido pelo Vereador Hermann no ano

passado. O Sr. Francisco encerrou o seu pronunciamento desejando a todos um bom trabalho. Em seguida, a próxima oradora inscrita iniciou o uso da palavra, sendo a psicóloga Rosilene Arantes Mageste Santiago, que manifestou a sua alegria com o trabalho de todos, vereadores e membros da Apae; ressaltou a importância do debate sobre as políticas públicas, e disse que é muito importante que os vereadores ouçam o auto-defensor, pois estão acolhendo também as famílias e a Apae, ajudando a criar espaços; esclareceu sobre o tema proposto para 2011 e a luta pelos direitos apaeanos; disse que a inclusão, a participação e a inserção precisam ser incrementadas, tornando-se culturais e quebrando a indiferença e as barreiras; para finalizar, executou uma música da qual se extrai a mensagem de que devemos viver uma vida com mais leveza. Às dezenove horas e trinta e cinco minutos, não havendo mais oradores, encerrou-se o uso da Tribuna. Passando às proposições, o Sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.460/2011, do Executivo, que altera o parágrafo primeiro do artigo 4º, da Lei Municipal nº 1.302/2009, e dá outras providências. Disse estar aguardando os pareceres das comissões permanentes, conforme já encaminhado. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.461/2011, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas Públicos Privados. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes pediu que este projeto fosse deliberado com urgência, considerando a relevância e a documentação apresentada pela associação. Então, o Sr. Presidente consultou aos Vereadores e obteve a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, após o que solicitou a manifestação verbal da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Esta, pela unanimidade dos seus membros, manifestou-se pela legalidade da proposição. Então, havendo a deliberação plenária para a discussão no próprio expediente, o Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.461. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.461 foi colocado em votação, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A autora, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, agradeceu a iniciativa do Vereador Gerardo e o apoio de todos os vereadores. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.462/2011, do Executivo, que institui, no âmbito do Município de Rio Pomba, a Comenda “Padre Manoel de Jesus Maria” e dá outras providências. O Sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 132/2011, da Mesa Diretora, que fixa o número de vereadores à Câmara Municipal de Rio Pomba. O Sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, substituindo o Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa pelo Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, e a Vereadora Alinéa Cristina Lamas pela Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, tendo em vista o art. 72, parágrafo único, do Regimento Interno. O Sr. Presidente explicou sobre a finalidade e o embasamento legal da proposta; comentou que a Mesa Diretora, antes, propôs a elevação para onze vereadores, mas, conversando com os srs. vereadores, percebeu que a maioria desejava manter-se em nove a composição da Câmara, de modo que trocou a proposição. O Vereador Agildo José dos Reis parabenizou ao Sr. Presidente pela atitude de bom senso, e lembrou que, na sessão anterior, havia se manifestado contra

a inclusão de mais dois vereadores, por achar algo até imoral, sendo necessário aumentar é o número de médicos no hospital e os recursos para as entidades. Dando sequência, foi lido o Projeto de Resolução nº 307/2011, da Mesa Diretora, que estima a receita e fixa a despesa da Câmara Municipal de Rio Pomba para o exercício de 2012 (R\$774.000,00). Em seguida, foi lido o Requerimento nº 109, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Resolução nº 307/2011. Votado, o Requerimento nº 109 foi aprovado por unanimidade. Havendo a deliberação plenária para a discussão e votação no próprio expediente, o Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Resolução nº 307/2011. Encerrada a discussão, o Projeto de Resolução nº 307/2011 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 110, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, que requer ao Chefe do Executivo o fornecimento de demonstrativo de todos os valores de diárias pagos ao mesmo após a entrada em vigor da Lei Municipal nº 1.303/2009. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa pediu a tramitação do requerimento porque gostaria de uma análise de quais os meses que já existem os demonstrativos aqui na Câmara, após o que será a favor do requerimento. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça perguntou se teria como o servidor da Câmara verificar no momento a informação, fazendo-se uma ressalva no requerimento. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que o requerimento deveria vir especificando o período como a partir de janeiro de 2011. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse não estar impedido de requerer desde o início, mas que os vereadores podem tirar o período já enviado à Câmara. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que gostaria de uma informação escrita quanto ao período já disponível na Câmara, depois do que se votaria o requerimento. Mediante o pedido do Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa, o Sr. Presidente colocou em deliberação se o Requerimento nº 110 ficaria tramitando ou seria apreciado ainda hoje. Por 05 (cinco) votos dos Vereadores Agildo José dos Reis, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Alinéa Cristina Lamas, Jorge Luís Martins Soares e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, versus os votos dos Vereadores Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Gerardo Magela Alves Menezes e Romeu Moreira Batista, o Requerimento nº 110 ficou tramitando, para ser votado na próxima sessão. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que gostaria de saber se o requerimento será aprovado ou não, pois se pedir tramitação para depois votar contra não faz sentido. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que é favorável ao requerimento. O Sr. Presidente disse que consultou o Plenário, que o requerimento ficará tramitando e será votado na próxima sessão. Em sequência, foram lidas as seguintes indicações: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 421: Verificação de bueiro; b) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 333/2010-3ª edição: Providências na Rua Divino de Oliveira; 2) Indicação nº 415: Grupo de capoeira no Lindo Vale; 3) Indicação nº 417: Ponte de concreto no Bomjardim; c) do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça: 1) Indicação nº 422: Envio de projeto de lei que vede e institua penalidades à prática de assédio moral; d) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 105/2009-4ª edição: Providência na Rua Henrique Dias Saraiva; 2) Indicação nº 157/2009-3ª edição: PSF no Bairro José Mendonça dos Reis (Estação);

3) Indicação nº 420: Acessibilidade na Praça Dr. Último de Carvalho. O Vereador Agildo José dos Reis pediu a retirada da sua Indicação nº 421, considerando que a providência já havia sido tomada. Dando continuidade, foi lida a Moção nº 33, do Vereador Romeu Moreira Batista, de aplausos ao Sr. Grêffe Granato Campos. Votada, a Moção nº 33 foi aprovada por unanimidade, bem como o pedido para convidar o homenageado. Após, foi lida a Moção nº 34, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, de aplausos e reconhecimento à Primeira Igreja Batista de Rio Pomba. Votada, a Moção nº 34 foi aprovada por unanimidade. Estando presentes os representantes da Primeira Igreja, o autor, Vereador Hermann, se pronunciou, assinou a moção juntamente com o Sr. Presidente, e fez a entrega ao dirigente da Igreja, Pastor Renato Souza de Melo. Em seguida, este se pronunciou em agradecimentos e discorreu sobre a atuação da Igreja. Dando sequência, foi lida a Moção nº 35, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, de congratulações a José Vidigal Furtado. Votada, a Moção nº 35 foi aprovada por unanimidade, bem como o pedido para convidar o homenageado. Às vinte horas e dezessete minutos, aberta a Ordem do Dia, foram lidos o Parecer nº 4, da Comissão de Legislação, e o Parecer nº 1, da Comissão de Saúde, referentes ao Projeto de Lei Complementar nº 12. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei Complementar nº 12/2011, do Vereador Agildo José dos Reis, que Insera artigo no Código de Posturas Municipal, dispondo sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais que disponibilizem alimentos perecíveis para consumo, de efetuarem a dedetização de suas instalações. Encerrada a discussão o Projeto de Lei Complementar nº 12/2011 foi votado e aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foram lidos o Parecer nº 5, da Comissão de Legislação, e o Parecer nº 2, da Comissão de Educação, relativos ao Projeto de Lei nº 1.453. Após, foi colocado em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.453/2011, do Vereador Agildo José dos Reis, que Inclui o tema “Educação Ambiental” na disciplina de ciências da grade curricular da rede pública municipal. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que o projeto é louvável, mas que votaria contra por acreditar que o mesmo padece de vício de iniciativa, ao ingressar na seara administrativa do Poder Executivo e gerar despesas. O Vereador Agildo José dos Reis disse que a Comissão de Legislação da Câmara Municipal de São Paulo manifestou-se pela legalidade de projeto semelhante. O Vereador Hermann disse que isso pode acontecer, mesmo sendo o projeto inconstitucional, e até mesmo o Executivo vir a sancioná-lo. O Vereador Jorge Luís Martins Soares pediu que fosse lido o parecer jurídico. Então, foi lido o parecer emitido pela Assessora Jurídica, Vânia Maria Barros Saraiva, concluindo pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.453. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse entender que o município pode legislar no assunto, mas desde que seja iniciativa do Executivo. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.453 foi submetido à votação e aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Gerardo Magela Alves Menezes, Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Agildo José dos Reis; votando contra o Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes convidou os Srs. Vereadores para a programação do aniversário do

Município, especialmente para a missa no dia 25, às dezenove horas, na Matriz de São Manoel. O Vereador Agildo José dos Reis pediu que o Sr. Presidente da Câmara oficie ao Sr. Prefeito quanto ao requerimento de informações sobre o matadouro, até hoje não respondido. O Sr. Presidente da Câmara disse que o assessor jurídico do Prefeito lhe informou que ainda nesta semana uma comissão do IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária) esteve visitando o matadouro; disse que o Sr. Prefeito deveria ter informado esta ocorrência, mas que o mesmo está esperando o parecer do IMA para enviar a resposta à Câmara. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

ROMEU MOREIRA BATISTA

GERARDO MAGELA ALVES MENEZES

AGILDO JOSÉ DOS REIS

MARIA DO CARMO VIEIRA DA SILVA GOMES

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

Ata da Quinquagésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (52ª sessão ordinária, de 18/08/2011). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, foi lida a Carta nº 1/2011-ACL, da Vereadora Alinéa Cristina Lamas, solicitando o uso do salão da Câmara no dia vinte e nove de setembro, a partir das dezoito horas e trinta minutos, com as finalidades de implementar o Programa de Formação Política da Fundação Ulisses Guimarães – EAD/FUG, e de promover um “encontro de mulheres”, com palestra da Sra. Aparecida Moura, Presidente do PMDB Mulher de Minas Gerais e Secretária do PMDB Mulher Nacional, havendo a possibilidade de fundação do PMDB Mulher em Rio Pomba. Visando aos arts. 12 e 48, XIII, do Regimento Interno, o sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à permissão de uso do salão supracitada, sendo que se obteve a autorização de uso pela unanimidade dos Srs. Vereadores. Após, como previamente aprovado, foi lida a Moção nº 35, de congratulações com o Sr. José Vidigal Furtado. Na sequência, o autor, Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, fez o seu pronunciamento em congratulações com o homenageado, e aproveitou para aditar à justificativa da moção que o mesmo também foi tesoureiro da Sopa da Irmã Luiza por mais de dez anos, Presidente do Conselho Particular de São Manoel, pertencente a Barbacena, por dez anos, e ainda Presidente da Conferência de São Vicente de Paulo, por quatro anos. Após, houve a entrega da moção, momento em que foi dada salva de palmas ao homenageado. Seguindo os trabalhos, foi lida certidão do Presidente da Câmara referente ao Requerimento nº 110. Após, o Sr. Presidente colocou em discussão o Requerimento nº 110, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, que requer ao Chefe do Executivo o fornecimento de demonstrativo de todos os valores de diárias pagos ao mesmo após a entrada em vigor da Lei Municipal nº 1.303/2009. Colocado em votação, o Requerimento nº 110 foi aprovado por sete votos dos Vereadores: Agildo José dos Reis, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Alinéa Cristina Lamas, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Gerardo Magela Alves Menezes e Romeu Moreira Batista; recebendo o voto contrário do Vereador Jorge Luís Martins Soares. Em sequência, foram lidas as seguintes indicações: a) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 280: Reforma nos passeios; 2) Indicação nº 375: Proibição do trânsito de bicicletas e skates nos passeios do Baixo; 3) Indicação nº 380: Placas de referência. Seguindo, foi lida a Moção nº 36, da Vereadora Alinéa Cristina Lamas, de aplausos a Maria Helena de Faria Batista. Votada, a Moção nº 36 foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, foi lida a Moção nº 37, do Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, de aplausos a Geny Vidal Santos Corrêa Netto. Votada, a Moção nº 37 foi aprovada por unanimidade. Às dezenove horas e vinte e cinco minutos, aberta a Ordem do Dia, foram lidos o Parecer nº 6, da Comissão de

Legislação, o Parecer nº 3, da Comissão de Educação, e o Parecer nº 6, da Comissão de Finanças, referentes ao Projeto de Lei nº 1.460. Neste momento, no permissivo dos arts. 155 e 156 do Regimento Interno, o Vereador Jorge Luís Martins Soares apresentou o Requerimento nº 112, requerendo a concessão do regime de urgência simples para apreciação do Projeto de Lei nº 1.460. Votado, o Requerimento nº 112 foi aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.460/2011, do Executivo, que altera o parágrafo primeiro do artigo 4º, da Lei Municipal nº 1.302/2009, e dá outras providências. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.460, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo, foi colocado em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.462/2011, do Executivo, que institui, no âmbito do Município de Rio Pomba, a Comenda “Padre Manoel de Jesus Maria” e dá outras providências. O Sr. Presidente disse que o projeto aguarda os pareceres da Comissão de Legislação e da Comissão de Finanças, e pediu que as comissões apresentem os pareceres para a próxima sessão. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que, junto com o Vereador Agildo, está apresentando emenda ao projeto. O Vereador Romeu Moreira Batista questionou como a comissão dará o parecer se não conhece o conteúdo da emenda. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que a emenda será apresentada na próxima sessão. O Sr. Presidente disse que pediu os pareceres para a próxima sessão porque o Regimento Interno prevê o prazo de dez dias para a sua emissão, e esse prazo já se expirou. Encerrada a sua discussão, o mesmo seguiu tramitando. Após, o Sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 132/2011, da Mesa Diretora, que fixa o número de vereadores à Câmara Municipal de Rio Pomba. O Sr. Presidente disse que o projeto aguarda o parecer da Comissão de Legislação, e que há um prazo para a Câmara votá-lo. Encerrada a sua discussão, o mesmo seguiu tramitando. O Vereador Agildo José dos Reis falou sobre a existência do Projeto de Lei nº 5.784, do Deputado Federal Júlio Delgado, tornando crime hediondo “quem mete a mão no dinheiro do povo”; disse que se tem visto, não só pelo Brasil, mas por Minas Gerais e em várias Prefeituras, pela televisão, a cada dia que passa, que eles estão metendo a mão e roubando o dinheiro do povo, de todas as formas; citou o exemplo da negociação do IPTU pelos Vereadores de Campinas, em conchavo com o Prefeito; disse que fará campanha sobre esse projeto, pelo dinheiro que não chega na saúde e na educação, porque existem muitos ladrões roubando esse dinheiro no país. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e trinta e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

AGILDO JOSÉ DOS REIS
MARIA DO CARMO V. SILVA GOMES
ROMEU MOREIRA BATISTA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA
GERARDO MAGELA ALVES MENEZES
FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

Ata da Quinquagésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e quatro minutos do dia quinze de setembro de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (53ª sessão ordinária, de 01/09/2011). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, foi lido o Ofício nº 273, do Prefeito, enviando a prestação de contas dos anos de 2008, 2009 e 2010. Na sequência, foi lido o Ofício nº 52, do Presidente da Subseção da OAB em Rio Pomba, solicitando o uso do recinto da Câmara no dia onze de novembro, para a realização de um encontro jurídico. Na forma dos arts. 12 e 48, XIII, o Sr. Presidente consultou e o Plenário, unanimemente, concedeu a autorização de uso. Seguindo, em atendimento ao art. 41, incisos VII e XXXVII, do Regimento Interno, o sr. Presidente fez a prestação de contas da Câmara do mês de julho de 2011. Após, como previamente aprovado, foi lida a Moção nº 37, de aplausos com a Sra. Geny Vidal Santos Corrêa Netto. Na sequência, o autor, Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, fez o seu pronunciamento em congratulações com a homenageada, após o que houve a entrega da moção e foi dada salva de palmas à mesma. A Sra. Geny Vidal Santos Corrêa Netto usou da palavra para agradecer e comentar sobre a homenagem recebida. Continuando os trabalhos, o Sr. Presidente disse que ia antecipar a apresentação de uma moção constante da pauta, quando então foi lida a Moção nº 40, do Vereador Agildo José dos Reis, de aplausos a Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça. Votada, a Moção nº 40 foi aprovada por unanimidade. Após, o homenageado, que é Defensor Público do Estado de Minas Gerais e Vereador nesta Casa, fez o seu pronunciamento. Em seguida o autor, Vereador Agildo José dos Reis, também discursou. Ato contínuo, o autor entregou a moção ao homenageado e a este foi dada uma salva de palmas. Após, foi lido o Requerimento nº 111, do Vereador Agildo José dos Reis, solicitando informações sobre a falta de iluminação pública nas entradas da cidade. O Sr. Presidente comentou que o Vereador Agildo José dos Reis, que é também o Presidente da Associação Comunitária Nossa Senhora da Rosa Mística, pediu o uso da tribuna para falar sobre iluminação pública, sendo que o pedido foi indeferido por ter sido apresentado fora do prazo regimental; disse que o Vereador Agildo poderia deixar o seu requerimento para ser discutido na próxima sessão e ao mesmo tempo haver o uso da tribuna. O Vereador Agildo José dos Reis disse que existem diversas indicações de vereadores pedindo a iluminação nas entradas da cidade, dentro do perímetro urbano; disse que não sabe informar à população o motivo dessas entradas não serem iluminadas; disse que a maioria das pessoas presentes no salão hoje são moradores das entradas das regiões de Vogados, Formiga e Granatos, sabendo-se que, até o local conhecido como Bicão, é perímetro urbano e de responsabilidade do Poder Executivo quanto à iluminação pública e quanto à segurança dos transeuntes contra acidentes ou o que for, caso seja feito um boletim de ocorrência apontando que a falta de iluminação pode ter contribuído para o acontecimento; citou que alguns moradores não

conseguem colocar a energia elétrica através do Programa Luz Para Todos porque a Energisa informa que esta é uma obrigação da Prefeitura por ser perímetro urbano; disse que alguns moradores retiram a energia de apenas um poste cedido pelo Sr. Chico Jovino, que emprestou o seu padrão e o seu transformador; ressaltou que esta é uma obrigação do Executivo seja quem for o Prefeito, e lembrou que já no seu primeiro mandato como Vereador fez a solicitação; comentou que o seu requerimento é acompanhado de abaixo-assinado de vários moradores da região, e pediu ao Sr. Presidente da Câmara, que é representante da região localizada na saída para Belo Horizonte, que interceda junto ao Sr. Prefeito para obtermos a resposta; o Vereador Agildo pediu o apoio de todos os vereadores. O Sr. Presidente disse que cumprirá a lei e que se interessa pela iluminação do trecho citado pelo Vereador Agildo, lembrando que o atendimento fica a cargo do Executivo, que pode não ter condições de fazê-lo. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que é favorável ao requerimento; sobre o Luz Para Todos, disse que muitas casas ainda não foram atendidas, apesar de preencherem o requisito, assunto para o qual também será necessário um pedido de informações à Energisa; disse ter certeza da intenção do Sr. Prefeito de iluminar a saída para Belo Horizonte, não sabendo a data em que isso acontecerá, porque, inclusive, o projeto do perímetro urbano veio do Executivo e a Câmara aprovou. O Vereador Agildo José dos Reis disse que não é uma intenção, mas sim uma obrigação de iluminar, a partir de quando seja perímetro urbano, negociada com a Energisa. O Vereador Jorge disse que é uma obrigação, mas que ela se dá de acordo com a disponibilidade de recursos; citou a Rua Vereador José de Paula Miranda, que já ficava no perímetro urbano e que foi alvo de indicação sua, hoje possuindo abastecimento de água, calçamento, rede de luz e esgoto; disse que é favorável ao requerimento para ouvirmos a resposta do Sr. Prefeito. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que apoia o requerimento e acrescentou que também já apresentou indicação sobre iluminação pública nas entradas da cidade; sugeriu que, após a resposta ou simultaneamente, seja oficiado ao diretor da Energisa para que ele informe o custo da iluminação. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse achar que o Sr. Prefeito está negociando um pacote para resolver a parte da abertura de rua na Av. Dr. José Neves e outras partes de iluminação pública. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que o custo não é alto e, pelo que consta nas notas de pagamento, não sobrecarrega o Município; além disso, falou da existência de risco iminente de acidentes, na saída para Belo Horizonte, envolvendo os moradores e transeuntes. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que o custo não é alto porque, no pacote citado pelo Vereador Maurílio, consta a iluminação do Loteamento Panorama inteiro por trinta e quatro mil reais. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes cumprimentou o Vereador Agildo pelo requerimento e lembrou que já fez indicação contemplando aquela região, também acompanhada de abaixo-assinado; disse que a questão é realmente uma obrigação do Município; quanto ao custo, disse que o Sr. Prefeito tem que fazer todo o sacrifício para atender à comunidade; disse esperar que esse requerimento, uma vez aprovado, seja acatado pelo Sr. Prefeito em favor da comunidade. O Vereador Romeu Moreira Batista parabenizou ao autor do requerimento e falou da importância da união entre os Vereadores e a comunidade; achou o custo do serviço irrisório se comparado com os

benefícios à população e à evolução da cidade. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que o requerimento será aprovado e saberemos a resposta do Executivo para que, juntos com a população, os Vereadores consigam a implantação da iluminação. Votado, o Requerimento nº 111 foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 113, do Vereador Agildo José dos Reis, requisitando informações sobre concurso público. O Vereador Agildo José dos Reis disse que a Lei nº 1.105/2001 deixa o Prefeito contratar por dozes meses, prorrogáveis por mais doze, mas o que vem acontecendo no município é completamente diferente, pois existem pessoas que entraram em 2001, que portanto deveriam ter saído em 2004, mas continuam trabalhando no Município sem concurso público; disse que isso é um meio de se criar cabide de emprego e de colocar a mão nos afilhados e apadrinhados para trabalharem no Poder Executivo; disse que ninguém entra em Prefeitura pela janela ou pela porta dos fundos, ou seja em qualquer órgão público, mas sim pela porta da frente, por concurso público; continuou dizendo que, em 2009, questionou ao Executivo a contratação e levou o assunto ao Ministério Público, gerando um termo de conduta entre a Dra. Marineli e o atual Prefeito, este alegando que não tinha recursos naquele momento para fazer o concurso, por estar tomando posse; disse o Vereador Agildo que, de lá para cá, o Prefeito usa da Lei nº 1.105/2001 para contratar da forma que imaginar, através de concurso simplificado, para admitir por dois anos, mas as pessoas continuam trabalhando na Prefeitura, da mesma forma, sem concurso público, tirando o direito da nossa comunidade, de nossos jovens e adultos, de pelo menos concorrer a um cargo municipal; disse que isso é um absurdo que vem rolando há vários anos; disse o Vereador Agildo que, mais recentemente, por contratação de empresas, são contratadas pessoas, em terceirização, tendo entrado muitos empregados dessa forma, após a aprovação de uma lei pela Câmara; disse que, no seu entender, eles enganam a população e a comunidade com essas contratações; disse que não abre mão do concurso público e falou para o público presente que ninguém entra na Prefeitura pela janela ou pela porta dos fundos, usando a lei de contratação temporária, mas continuando por oito anos ou mais; sobre os recursos financeiros, disse que eles existem sim, pois existem para fazer exposições caras e tantas festas na cidade; ressaltou a necessidade de um concurso sério e disse que vai lutar muito por isso, seja com este Prefeito ou com o próximo que entrar. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que não gostaria de estar na pele do Prefeito, porque o ex-Prefeito ficou oito anos e não fez concurso público, enquanto o atual entrou e fez a seleção que nenhum outro prefeito havia feito; disse que o atual Prefeito tem um problema muito sério, que é um grande número de professoras com até vinte anos de Prefeitura e, se houver concurso público, poderão perder o direito até de aposentar se não forem aprovadas; disse não saber a intenção do Sr. Prefeito, mas que as professoras procuram os Vereadores perguntando sobre como ficará a situação no caso de concurso; disse que a chance das professoras passarem em concurso é muito pequena, de modo que elas serão demitidas, e questionou como fará o Prefeito. O Vereador Agildo José dos Reis disse que uma questão resolvida pelo atual Prefeito, que vários outros vinham rolando, foi a questão previdenciária dos servidores, que o atual teve a coragem de resolver o problema do INSS dos funcionários; questionou o Vereador Agildo se virá outro Prefeito e ficará apenas contratando; disse que é por

isso que tem um monte de gente na Prefeitura, por anos e mais anos, sem concurso, fora da lei, pois a Constituição Federal fala que só se trabalha em cargo público através de concurso público; disse que algum Prefeito terá que resolver a situação e, se ele é o atual, terá que encarar isso. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o requerimento apenas pede informações, adiantou o seu voto favorável, e disse que, se estivesse em suas mãos votar o concurso, teria que pensar duas vezes no assunto; comentou ser favorável ao concurso, que é servidor concursado no Instituto Federal por seus próprios méritos, mas a situação de merendeiras, secretárias e professoras que dói no lado humano, pois estão ali faltando até cinco anos ou menos para se aposentarem e, se não passarem no concurso, poderão ser demitidas, sendo que estão numa idade difícil para conseguir emprego; disse que, com isso, não está afirmando se a situação é certa ou errada, mas apenas que existe este outro lado; disse que há dezesseis anos não há concurso e que o Dr. Fernando está de parabéns pela reforma previdenciária que fez, pois tirou o município do fundo do poço e regularizou vinte e sete certidões que privavam o recebimento de verbas voluntárias; comentou o Vereador Jorge que as intenções do Sr. Prefeito são as melhores, pelas suas atitudes e pela administração, visivelmente em busca do melhor; disse acreditar que o Sr. Prefeito ainda chegará no concurso, sem estar afirmando, mas reconhece que é uma situação difícil. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que o ingresso no serviço público é através de concurso; particularmente, afirmou ser contrário à Lei nº 1.105/2001, por ser uma forma do administrador burlar o concurso público, apesar de haver um prazo limite; questionou qual o processo seletivo deve ser adotado no caso da contratação temporária, interpretando a lei que é vaga; disse parecer que, nesse processo seletivo, as pessoas que já estão contratadas levam vantagem e isso é uma forma de tratar desigualmente os candidatos; disse reconhecer a questão das professoras e que já esteve conversando com algumas, podendo entender a situação, mas ressaltou que existem outros cargos na Prefeitura para os quais deveriam haver concurso, como trabalhadores de secretarias; comentou que se está contratando, contratando empresas terceirizadas para realizar serviços que deveriam ser feitos por servidores públicos, como a poda de árvores e pintura de meio-fio; disse que realmente existem professoras com muitos anos de serviço, fato que merece atenção, mas que é preciso olhar também os outros setores que precisam, sendo que então se poderia fazer um concurso para secretaria, motoristas, pedreiros etc; comentou que os pedreiros efetivos ganham seiscentos reais, enquanto os contratados ganham muito mais para exercer a mesma função, salvo engano, o que não é certo. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas disse que é louvável a preocupação do Vereador Agildo e que concorda com ele, porém, em 2001, entraram vários funcionários para trabalhar junto com outros que já estavam contratados pela gestão anterior; disse que muitos anos já se passaram até aqui, envolvendo funcionários da educação, da saúde, na epidemiologia, no almoxarifado, dentre outros, sem culpa desses funcionários, que foram convidados, cumpriram seus trabalhos e estão até hoje por louvor ao seus trabalhos; disse que é favorável ao concurso público, mas questionou o que fazer com essas pessoas contratadas, já com certa idade; reconheceu que a situação precisa ser resolvida e dar-se oportunidade aos jovens, mas questionou como os trabalhadores já alocados concorrerão com pessoas bem instruídas; disse que as pessoas precisam de

oportunidades, como ela própria, que foi contratada como agente de saúde, sendo que se adquire amor pelo trabalho e necessidade do mesmo; disse que é um caso a pensar, que o concurso deve ser feito, que a lei é feita para se respeitar, mas questionou o que fazer com aquelas pessoas. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse conhecer uma merendeira com vinte e três anos de Prefeitura, e que essa pessoa tem poucas chances de competir com os recém formados; disse que é preciso agir não somente com a razão, mas com o coração, diante de pessoas que são arrimo de família e na iminência de dispensá-las; disse que o concurso é necessário, mas, antes, é preciso uma solução para essas pessoas, dando-lhes a chance de se aposentarem. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que existem os dois lados da moeda, mas que é preciso saber a resposta do Prefeito para se entrar numa discussão mais profunda. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que todos querem o concurso mas a situação é difícil; argumentou que deveria haver um critério para que esses funcionários antigos fiquem quietos, e que o Sr. Prefeito, quando for contratar novos funcionários, que faça o concurso; disse que não pode é a Prefeitura ficar enchendo de gente, sem que se saiba se estão lá pela Prefeitura ou como estagiários; disse que fala isso diretamente com o Sr. Prefeito, porque acha um absurdo a situação, de modo que já pensou em fazer um requerimento para saber quem é funcionário e quem é estagiário; disse que o Sr. Prefeito põe e tira quem ele quer, que ele está de parabéns por ter resolvido a situação previdenciária dos funcionários, mas que essa atitude foi por interesse político dele também, que hoje tem todos os funcionários a seu favor; disse que o Sr. Prefeito não tem interesse em fazer o concurso porque ele põe quem ele quer, enquanto, através de concurso, o funcionário não deve favor a nenhum Prefeito, pois a competência foi sua; disse que, do jeito que está, o Sr. Prefeito vai levando em “banho maria” e vai ganhando voto, sendo este o português claro, não precisando enganar a ninguém, pois vai ficar nesse lenga-lenga e nada ser feito; recordou que o último concurso público foi na gestão do Prefeito José Augusto, no seu primeiro mandato de Vereador, que rendeu muita polêmica e dificuldade; citou que, quando foi fazer o concurso público da Câmara, foi chamado de doido, mas fez o concurso porque os funcionários da época poderiam ser demitidos por qualquer Presidente da Câmara e a situação viraria um circo político, enquanto hoje temos funcionários nesta Casa que são constantemente elogiados. O Vereador Agildo José dos Reis disse concordar com o Vereador Romeu, quando este diz que o Prefeito usa a Prefeitura para fazer politicagem, sendo que isso tem que acabar, vindo do Executivo para a Câmara, bem discutida a situação das professoras e dos funcionários antigos, mas, continuar admitindo gente pela janela é um crime muito grande cometido na nossa cidade, pois a cada dia entram novos funcionários na Prefeitura, tanto que nenhum vereador tem condições de dizer quem são os funcionários da Prefeitura; por outro lado, disse o Vereador que os funcionários antigos, concursados desde 1995, não são valorizados. A Vereadora Maria do Carmo disse que a situação das professoras e merendeiras antigas será sempre de insegurança, pois outro prefeito poderá tirá-las. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a lei não permite isso, e que não adianta o Prefeito querer fazer um concurso defendendo as professoras. A Vereadora Maria do Carmo disse que houve um caso no Estado em que foram efetivadas professoras, que ficavam sem direito a pedir transferência. O Vereador Jorge Luís Martins

Soares disse que, antes do concurso, deveria ser elaborado um plano de carreira; ressaltou que os funcionários que entram ganhando muito na Prefeitura são os secretários, cargos que foram aprovados pelo Legislativo; disse ainda que o culpado dessa situação não é o Dr. Fernando, pois ela já se arrasta há dezesseis anos e o atual mandato tem apenas dois anos e nove meses. Votado, o Requerimento nº 113 foi aprovado por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: 1) Indicação nº 244-2ª edição: Providências na Praça Delano Lopes Machado; 2) Indicação nº 428: Redutores de velocidade nos locais que especifica; b) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 424: Implantação Programa Balde Cheio; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 423: Melhoria de iluminação pública; 2) Indicação nº 427: Redutores de velocidade na R. Dr. Bruno José Gonçalves; d) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 425: Calçamento de vias no Bairro Belvedere; 2) Indicação nº 429: Faixa de pedestre no local que especifica; e) do Vereador Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 322-3ª edição: Semáforo nas vias em torno da Praça Joaquim Alves de Araújo e outros locais; 2) Indicação nº 426: Providências na Vila Monsenhor Delindo Coelho. Ato contínuo, foi lida o resumo da Moção nº 38, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, de congratulações com a agência do Banco do Brasil. Votada, a Moção nº 38 foi aprovada por unanimidade. Após, foi lido o resumo da Moção nº 39, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, de aplausos a Leda Ferreira. Votada, a Moção nº 39 foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade, foi lido o resumo da Moção nº 41, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, de congratulações e reconhecimento a Gilson Paula de Paiva. Votada, a Moção nº 41 foi aprovada por unanimidade. Às vinte horas e trinta e dois minutos, aberta a Ordem do Dia, o Sr. Presidente comunicou o veto integral do Executivo ao Projeto de Lei nº 1.453/2011, do Vereador Agildo José dos Reis, que inclui o tema “Educação Ambiental” na disciplina de ciências da grade curricular da rede pública municipal. O Sr. Presidente determinou a tramitação do veto e disse que o mesmo já está com a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Em sequência, foram lidos o Parecer nº 7, da Comissão de Legislação, e o Parecer nº 7, da Comissão de Finanças, ambos relativos ao Projeto de Lei nº 1.462. Após, foi lida e colocada em única discussão a Emenda nº 01 - Aditiva, ao Projeto de Lei nº 1.462, dos Vereadores Agildo José dos Reis e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça. Encerrada a discussão, a Emenda nº 01 – Aditiva, foi votada e aprovada por unanimidade. Então, o Sr. Presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.462/2011, do Executivo, que institui, no âmbito do Município de Rio Pomba, a Comenda “Padre Manoel de Jesus Maria” e dá outras providências. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.462 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Parecer nº 8, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 132. Após, foi colocado em segunda discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 132/2011, da Mesa Diretora, que fixa o número de vereadores à Câmara Municipal de Rio Pomba. O Sr. Presidente comentou que a proposta mantém em nove os Vereadores para a próxima legislatura. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes parabenizou a Mesa Diretora pela iniciativa, pois assim se está fazendo uma grande economia para o Município. Encerrada a discussão, o Projeto de Decreto Legislativo

nº 132/2011 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que pesquisou na internet e constatou que a maioria das cidades estão aumentando o número de vereadores, inclusive a vizinha Tocantins, que se aproxima de Rio Pomba em suas características. O Vereador Agildo José dos Reis pediu para registrar que está achando uma indecência o que ele tem visto nesta semana, caminhões e máquinas da Prefeitura tirando terra e entulho dentro de terrenos particulares, pertencentes a pessoas de poder aquisitivo muito melhor do que um pobre desta cidade; disse que foi abaixo do Rotary Club, na antiga serralheria do Arlindo, a quem pertence hoje ele não sabe; disse que se alegação for para se buscar terra, será uma mentira, pois no Fomento tem seis montes de terra, no bairro Sol Nascente também e no alto da Sá Neves tem três caminhões de terra; disse que se está usando o patrimônio público para beneficiar pessoas poderosas financeiramente da nossa cidade, o que é uma vergonha e ele registrou em fotos; disse que são atendidas pessoas que têm condições de pagar pelo serviço, enquanto que um pobre na roça que precisa de uma máquina para fazer um poço e criar uns peixes, não pode ser atendido. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que, se for verdade e o serviço estiver sendo feito de graça, o Vereador Agildo está coberto de razão. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que, antes de acusar, o Vereador Agildo deveria fazer um requerimento pedindo esclarecimentos; comentou que telefonou para o Dezinho e disse que tem terra no seu terreno para ser retirada e que, se a Prefeitura estiver precisando dessa terra, poderia retirá-la; disse que Dezinho lhe respondeu que a Prefeitura está precisando de terra para o lixão, mas que demoraria para retirar a terra, ao que o Vereador Fabrício disse que ia pagar para a retirada porque estava precisando com mais urgência; concordou com o Vereador Agildo quanto a se fazer trabalho para particulares, quanto mais pessoas de condições financeiras, mas que o Vereador deveria se informar antes de julgar. O Vereador Agildo disse que não é questão de julgar, mas que viu pessoalmente e os proprietários não precisam disso, máquinas, caminhões e óleo do povo sendo gastos em sua propriedade; disse que a terra não justifica, pois está cheio na cidade para tirar. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas perguntou ao Vereador Agildo se para pessoas pobres a Prefeitura pode fazer o serviço de remoção de terra. O Vereador Agildo disse que a questão do pobre é justificada; citou exemplo de uma pessoa residente perto do Vereador Maurílio, onde a máquina esteve e planejou para o mesmo fazer a sua casinha, fato que é inquestionável; o questionável é, se não faz para o pobre, porque fazer para o rico; disse que isso nunca aconteceu no governo passado. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que aconteceu no governo passado sim, para fazer casas, o que ele acha muito certo sendo pessoas carentes. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que, há pouco tempo, era necessário um serviço de aterro na “Estação”, sendo que existia terra próximo mas que não era boa, caso semelhante ao que o Vereador Fabrício contou; disse que a Prefeitura estava retirando a terra possivelmente para fazer algum serviço nas proximidades. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Quinquagésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezenove horas e quatro minutos do dia seis de outubro de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (54ª sessão ordinária, de 15/09/2011). Votada, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Registre-se que se encontravam no recinto, devidamente credenciados, a repórter Ludmila Fam Gomes e o cinegrafista Marco Fagundes, da TV Alterosa, para entrevistarem o Vereador Agildo José dos Reis e gravar partes desta sessão. Registre-se ainda, que o Vereador Agildo José dos Reis, autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara, estava na sala de vereadores sendo ouvido pela reportagem. Seguindo, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite da Academia Rio-Pombense de Ciências, Letras e Artes; b) convite para posse dos conselheiros tutelares. Após, foi lido o Ofício nº 052/2011-Presidência-160ª Subseção da OAB/MG, solicitando a autorização para uso do recinto da Câmara no dia onze de novembro, a partir das dezenove horas, para a realização do II Encontro de Estudos Jurídicos em Rio Pomba. Pela unanimidade dos presentes, tendo em vista os arts. 12 e 48, XIII, do Regimento Interno, o Plenário autorizou o uso do recinto como solicitado. Neste momento, o Vereador Agildo José dos Reis compareceu ao seu lugar no Plenário, passando a participar da sessão. Em seguida, como previamente aprovado, foi lida a Moção nº 38, de congratulações com a agência do Banco do Brasil de Rio Pomba, por ocasião dos cinquenta anos de sua fundação. Na sequência o autor, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, fez a entrega da moção e foi dada salva de palmas ao homenageado, representado pelo seu Gerente, Sr. Vicente Paulo Carvalho Ferreira, sendo que o acompanhavam outros funcionários da agência. O Sr. Vicente Paulo usou da palavra para agradecer e comentar sobre a homenagem recebida. Após, também aprovada pela Câmara, foi lida a Moção nº 36, de aplausos à Sra. Maria Helena de Faria Batista. Na sequência a autora, Vereadora Alinéa Cristina Lamas, fez o seu pronunciamento em congratulações com a homenageada, após o que houve a entrega da moção e foi dada salva de palmas à mesma. A Sra. Maria Helena de Faria Batista usou da palavra para agradecer e comentar sobre a homenagem recebida. Ato contínuo, conforme aprovado, foi lida a Moção nº 39, de aplausos à Sra. Leda Ferreira. Na sequência a autora, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, fez o seu pronunciamento em congratulações com a homenageada, após o que houve a entrega da moção e foi dada salva de palmas à mesma. A Sra. Leda Ferreira usou da palavra para agradecer e comentar sobre a homenagem recebida. Seguindo, como previamente aprovado, foi lida a Moção nº 41, de congratulações com o Sr. Gilson Paula de Paiva. Na sequência o autor, Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, fez o seu pronunciamento em congratulações com o homenageado, após o que houve a entrega da moção e foi dada salva de palmas ao mesmo. O Sr. Gilson Paula de Paiva usou da palavra para agradecer e comentar sobre a homenagem recebida. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.464/2011, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que

dispõe sobre a realização do carnaval de rua em Rio Pomba e dos festejos de fim de ano. O Vereador Agildo José dos Reis disse que, com todo respeito ao autor, o projeto é inconstitucional, porque o Prefeito é quem determina, por decreto onde serão as festas, não dependendo de lei. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que, antes de apresentar o projeto, consultou a assessora jurídica da Câmara, que não viu inconstitucionalidade no mesmo; disse que a maioria das pessoas com quem conversou detestou o carnaval no parque de exposições, o que motivou elaborar o projeto; pediu a aprovação para que o Sr. Prefeito o examine e, caso o vete, ele, Jorge, não se oporá. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que, embora louvável a preocupação do autor, a qual ele endossa, o projeto é realmente inconstitucional por padecer de vício de iniciativa, devendo ser do Executivo. O Sr. Presidente determinou a tramitação do projeto e o encaminhou à Comissão de Legislação e à assessora jurídica da Câmara. O Vereador Romeu Moreira Batista disse acreditar que nenhum vereador é contra o carnaval na praça, que isso é um desejo de todos, mas que é o Prefeito quem deve decidir onde vai ser realizado, assim como ele o fez no parque de exposições sem tomar a opinião dos Vereadores; parabenizou ao autor, disse ser favorável ao projeto e acreditar que nenhum vereador é contra o carnaval na praça. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse entender que vício é aquilo que gera despesa ao município e que, se for o caso do projeto, se for vetado, reapresentará-o como indicação. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.465/2011, do Executivo, que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC – institui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON, e institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMPDC, e dá outras providências. O Sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou à Comissão de Legislação, à Comissão de Finanças e à Comissão de Obras e Serviços Públicos; disse que, se as comissões necessitarem da assessoria jurídica, basta que o solicitem diretamente à mesma. Dando continuidade, foi lido o Projeto de Lei nº 1.466/2011, do Executivo, que altera e inclui ações constantes da Lei nº 1.362/2011 – A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei nº 1.316/2009 – Plano Plurianual – PPA, previstos para o quadriênio 2010/2013, e dá outras providências. O Sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou à Comissão de Finanças. Em sequência, foram lidos o Projeto de Lei nº 1.467/2011, do Executivo, que dispõe sobre a concessão de subvenções sociais às entidades que menciona, e dá outras providências, e o Projeto de Lei nº 1.468/2011, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2012. O Sr. Presidente determinou a tramitação dos projetos e disse que se abre hoje o prazo de quinze dias para a apresentação de emendas. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que gostaria de fazer um comentário. O Sr. Presidente pediu que o Vereador Hermann deixasse para comentar na próxima sessão, tendo em vista que os projetos ficarão tramitando, que haverá prazo para emendas e que a pauta estava muito cheia. O Vereador Hermann concordou. Continuando, foi lido o Projeto de Lei nº 1.469/2011, do Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, que denomina praça com o nome de Álvaro da Costa Cruz, no Bairro José Mendonça dos Reis. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes falou sobre a pessoa do Sr. Álvaro da

Costa Cruz; disse que cogitou pedir urgência para o projeto, considerando que o mesmo desimpedirá a construção em um lote envolvendo questões judiciais, além de prestar uma justa homenagem à pessoa do Sr. Vavinho; mas achou melhor que o projeto siga os trâmites normais da Casa, para registro histórico do fato, inclusive junto à Loja Maçônica, em consideração ao nome proposto; disse ainda que já consultou ao Setor de Cadastro da Prefeitura e que o projeto é cabível. O Sr. Presidente encaminhou este projeto à Comissão de Legislação, pedindo que a mesma se empenhe em trazer o parecer para a próxima sessão. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.470/2011, do Executivo, que altera o art. 6º, da Lei Municipal nº 1.105/2001 e dá outras providências. Após, foi lido o Requerimento nº 114, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.470. Votado, o Requerimento nº 114 foi aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente colocou o projeto em discussão, ainda no expediente, com a concordância plenária. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.470, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.471/2011, do Executivo, que altera, em parte, o parágrafo único do artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.195/2005, especificamente a remuneração do médico e dá outras providências. Após, foi lido o Requerimento nº 115, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.471. Votado, o Requerimento nº 115 foi aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente colocou o projeto em discussão, ainda no expediente, com a concordância plenária. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.471, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.472/2011, do Executivo, que concede pensão por morte de servidor aposentado e dá outras providências. Após, foi lido o Requerimento nº 116, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.472. Votado, o Requerimento nº 116 foi aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente colocou o projeto em discussão, ainda no expediente, com a concordância plenária. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.472, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 362-2ª edição: Estacionamento em apenas um lado da Av. Jorn. José de Assis Vieira; 2) Indicação nº 437: Academias ao ar livre; b) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 430: Reforma na Av. Prof. José Sebastião da Paixão; 2) Indicação nº 433: Calçamento da Rua Ionício Teodoro de Oliveira; c) dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Alinéa Cristina Lamas: 1) Indicação nº 435: Colocação de quebra-molas entre a Vila Maria e a Rua Aducto Morais da Silva; d) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 432: Reforma em calçamento; e) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 247-2ª edição: Construção de uma passarela ligando as regiões de Vogados e Gonçalves; 2) Indicação nº 431: Construção de duas pontes de concreto; 3) Indicação nº 434: Poda de árvores em praça. O Sr. Presidente necessitou sair do Plenário momentaneamente, passando a Presidência da sessão ao Vice-Presidente, Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa. Continuando os trabalhos, foi lida a Moção nº 42/2011, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, de aplausos a Cláudia dos Santos. Votada, a Moção nº 42 foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Conforme

prévia inscrição, o Sr. Presidente em exercício, Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa, concedeu a palavra ao Vereador Agildo José dos Reis, para falar sobre reportagem veiculada pela TV Alterosa no dia vinte e um de setembro deste ano, abordando o seu nome. Ainda no início do pronunciamento do Vereador Agildo, o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis retornou ao Plenário e à presidência dos trabalhos. O Vereador Agildo José dos Reis agradeceu a presença de algumas pessoas, as quais citou os nomes, e disse que não estava na cidade no dia em que a emissora esteve aqui; deixou claro que, foi falado que o vereador não compareceu à Câmara, mas que ele (Agildo) vem aqui todos os dias, não sendo melhor do que ninguém, pois são todos iguais, mas ele (Agildo) tem esse tempo e está aqui todos os dias; seguiu dizendo que o objetivo maior é principalmente com relação às pessoas que começaram o loteamento em 2000 e 2001, como a sra. Geni, o sr. Pedro, Evandro, Moacir, Geraldinho, José Luís e Dodô, dando condições a um pobre de ter um pedaço de terra, tudo através de um sonho, que era o de juntar um grupo de pessoas, que se reuniam e compraram um terreno para logo depois colocar luz e água; disse ter acontecido que muitas pessoas que adquiriram os seus lotes os venderam ou trocaram de lugar, para ganhar dinheiro nas custas da associação, ou os trocaram por carro, Fusca, animais; disse que, quando chegavam até ele, Agildo, tinha que simplesmente assinar a intervenção, porque não poderia tomar o lote da pessoa; disse que algumas pessoas adquiriram lote da associação e hoje têm cinco ou seis, o que é contraditório, se o loteamento era ruim; citou declaração da sra. Célia Inácio de Oliveira, que acreditava no fato de a associação ter vendido lotes para ajudar as pessoas a adquirirem o seu pedaço de terra; citou também as sras. Maria Ferreira Macedo, Ana Lúcia Rosa de Faria Melo, Rita Paceli, Vicentina Margarida da Costa Rocha, os srs. Pedro Anastácio da Costa, Geraldinho Miguel, Cléber Júnior, Valdecir José da Silva, que sabiam do fato de o loteamento não ter luz, água e esgoto, segundo consta em documentos, pessoas estas que participaram desde as primeiras reuniões, em meados de 1999, 2000 e 2001; disse o Vereador Agildo que em momento alguma a associação ou ele quiseram prejudicar a alguém, pois era um sonho, como o Bairro Rosa Mística, que foi criado assim e deu certo, através de mutirão; disse que o sonho desandou quando ele (Agildo) foi embora para o Rio de Janeiro, sendo que, quando voltou, pessoas que tinham oficina mecânica possuíam três ferros-velhos dentro do loteamento e deu trabalho para tirar, porque consta que podem ser feitas casas de alvenaria, mas não barracos, e casas de comércio, desde que a associação autorize; disse que em momento algum o objetivo era enganar as pessoas, bem como não se falou em colocar luz e água, com documentos assinados em cartório; o Vereador Agildo agradeceu ao Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa por estar empenhado junto ao Dr. Fernando para a colocação de energia elétrica no loteamento; disse que, se o Prefeito colocar a luz, por mais que sejam adversários, irá agradecê-lo na Câmara, no jornal O Imparcial e até mesmo em carro de som, porque o fará para as pessoas simples que estão aqui hoje e que não tinham condições de comprar um lote de setenta ou noventa mil reais dentro da cidade; recordou que houve um problema relacionado à titularidade do terreno onde era edificado o loteamento, fazendo com que ele procurasse as pessoas para devolver o dinheiro a quem o quizesse, o que foi feito com trinta e oito compradores, fato que abalou a estrutura do loteamento e o compromisso de pagar o

Sr. Márcio Cardoso; disse que as dificuldades de arrecadação eram muitas, inclusive devido a inadimplências, sendo que ele muitas vezes usou dinheiro do seu salário de vereador para pagar compromissos; agradeceu ao ex-Prefeito, Dr. Antônio Fernando Fernandes Caiafa, que não tirou o pessoal do Bairro Rosa Mística e posteriormente colocou luz, água e esgoto, assim como ao ex-Prefeito Giovani Baía, que fez o calçamento e a captação pluvial. O Vereador Jorge Luís Martins Soares, em aparte, disse que o Vereador Agildo era o Presidente da Associação Rosa Mística e estava encabeçando o movimento da venda de lotes, e questionou por que até hoje o Vereador Agildo não tomou frente para se colocar a energia elétrica no loteamento. O Vereador Agildo José dos Reis disse que tentou junto ao ex-Prefeito, de várias formas, uma ajuda, mas não houve acordo, sendo que o atual parecer ter vontade de ajudar; disse que tentou de todas as formas, mas ficou afastado da associação por dois anos e oito meses, quando foi trabalhar em Petrópolis porque estava passando por dificuldades até para se alimentar; citou que, quando perdeu as eleições, teve a sua luz e água cortadas e não conseguia um emprego em Rio Pomba por perseguição política, devido à sua forma de denunciar; disse que não se pode fazer fantasia com esse assunto, porque as pessoas da associação sabiam que não havia recursos para luz e água e nunca tentaram enganar; disse que vinte por cento de proprietários de lotes a associação não consegue localizar, por haverem mudado de endereço até para outras cidades. O Vereador Jorge Luís Martins Soares, em aparte, perguntou ao Vereador Agildo, sendo este um defensor das causas públicas, como está sempre ventilando, como deixou chegar a esse ponto, passados quantos anos desde que são vereadores, em consideração às pessoas que moram lá; disse que, a partir deste momento, empenhar-se-á junto ao Sr. Prefeito, como líder do governo, para que se resolva a situação, mesmo não sendo perímetro urbano, mas pelo compromisso social com as pessoas; disse que o público presente pode ir para casa conscientes do dever cumprido, porque agora terão pessoas lutando pelo seu conforto, através da energia elétrica, água e luz. O Vereador Agildo José dos Reis pediu que o Vereador Jorge não seja leviano em dizer que o Vereador Agildo não lutou; disse não ser melhor do que ninguém e ter muitos defeitos, mas desafiou qualquer homem em Rio Pomba a fazer um loteamento como aquele que ele fez no “sem terra”, pelo qual ele pegou até sete dias de cadeia mas provou que o terreno era área devoluta; disse que, na verdade, não fez promessas falsas de que colocaria água, luz e esgoto, e agradeceu ao líder do governo por se empenhar por isso, porque se precisa do apoio municipal sim; disse que o Vereador Fabrício não precisa tirar chacota com ninguém, porque está fazendo a sua parte e ajudando nas necessidades. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que não queria dizer que o Vereador Agildo não trabalhou, mas é que este tem o costume de divulgar suas ações com zoeira, motossom e escândalo, mas não viu nada sobre isso. O Vereador Agildo José dos Reis disse que quem está por trás de tudo isso é um espírito maligno que ronda a nossa cidade, a nossa região e o nosso país, e rouba o dinheiro do nosso país; disse que todas as ações da associação estão documentadas em cartório, e que as pessoas sabem da inexistência da água, luz e esgoto e terão que esperar na medida do possível; disse que o sr. Jorge já foi contratado e, nesta segunda-feira, começará a fazer o desmembramento do terreno para se dar a escritura aos proprietários; pediu o apoio dos Vereadores Jorge e Fabrício para que intercedam junto ao Sr. Prefeito

pelas benfeitorias, pelo que ele (Agildo) agradecerá muito humildemente, por mais que seja oposição. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que já conversou com o Sr. Prefeito e este deu a sua palavra de honra de que colocará a luz no loteamento Panorama, bem como já está vendo com a Copasa sobre um poço artesiano, pois a Prefeitura tem o interesse social, mas não devendo ser esquecido que a responsabilidade era da associação, quem vendeu os lotes. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes perguntou quantos lotes foram vendidos. O Vereador Agildo José dos Reis respondeu que, no princípio, eram cinquenta e um lotes, na faixa de R\$950,00; disse que trinta e seis ou trinta e sete pessoas desistiram dos lotes e receberam o dinheiro de volta; sendo que, posteriormente, readquiriram ao verem casas boas sendo edificadas; lamentou sobre ações maldosas e criminosas que algumas pessoas mal intencionadas cometem no loteamento. A Vereadora Maria do Carmo perguntou sobre a arrecadação da época, e o Vereador Agildo José dos Reis respondeu que, na época da compra do terreno, deram ao Sr. Márcio vinte e sete mil reais, mais quatro mil novecentos e oitenta reais relativos à cerca; comentou que perfuraram um poço e colocaram uns postes na parte de baixo, pois na parte de cima não havia ninguém; disse que arrecadaram quarenta e oito mil, seiscentos e oitenta reais, havendo os gastos com o vendedor, com advogado e com máquinas; disse que não tem como passar o balancete total no momento, pois tem que pegar com a tesoureira; disse que a associação errou em não ter colocado uma cláusula no documento de que as pessoas que adquiriram daquela forma não poderiam vender, pois foi muita gente que ganhou dinheiro nas custas da associação e é muita gente de fora, desconhecida, que tem lotes lá hoje; disse que algumas pessoas têm coragem de ir na televisão e falar que o loteamento não serve, mas são pessoas que têm cinco apartamentos em Tabuleiro; citou que tem gente que vendeu casa no loteamento por setenta mil reais, sendo que comprou lote por mil e setecentos reais, tudo no nome da associação. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis perguntou ao Vereador Agildo José dos Reis qual a ação judicial que havia contra o loteamento. O Vereador Agildo José dos Reis explicou que estava na Justiça por causa da escritura, sob alegação do Dr. Márcio de que não foi quitado com ele e de que havia ainda uma dívida de dois mil e trezentos reais, porém, consta no documento de compra e venda uma promissória de vinte um mil e oitocentos reais, salvo engano, promissória esta que estava em poder da sra. Cida Marangon, como fiel depositária da associação, provando que estava quitada; disse que apresentou esta alegação na Justiça e o Juiz determinou. O Vereador Romeu Moreira Batista manifestou o seu apoio aos proprietários do loteamento Panorama e os parabenizou pelas boas casas que estão sendo feitas; longe de defender a alguma parte, ressaltou que o ex-Prefeito não deu continuidade ao loteamento mas, como disse o Vereador Agildo, havia um processo judicial em andamento, não sendo possível a nenhum órgão público investir lá; agora, com a liberação da escritura, haverá o apoio da bancada de vereadores por unanimidade para que o Sr. Prefeito prossiga com as obras no loteamento, que hoje pertence a Rio Pomba com muito orgulho e casas muito boas; disse conhecer de perto as necessidades dos moradores, por ter uma propriedade próxima, sendo que muitos até pegam água na sua propriedade para construir as suas casas no loteamento. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça também manifestou o seu apoio aos moradores,

por conhecer as suas reivindicações, e disse acreditar que o problema será sanado o mais rápido possível, embora a lei mencione que a obrigação é do loteador mas faculta ao administrador a solução; disse ter certeza de que não é causa de apenas uma ou duas pessoas, mas uma luta de todos os vereadores para que as famílias possam ter acesso à luz e água; disse ter certeza de que o Sr. Prefeito se sensibilizará. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas disse também conhecer a luta dos moradores, e que as pessoas que querem ter a sua casa precisam se mobilizar; junto com os colegas vereadores, está de acordo com isso para ajudar os moradores; disse que o Sr. Prefeito já está sensibilizado e a par do que precisa ser feito. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que houve reunião com o Sr. Prefeito e este demonstrou boa vontade em ajudar; parabenizou pela garra dos moradores em estarem aqui hoje e pelo apoio do Vereador Fabrício. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que as coisas se resolvem com união e luta, e que a causa é merecida e os proprietários conseguirão vencer; disse que estará pronto para, junto com os colegas, aprovar o projeto quando vier à Câmara. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que todos estão torcendo para o loteamento dar certo, e que só lamenta quando o Vereador Agildo fala que os vereadores estão defendendo coisas erradas do Prefeito, pois estão trabalhando juntos com o Prefeito e, aqueles que estão ao seu lado, estão vendo a boa administração que está sendo feita, tanto que o Sr. Prefeito está tentando resolver o problema do loteamento. Às vinte e uma horas e dez minutos, aberta a Ordem do Dia, foi lido o Veto integral do Executivo ao Projeto de Lei nº 1.453/2011, do Vereador Agildo José dos Reis, que inclui o tema “Educação Ambiental” na disciplina de ciências da grade curricular da rede pública municipal. Após, foi lido o Parecer nº 9/2011, da Comissão de Legislação, ao Veto ao Projeto de Lei nº 1.453/2011. Seguindo, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 133/2011, da Comissão de Legislação, que mantém veto ao Projeto de Lei nº 1.453/2011. O Sr. Presidente colocou o Projeto de Decreto Legislativo nº 133 em única discussão. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que foi favorável ao projeto de lei, inclusive havendo o parecer jurídico, mas que, ouvido o posicionamento do Sr. Prefeito, votará pela manutenção do veto. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que foi voto vencido na Comissão de Legislação, mas que votará a favor do veto pelas alegações do Sr. Prefeito. Encerrada a discussão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 133 foi colocado em votação e aprovado por sete votos dos Vereadores: Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Alinéa Cristina Lamas, Jorge Luís Martins Soares, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Gerardo Magela Alves Menezes e Romeu Moreira Batista. O Vereador Agildo José dos Reis estava ausente do Plenário no momento da votação, com a permissão da Presidência da Câmara, por estar se sentindo mal. Desta forma, o veto do Executivo ao Projeto de Lei nº 1.453 foi mantido. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, com a permissão do Sr. Presidente, falou sobre a intenção do Sr. Prefeito em implantar o serviço de tratamento de esgoto no município mediante convênio com a Copasa; comentou que se posicionou contrário ao projeto enviado porque achava que isso é uma função do Poder Público, não devendo ser passado para uma empresa realizar e cobrar da população. O Sr. Presidente perguntou ao Vereador Hermann o por que desse assunto, e o Vereador Hermann pediu que o Sr. Presidente aguardasse o seu

pronunciamento para entender a abordagem. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça seguiu dizendo que o Sr. Prefeito enviou o projeto duas vezes à Câmara e duas vezes o retirou; comentou que ele (Hermann) defendia que o Sr. Prefeito deveria buscar recursos para financiar a obra, bem como dar seguimento à obra existente próxima do Ginásio Estadual; disse que recebeu, bem como os demais vereadores, uma carta do Deputado Federal Reginaldo Lopes, a qual leu e dizia respeito ao fato de o município de Rio Pomba haver sido selecionado para receber projeto de saneamento; o Vereador Hermann disse que isso significa que Rio Pomba foi selecionado, através do PAC, para receber investimentos da União no tratamento de esgoto; citou que, se a Câmara tivesse votado favoravelmente ao projeto do Prefeito em fevereiro de 2010, hoje a população estaria pagando de quarenta a sessenta por cento do esgoto. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que esta verba não está vindo de graça, pois o Sr. Prefeito está buscando esses recursos desde o início do ano, inclusive através de suas viagens. O Vereador Hermann disse então não entender porque o Prefeito queria passar o projeto à Copasa. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que a aprovação no PAC2 é mérito da administração do Dr. Fernando e sua equipe, destacando a pessoa do Sr. Idelbrando; lembrou que a Câmara também não votou o projeto da iluminação pública, que está sendo reestudado pelo Sr. Prefeito porque é uma questão muito séria a renúncia de receita, que dá até cadeia. O Vereador Romeu Moreira Batista apoiou as palavras do Vereador Hermann e parabenizou ao Sr. Prefeito porque o nosso município não tinha condições de receber nenhuma verba federal, por estar inadimplente, e hoje está totalmente em dia, com condições de receber verba federal para qualquer obra, o que deve ser agradecido ao Dr. Fernando. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes apoiou as palavras do Vereador Romeu quanto à atual situação do município, apto a receber muitas verbas. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que buscou mais esclarecimentos junto ao Sr. Prefeito sobre a carta do Deputado Reginaldo Lopes, e que foi informado de se trata de projeto de esgoto, sobre o qual será buscada a verba para resolver o problema do saneamento. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, em nome da população, agradeceu ao Deputado Reginaldo Lopes, embora seja de outro partido, por estar beneficiando o Município. O Sr. Presidente informou aos Srs. Vereadores que, seguindo a interpretação do Tribunal de Contas do Estado, tendo em vista a sua Súmula 90 (noventa), passará a fazer o pagamento de pessoal e vereadores somente após encerrado o mês de referência, ou seja, a partir do primeiro dia do mês subsequente. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e vinte e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Quinquagésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia vinte de outubro de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (55ª sessão ordinária, de 06/10/2011). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Após, em conformidade com o art. 41, VII, do Regimento Interno, o Sr. Presidente apresentou a prestação de contas da Câmara dos meses de agosto e setembro de dois mil e onze. Em seguida, foi lido o Ofício nº 296, do Sr. Prefeito, sobre o matadouro municipal, em resposta ao Requerimento nº 109. O Vereador Agildo José dos Reis disse que se faz necessário saber quem foi o engenheiro que fez o projeto do matadouro naquele local, o processo licitatório da obra, o valor gasto na obra e se o atual Prefeito informou aos açougueiros no início do mandato, bem como se ele gastou recursos municipais na obra, mesmo sabendo que o IMA já tinha dado laudo inviabilizando a obra. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse não saber se o Prefeito fez alguma coisa no matadouro após um açougueiro fazer o teste no local e dizer que não era possível o seu funcionamento do jeito que estava, mas que o Sr. Prefeito só pediu o parecer do IMA depois do requerimento do Vereador Agildo, ou talvez depois do teste feito pelo açougueiro. O Vereador Agildo José dos Reis disse que tentará conseguir, através da Prefeitura, o ofício regulador do IMA de 2007 (dois mil e sete), enviado ao ex-Prefeito, recomendando não construir o matadouro no local, para saber se esse ofício existe mesmo e se foram gastos recursos pelo ex-Prefeito mesmo sabendo que não se podia construir o matadouro naquele local; disse que esse ofício deveria estar anexado à resposta. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que não se deve esperar o IMA, e sim consultá-lo antes de se fazer a obra e sobre o local. O Vereador Agildo José dos Reis disse que é mais uma obra na cidade, como o posto de saúde em 1994, a Escola Alzira Mosqueira e várias outras com dinheiro de recursos que não são acabadas, passando de um prefeito para outro, enquanto o dinheiro do povo vai pelo ralo; disse que gostaria de ouvir o ex-Prefeito sobre esse assunto, mesmo não sendo obrigado a se manifestar. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que tem conhecimento para falar sobre o matadouro de Rio Pomba; comentou que, na gestão do ex-Prefeito Antônio Fernando Fernandes Caiafa, houve uma fiscalização proibindo o abate no matadouro existente; disse que aquele Prefeito lhe consultou o que deveria fazer, quando então ofereceu para que o abate se realizasse na sua propriedade rural, por alguns dias, local que tinha condições para se fazer o serviço; disse que então o matadouro de Rio Pomba foi transferido para a sua propriedade e lá ficou durante quatro anos, sendo muito bem fiscalizado pelo Dr. João; disse que essa discussão vem desde aquela época, e que, sem acreditar que um dia chegará lá, mas se um dia for o Prefeito nunca fará uma obra sem ouvir a Câmara Municipal e as comunidades, pois às vezes um doutor não tem a capacidade que um analfabeto tem, pela experiência; disse que, na sua opinião, o matadouro deveria ter sido feito na região após o Distrito Industrial, assim como não concorda com a pista de skate

próxima da rodoviária; disse que é preciso ter uma solução, sem defender a “a” ou “b”; criticou funcionário que hoje tem cargo competente na Prefeitura e não toma sugestão alguma, sendo que, na época do ex-Prefeito Antônio Fernando, vivia fotografando o caminhão que transportava carne para incriminar o Prefeito; disse que precisa ser encontrada uma solução e não ficar colocando mais dinheiro público ali, admitindo-se o erro ou tentando conseguir um meio termo com o IMA. O Vereador Agildo José dos Reis disse que, na próxima sessão, solicitará mais informações sobre o assunto e gostaria de contar com o apoio dos vereadores. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que as pessoas perguntam o motivo de não ser inaugurado o matadouro, e ficamos tristes em ver como o dinheiro público foi mal usado, uma grande quantidade de dinheiro para a obra ficar parada, pois já se sabia que não poderia ser usada, conforme alertado pelo IMA à ex-administração, e hoje as pessoas pensam que é a atual administração que não inaugurou o matadouro. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que o atual Prefeito não deveria ter investido mais no local, e sim jogado a culpa no ex-Prefeito pela irregularidade da obra, mas o atual Prefeito continuou a obra e gastou dinheiro lá. A Vereadora Maria do Carmo disse não saber se o atual Prefeito gastou, pois o ofício informa que o dinheiro público foi mal gasto pelo ex-Prefeito. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que a discussão não levará a nada; concordou com o Vereador Romeu sobre o exagero do IMA; pediu que o Presidente da Câmara encaminhe o ofício ao Ministério Público, órgão competente para fazer alguma denúncia ou não. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, Presidente da Câmara, disse ter experiências com o IMA, que não é fácil entrar nas suas normas e que não tem meio termo com eles; sobre o pedido do Vereador Fabrício, disse que se reunirá com a assessora jurídica da Câmara para ver as providências. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que sempre foi contra a construção do matadouro naquele lugar pelo constrangimento das pessoas e por não ser apropriado; disse que é cobrado pelos moradores do Lindo Vale, que lhe pedem para não ser inaugurado o matadouro e substituir a obra por uma quadra ou um posto de saúde. Seguindo os trabalhos, foi lido o Ofício nº 311, do Sr. Prefeito, sobre a não realização de concurso público, em resposta ao Requerimento nº 113. O Vereador Agildo José dos Reis disse que pediu essas informações pelas constantes admissões de funcionários na Prefeitura; disse que a história contada pelo Sr. Prefeito é muito bonita, ele merece os parabéns pelo INSS, mas não se justifica, pois arrumar a casa em questão de funcionários seria contratar pelos noventa dias iniciais da sua administração e, no segundo ano, fazer o concurso público; disse que para ele, Vereador Agildo, o que cola é a quantidade de votos que os contratados trarão para o Prefeito, pois o almoxarifado da Prefeitura está cheio de gente à toa; disse que, principalmente no ano que vem, não haverá concurso, proibido por lei devido às eleições. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que o Vereador Agildo não entendeu bem a resposta, pois os pagamentos estão sendo realizados ainda pelo INSS, de modo que a dívida com esse órgão ainda existe e a casa está sendo arrumada; disse que é mais fácil demitir algum funcionário contratado, enquanto que, a partir do concurso e da efetivação, a Prefeitura terá que levar a pessoa para sempre; citou o exemplo da pensão por morte que seria votada hoje, que ainda cai sobre os ombros da Prefeitura, de forma que o INSS está regularizado mas a Prefeitura ainda continua sofrendo as

punições. O Vereador Agildo José dos Reis disse que isso não justifica, pois o gasto com pessoal está aumentando, como se pode ver da evolução de quarenta por cento em dois mil e oito para quarenta e seis por cento agora, sendo muita gente que está contratada pela Prefeitura, além das empresas terceirizadas. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o Prefeito fez aquela seleção de funcionários no início do mandato e, pelo que sabe, pode-se contratar por mais dois anos, até onde o Sr. Prefeito está dentro das normas e está cumprindo com o limite de gasto com pessoal; disse que, nesta situação, o Prefeito contrata quem ele quiser, e que, se extrapolado o limite, a Câmara poderá puni-lo; disse que se deve pensar ainda na questão das professoras que estão na Prefeitura há muitos anos sem concurso; disse acreditar que o Prefeito está levando a coisa de acordo com o que consegue remanejar. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse se sensibilizar pela situação das pessoas que estão há muitos anos na Prefeitura sem concurso e caso não consigam passar, por serem arrimo de família; disse que o Sr. Prefeito tem interesse, por estar arrumando a casa, como no caso das certidões; disse que, se fosse o Prefeito, estaria com 51,30%, porque a Prefeitura tem que dar emprego na cidade e gerar renda; citou que já passaram muitos Prefeitos depois do ex-Prefeito José Augusto e não fizeram concurso. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que ousa discorda da justificativa, uma vez que o gasto com pessoal realmente aumentou e que deve se considerar ainda o aumento da receita municipal; disse que, se não houvesse as contratações temporárias, seria possível o concurso público, que é a única forma de se ingressar no serviço público segundo a Constituição Federal; disse que a lei de contratação temporária está sendo desvirtuada, porque trata de uma excepcionalidade e os administradores a têm usado para contratar pessoas como funcionários, sem excepcionalidade no serviço; com relação aos professores, disse que é preciso estar sensível, mas poderia se fazer concursos para outras áreas, excetuado o magistério, até que se resolva de alguma forma, apesar de a situação ser complicada e não haver outro meio além do concurso. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que foi passado para os vereadores uma situação do município como se estivesse tudo muito certinho e, na realidade, eram muitas irregularidades; parabenizou ao Dr. Fernando pela regularização do INSS, algo que foi muito difícil e uma das suas maiores obras. O Vereador Romeu Moreira Batista concordou com a Vereadora Maria do Carmo, pois o Sr. Prefeito teve peito para fazer isso; voltando ao concurso público, disse que o ex-Prefeito chegou a fazer uma licitação para o concurso, através de uma firma de Belo Horizonte, com a qual teve contato para justamente ver a situação das professoras e faxineiras; disse ter sido informado que não havia solução para o caso das professoras, que teriam que se submeter ao concurso público, quando ele (Romeu) começou a achar que o concurso não seria tão bom; recordou da sua emenda no Plano de Carreiras que aumentou o piso das professoras de um para dois salários mínimos, e disse que esse mesmo plano precisa ser revisto urgentemente, por estar defasado e penalizando muitos funcionários, o que precisa ser mobilizado por todos os vereadores. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa lembrou que, na época da administração do seu pai, havia as certidões negativas, que tinham nomes diferentes das conseguidas pelo Dr. Fernando, mas a situação do município era regular e foi feita uma negociação como o IPSEMG. Após, conforme prévia aprovação pela Câmara, foi lida a Moção

nº 42, de aplausos à sra. Cláudia dos Santos. Na sequência o autor, Vereador Jorge Luís Martins Soares, fez o seu pronunciamento em congratulações com a homenageada, após o que houve a entrega da moção e foi dada salva de palmas à mesma. A sra. Cláudia dos Santos usou da palavra para agradecer e comentar sobre a homenagem recebida. Dando continuidade, foi lido o Ofício nº 312, do Sr. Prefeito, sobre iluminação pública, em resposta ao Requerimento nº 111. O Vereador Agildo José dos Reis disse esperar que o Sr. Prefeito faça esses estudos de possibilidades, mas espera também que olhe com muito carinho as rodovias, porque o representante do DER lhe deixou muito claro que a responsabilidade pelo perímetro urbano é do município; alertou para o risco de atropelamentos ou agressões com possíveis penalizações ao administrador municipal. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que torce por aquela comunidade mais do que o Vereador Agildo, que é possível cumprir a lei, mas questionou se o Vereador Agildo votará a favor da taxa de iluminação pública, adiantando o seu voto contrário (do Vereador Maurílio). O Vereador Agildo José dos Reis disse que vota contra qualquer tipo de taxa que venha a prejudicar a comunidade. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis comentou que toda cidade paga a taxa de iluminação pública mas Rio Pomba não, por problemas havidos anteriormente; disse que a lei pode determinar ao Prefeito colocar a iluminação pública, mas este poderá justificar pela inexistência da taxa de iluminação pública. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que confia no Prefeito e falou das dificuldades de ser Vereador, mediante a necessidade de tantas obras. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse ser contra qualquer taxa que onere à população, e recordou que o projeto enviado pelo Prefeito era para pagar conta pública, em torno de trinta e dois mil reais; disse que a resposta está vaga, pois gostaria de saber sobre o orçamento para a iluminação pública da entrada da cidade. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o pessoal da Energisa fala que Rio Pomba é o único que não tem contribuição e que, segundo eles, se tivesse, seria como um consórcio que possibilitaria o atendimento rápido dos pedidos do município; o Vereador Jorge disse ser contrário à taxa de iluminação pública. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes agradeceu e parabenizou ao Sr. Prefeito pela iluminação nas proximidades da Capela de Nossa Senhora de Aparecida. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa ressaltou que, no ofício, o Sr. Prefeito afirma haver determinado a efetivação de estudos, englobando a parte financeira; disse que, se alguém for atropelado no trecho como citado pelo Vereador Agildo, a responsabilidade é do motorista, e não do município. Seguindo os trabalhos, o sr. Presidente encaminhou à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final o veto do Executivo ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1.462/2011, para emissão de parecer no prazo de dez dias. O Projeto de Lei nº 1.464/2011, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que dispõe sobre a realização do carnaval de rua em Rio Pomba e dos festejos de fim de ano, continuou tramitando, enquanto aguarda o parecer jurídico e da Comissão de Legislação. Também permaneceu tramitando, enquanto aguarda os pareceres das comissões de Legislação e de Serviços Públicos, o Projeto de Lei nº 1.465/2011, do Executivo, que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC – institui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do

Consumidor – CONDECON, e institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMPDC, e dá outras providências. Após, para análise e emissão de parecer, o sr. Presidente encaminhou à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas o Projeto de Lei nº 1.467/2011, do Executivo, que dispõe sobre a concessão de subvenções sociais às entidades que menciona, e dá outras providências, a Emenda nº 01-Modificativa, ao Projeto de Lei nº 1.468/2011, dos Vereadores Hermann, Agildo, Gerardo e Romeu, e o Projeto de Lei nº 1.468/2011, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2012. O sr. Presidente informou que na próxima sessão, dia três de novembro, haverá audiência pública para discutir a proposta orçamentária para 2012. Continuando na pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.473/2011, do Executivo, que concede aumento de subvenção à entidade que menciona (hospital). O Vereador Romeu Moreira Batista perguntou se o Sr. Presidente sabia quem é a atual diretoria do hospital. O Sr. Presidente disse saber que a diretoria mudou, mas não sabe quem é. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que o Sr. Prefeito está pedindo à Câmara para repassar um dinheiro e questionou qual diretoria receberá o dinheiro pois, pelo que lhe consta, o hospital está sem diretoria para receber essa verba. O Sr. Presidente disse que diretoria tem. O Vereador Romeu Moreira Batista disse achar que será nomeada uma pessoa pelos Vicentinos. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o Prof. Tião saiu no dia quinze de outubro. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que não tem nada contra enviar o dinheiro para o hospital, mas questionou quem receberá essa verba e prestará contas, pois não tem ninguém lá para receber esse dinheiro. O Sr. Presidente disse que a Secretária irá ler o requerimento pedido urgência e que o mesmo será votado. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que não tem nada contra, mas a Câmara votará uma verba para uma entidade e que não está vendo a diretoria que irá recebê-la. O Sr. Presidente disse saber que mudou a diretoria. O Vereador Romeu Moreira Batista disse achar que mudou para pior; comentou, não sendo para agradar, pois a pessoa nem é sua eleitora e é prima do Vereador Jorge, que não concorda com a demissão daquela menina, que fazia um belo trabalho. O Sr. Presidente perguntou se a pessoa era a administradora. O Vereador Romeu Moreira Batista respondeu que ela foi uma das demitidas, junto com a diretoria. O Vereador Jorge informou que ela foi demitida e recebeu o acerto hoje, inclusive. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que não tem nada pessoal e logicamente ficou chateado com a demissão da sua parente, mas ficou feliz que o Dr. Fernando tenha proposto esse repasse, por achar que o hospital é tudo; porém, disse que os vereadores deveriam cobrar mais um pouco, porque ele (Jorge) foi um Vereador que apresentou sugestão de passar a devolução da Câmara ao hospital, na forma de subvenção, mas nunca foi ouvido e nunca houve esse aumento; disse que sempre bateu nessa tecla com o Sr. Prefeito, e agora o hospital contratou uma diretoria que, segundo ela própria, a situação está indo muito bem, apesar de ele (Jorge) não ter visto melhoria alguma, considerando a cobrança da população; disse que fica feliz com a atitude do Sr. Prefeito, reconhecendo que o povo precisa da Saúde; colocou-se favorável à urgência e ao projeto; disse não saber quem é o diretor, e que gostaria de saber; comentou que, ainda na gestão do Prof. Tião, foi contratada uma empresa que administra vários hospitais, na ânsia de fazer uma ligação intercalada de

médicos, apesar de não estar sabendo de nenhum médico novo e as pessoas reclamarem que só tem acadêmicos; disse torcer pela melhora do hospital, porque a população precisa de atendimento, e que, se fosse possível, dobraria a proposta do Prefeito; sugeriu que se solicite ao hospital informar quem está na diretoria, para que a Câmara saiba. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que, quando chega um projeto desse, fica-se na ânsia de aprová-lo e todos são favoráveis até a aumentar o valor, mas questionou quem receberá o recurso. O Sr. Presidente disse que a diretoria sempre foi conhecida pela Câmara, mas dessa vez mudou. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que poderão ser questionados futuramente por não saberem quem é o diretor, o que seria um atestado de burrice; disse que o projeto deveria ficar tramitando e que o Sr. Presidente solicitasse a informação ao hospital ou à Prefeitura, podendo a Câmara se reunir até amanhã extraordinariamente, preferencialmente até dobrando o valor, mas sabendo quem receberá o valor. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça concordou. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o Prof. Tião foi homenageado pela Câmara e que merece os parabéns mais uma vez, considerando não ser fácil administrar o hospital. Após, foi lido o Requerimento nº 117, Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.473. O Sr. Presidente disse que colocaria em votação o requerimento. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que o Sr. Presidente deveria ter se informado quando o projeto chegou, e questionou como colocará em votação uma verba para uma entidade da qual não se sabe quem é o responsável; disse que não votará contra, mas que o Sr. Presidente deveria ter se informado. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que isso aí não é o Presidente da Câmara. O Sr. Presidente disse que não sabia que ia ter essa polêmica; perguntou se o Vereador Romeu queria pedir vistas do projeto. O Vereador Romeu disse que poderá ser votado amanhã, e o Vereador Hermann concordou. Iniciada a votação do Requerimento nº 117, o Vereador Agildo José dos Reis votou contra, e votaram a favor as Vereadoras Alinéa Cristina Lamas e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. O Vereador Romeu Moreira Batista interrompeu a votação e pediu ao Vereador Agildo que mudasse o seu voto, pois não há ninguém contra e apenas queria que o Sr. Presidente tomasse a atitude de não mandar um projeto para essa Casa sem saber quem vai receber a verba. O Sr. Presidente disse que não ia discutir com o Vereador Romeu essa polêmica, e que não sabia que tinha que tomar essa providência. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que então o Sr. Presidente a tomasse agora, deixando o projeto em tramitação para ser aprovado amanhã. O Sr. Presidente disse então que o assunto ficaria em tramitação, a pedido do Vereador Romeu Moreira Batista, e que buscaria saber quem é a diretoria da hospital, convocando sessão extraordinária para segunda-feira, se possível, pois para amanhã não haveria prazo. Então, o Sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.473 e do Requerimento nº 117, para solicitar as informações sobre a administração do Hospital São Vicente de Paulo e convocar uma sessão extraordinária, tão logo obtenha as informações. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.474/2011, do Executivo, que concede aumento de subvenção à entidade que menciona (Ascarp). Em seguida, foi lido o Requerimento nº 118, Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.474. Votado, o Requerimento nº 118 foi aprovado por unanimidade, após o que o Sr. Presidente

solicitou a manifestação da Comissão de Finanças. Por unanimidade de seus membros, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas opinou pela legalidade do projeto de lei. Então, havendo a concordância plenária, o Sr. Presidente colocou em única discussão, ainda no expediente, o Projeto de Lei nº 1.474. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.474 foi aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.475/2011, do Executivo, que concede pensão por morte de servidor aposentado e dá outras providências (Djalma Ferreira Mendes). Após, foi lido o Requerimento nº 119, Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.475. Votado, o Requerimento nº 119 foi aprovado por unanimidade, após o que o Sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação e de Finanças. Por unanimidade de seus membros, ambas as comissões opinaram pela legalidade e favoravelmente ao projeto de lei. Então, havendo a concordância plenária, o Sr. Presidente colocou em única discussão, ainda no expediente, o Projeto de Lei nº 1.475. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.475 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Resolução nº 308/2011, de diversos Vereadores, que altera a Resolução nº 113/90- Regimento Interno da Câmara, com referência ao uso da Tribuna Popular. O Sr. Presidente determinou a sua tramitação, encaminhando-o à Comissão de Legislação. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 363-2ª edição: Compra de veículo de resgate do tipo UTI móvel; 2) Indicação nº 442: Regularização da transmissão de Canais de TV; b) da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: 1) Indicação nº 441: Providência na Rua Cel. Alcebíades Mendes Ferreira; c) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 240/2010-2ª edição: Pavimentação da rua Ângelo do Carmo; 2) Indicação nº 436: Construção de passeio no trevo; 2) Indicação nº 438: Valorização do magistério; d) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 409-2ª edição: Reforma de calçamento; 2) Indicação nº 439: Poda de árvores nas ruas Aurélio Salgado e Jorge Vieira Bomtempo; 3) Indicação nº 440: Manutenção na ponte sobre o rio Pomba; e) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 164-2ª edição: Implantação do estacionamento rotativo no centro da cidade. O Vereador Agildo José dos Reis falou sobre a importância e a necessidade do pedido contido na sua Indicação nº 363. O Vereador Jorge Luís Martins Soares comentou sobre a Indicação nº 438, de valorização do magistério conforme a graduação. O Vereador Romeu Moreira Batista comentou que a Indicação nº 440 da Vereadora Maria do Carmo já estava sendo atendida. Continuando, foi lida a Moção nº 43, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, de aplausos a Rosilene Arantes Magesti Santiago. Votada, a Moção nº 43 foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a Moção nº 44, do Vereador Romeu Moreira Batista, de aplausos a Maria Luiza Velloso Furtado. Votada, a Moção nº 44 foi aprovada por unanimidade. Às vinte horas e quarenta e oito minutos, aberta a Ordem do Dia, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 134/2011, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que outorga homenagem de honra ao mérito e dá outras providências (Andreyra Aparecida Alves Gomes). O Sr. Presidente colocou em única discussão este projeto. Encerrada a discussão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 134 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº

135/2011, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que outorga título de cidadão honorário e dá outras providências (Diogo Homem Borges da Costa). O Sr. Presidente colocou em única discussão este projeto. Encerrada a discussão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 135 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 136/2011, da Vereadora Alinéa Cristina Lamas, que outorga título de cidadã honorária e dá outras providências (Maria Imaculada Nunes). O Sr. Presidente colocou em única discussão este projeto. Encerrada a discussão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 136 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Parecer nº 9, da Comissão de Finanças, ao Projeto de Lei nº 1.466. Após, o Sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.466/2011, do Executivo, que altera e inclui ações constantes da Lei nº 1.362/2011 – A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei nº 1.316/2009 – Plano Plurianual – PPA, previstos para o quadriênio 2010/2013, e dá outras providências. Encerrada a discussão e havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.466, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo, foi lido o Parecer nº 10, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.469. Após, o Sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.469/2011, do Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, que denomina praça com o nome de Álvaro da Costa Cruz, no Bairro José Mendonça dos Reis. Encerrada a discussão e havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.469, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Dada a palavra livre, o Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que ficou chateado nesta sessão, considerando que foi o líder do governo na administração do Prefeito Giovani Baía, Prefeito que, ao final, obteve uma aprovação popular de quase oitenta por cento; recordou que uma vez a Câmara contratou um advogado de Ubá para fazer tudo para derrubar aquela administração, sendo que o ex-Prefeito enviava à Câmara todos os pedidos de informação e reclamações; então, considerando que foi o seu líder e que o mesmo não está aqui para se defender, disse que é muito fácil criticar uma pessoa que não está mais presente; lembrou que o governo Lula saiu com uma aprovação de oitenta por cento e deixou muita coisa para a Presidenta Dilma fazer, o que é uma sucessão normal na administração, sendo importante dizer que todos fizeram alguma coisa importante; disse que isso era um desabafo e pediu desculpas pelo respeito que tem para com todos, mas que não podia ser omitido considerando a sua posição de ex-líder do governo. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinquenta e quatro minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Nona Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e sete minutos do dia vinte e cinco de outubro dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; atendendo à convocação feita através do Ofício nº 94/2011-PC, com publicação por edital no quadro de publicações da Câmara; foi aberta a sessão pelo Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início à ordem do dia com a finalidade de discutir sobre o Projeto de Lei nº 1.473 e o Requerimento nº 117. O Sr. Presidente informou que a ata da sessão ordinária anterior seria discutida a votada na próxima sessão, considerando que foi concluída hoje e para que os vereadores tenham tempo de conhecê-la. Após, o Sr. Presidente determinou a leitura de correspondência enviada pela Diretora Administrativa do Hospital São Vicente de Paulo, a pedido da Câmara, informando a composição da atual diretoria administrativa daquele hospital. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 117, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.473. Votado, o Requerimento nº 117 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.473/2011, do Executivo, que concede aumento de subvenção à entidade que menciona (R\$56.000,00 ao Hospital São Vicente de Paulo). Então, na forma do art. 159, § 2º, do Regimento Interno, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças. A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, após consulta aos demais membros pelo seu Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, verbalmente se manifestou favorável ao Projeto de Lei nº 1.473. O Sr. Presidente colocou então em única discussão o Projeto de Lei nº 1.473. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente procedeu à votação do Projeto de Lei nº 1.473, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Estando presentes no recinto Dickson Rodrigues Cavalher, Walkyria Corrêa Procópio e Isabela Pereira de Paula, respectivamente Diretor Multi-Hospitalar, Diretora Administrativa e Consultora Administrativa do Hospital São Vicente de Paulo, de Rio Pomba, o Vereador Jorge Luís Martins Soares pediu que lhes fosse concedida a palavra para que informassem mais sobre a atual administração do hospital. Então, autorizado pelo Sr. Presidente, o Sr. Dickson Rodrigues Cavalher agradeceu pela oportunidade de apresentar a atual administração e se colocar à disposição, sempre que forem convidados pela Câmara; falou da criação da empresa Multi-Hospitalar, sua atuação e como foi contratada pela Sociedade São Vicente de Paulo para administrar o hospital; citou também a tomada de providências iniciais, sempre tomadas dentro de um aspecto técnico, como um choque de gestão, e visando um retorno positivo para o hospital; sobre a situação do hospital, disse que a mesma está longe de onde precisaria estar para atender às exigências do COREN e para remunerar o “plantão de porta de 24 horas”; disse que hoje o hospital tem médico 24 horas na porta e que, se alguém questionar a inexistência de médico, isso deve ser colocado por escrito, porque tem médico e pode acontecer de o mesmo se negar a atender, caso em que serão tomadas as devidas providências administrativas; falou da dificuldade em se contratar médicos mediante o valor que se pode pagar. O Vereador Agildo José dos Reis perguntou qual é o gasto mensal do hospital. O Sr. Dickson informou que o custo fixo, com as

carências já citadas, é de R\$139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais), enquanto que o faturamento é de R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais) atualmente; comentou que a atual administração conseguiu contratar um médico cirurgião que comparece às segundas-feiras, possibilitando o atendimento das cirurgias eletivas e das mais de quarenta que estavam represadas, apesar de que o valor possível de ser pago é muito inferior ao que seria justo, lamentando o fato de se poder perder esse médico pela remuneração; informou que o hospital está com seus impostos e fornecedores em dia, inclusive estando aptos a receber emendas parlamentares. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes perguntou como é o relacionamento com o Sr. Prefeito, e o Sr. Dickson comentou que a subvenção é fundamental para a sobrevivência do hospital; disse que o Dr. Fernando os procurou desde o início, dando-lhes respaldo mas pedindo uma prestação de contas e uma abertura para informações, sempre que necessárias; disse que o repasse da Prefeitura não é o suficiente, mas muito importante e que, sem ele, o hospital estaria fechado; comentou que o valor do contrato da sua empresa é de oito mil reais por mês, para remunerar cinco profissionais especialistas que se mudaram de longe para vir morar aqui; disse que, em alguns meses, o custo do seu contrato não paga a sua despesa fixa, de forma que está visualizando a situação a longo prazo, para fazer o nome da empresa e abrir novas possibilidades. O Vereador Agildo José dos Reis pediu informações sobre a parte elétrica e da maternidade. O Sr. Dickson disse que isso era uma coisa antiga de uma emenda parlamentar para o hospital, mas que é necessário um projeto, planta, aprovação da vigilância sanitária, e enfim, todo um processo que não estava pronto; disse que foi necessário se estruturar tudo isso, o que foi concluído há uns dois meses e já está encaminhado a Belo Horizonte, precisando agora de uma força política. O Vereador Agildo José dos Reis perguntou sobre o cumprimento da Lei nº 1.305, de autoria do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, sobre a afiação da escala de médicos plantonistas, e o Sr. Dickson informou que é possível o cumprimento e inclusive uma obrigação. O Vereador Jorge Luís Martins Soares perguntou como funcionam os acadêmicos dentro do hospital, e o Sr. Dickson respondeu que não é uma obrigatoriedade, mas uma opção que o hospital dá para o médico, sendo que o acadêmico é permitido por lei desde que seja acompanhado pelo médico, cabendo a ele fazer a triagem e o primeiro atendimento; disse ainda que o valor de R\$700,00 pago pelo plantão de porta é dividido entre o médico e o acadêmico. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que foi o vereador que questionou o repasse; disse que todos os prefeitos sempre buscam apoiar e trabalhar em parceria com o hospital; comentou que questionou por não saber e os demais vereadores não saberem informar quem era a atual diretoria do hospital, de forma que pediu a tramitação para ter a informação visando à responsabilidade da Câmara; desejou ao Sr. Dickson muita sorte e paciência, e disse que ele poderá sempre contar com a Câmara Municipal, que sempre atendeu prontamente às necessidades do hospital; disse que não é fácil lidar com os médicos, uma vez que conhece situações absurdas que acontecem de atendimento pelo SUS e recebimento particular de valores por médicos, sobre o que ele poderá até dizer os nomes. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que conhece muito bem a área da saúde, e parabenizou a quem teve a ideia de contratar uma firma especializada em administração hospitalar, porque os

provedores vicentinos são cheios de boas intenções, mas não têm conhecimento técnico de como dirigir a entidade; desejou sucesso aos administradores e reconheceu que o valor de oito mil reais é muito pouco. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que conhecia muito bem as dificuldades do hospital e que se está no caminho certo. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que sempre pediu que a subvenção do hospital fosse maior, ciente das dificuldades do mesmo; disse que a sua luta continua em angariar fundos e cogitou a possibilidade de melhorar a subvenção no orçamento para 2012; parabenizou à administração pelo diálogo e prestação de informações. O Sr. Dickson disse que o conhecimento profissional e o reconhecimento e apoio do Sr. Prefeito são muito importantes; colocou-se à disposição para prestar informações e para receber os vereadores no hospital, que tem um plano de ações extenso a ser implantado; sobre a situação de médicos cobrarem irregularmente dos pacientes do SUS, disse que tais acontecimentos precisam ser relatados por escrito, porque o Conselho Regional de Medicina atua na fiscalização; disse que está sendo implantada a ouvidoria do hospital, que poderá receber críticas, sugestões, elogios etc, diretamente à administração. Em seu pronunciamento, o Sr. Dickson prestou ainda diversas outras informações. O Sr. Presidente disse que o Sr. Dickson pode contar com a Câmara Municipal. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

HERMANN MOSQUEIRA FURTADO DE MENDONÇA JORGE LUÍS MARTINS SOARES

GERARDO MAGELA ALVES MENEZES

AGILDO JOSÉ DOS REIS

ROMEU MOREIRA BATISTA

MARIA DO CARMO VIEIRA DA SILVA GOMES

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

Ata da Quinquagésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezenove horas do dia três de novembro de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e pediu um minuto de silêncio por ocasião desta data em que se completam vinte e cinco anos do assassinato do ex-Prefeito Dr. Antônio da Mota Filho. Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (56ª sessão ordinária, de 20/10/2011). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, o Sr. Presidente colocou em discussão a ata da sessão extraordinária anterior (9ª sessão extraordinária, de 25/10/2011). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, foi lido convite do Colégio Regina Coeli. Após, como aprovado pela Câmara, foi lida a Moção nº 43, de aplausos à Sra. Rosilene Arantes Magesti Santiago. Na sequência a autora, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, fez o seu pronunciamento em congratulações com a homenageada, após o que houve a entrega da moção e foi dada salva de palmas à mesma. A Sra. Rosilene Arantes Magesti Santiago usou da palavra para agradecer e comentar sobre a homenagem recebida. Ato contínuo, conforme aprovado, foi lida a Moção nº 44, de aplausos à Sra. Maria Luiza Velloso Furtado. Na sequência o autor, Vereador Romeu Moreira Batista, fez o seu pronunciamento em congratulações com a homenageada, após o que houve a entrega da moção e foi dada salva de palmas à mesma. A Sra. Maria Luiza Velloso Furtado usou da palavra para agradecer e comentar sobre a homenagem recebida. Continuando os trabalhos, conforme regularmente convocada, o Sr. Presidente deu abertura à audiência pública para apresentação e discussão das seguintes propostas: a) Projeto de Lei nº 1.467/2011, do Executivo: Dispõe sobre a concessão de subvenções sociais às entidades que menciona, e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 1.468/2011, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2012. Representando o Poder Executivo Municipal, o Sr. Alysson da Silva Gravina foi convidado a fazer a sua explanação. Então, junto do Plenário, o Sr. Alysson colocou-se à disposição para debates e questionamentos; fez uma explanação prévia sobre a elaboração da lei orçamentária abordando a sua estruturação em secretarias, a classificação dos gastos com pessoal, a alocação de recursos do Consórcio Intermunicipal de Saúde, a estimativa e a arrecadação das receitas, o novo plano de contas, as subvenções sociais, a abertura de créditos suplementares, dentre outros tópicos. Houve debates dos vereadores sobre a dificuldade da apresentação de emendas, perguntas sobre pontos específicos da proposta, desinteresse das entidades em participar etc. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça leu e comentou sobre parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado quanto à autorização para abertura de créditos, parecer este apresentado por ocasião da análise das contas do Município do ano de 2010 e que considerava o percentual autorizado demasiado alto, falava da omissão do Poder Legislativo e recomendava o monitoramento da situação nos exercícios vindouros. Já no

encerramento da audiência pública, o Sr. Alysson colocou-se à disposição dos vereadores para debates e a troca de ideias; comentou sobre a proposta da Câmara dos Deputados de abrir a elaboração da lei orçamentária de 2012 através das emendas populares, as quais devem ser feitas pelos municípios e enviadas até o dia 23 de novembro, sendo que o Sr. Prefeito já lhe informou sobre a sua prioridade. O Sr. Presidente disse que o assunto será melhor analisado e, se necessário, realizar-se uma sessão extraordinária. Nada mais havendo a debater, o Sr. Presidente encerrou a audiência pública e deu seguimento aos trabalhos, solicitando à Comissão de Legislação que apresente para a próxima sessão o parecer ao Projeto de Resolução nº 308/2011, de Vereadores, que altera a Resolução nº 113/90- Regimento Interno da Câmara, com referência ao uso da Tribuna Popular. Após, foi lido o Requerimento nº 120, do Vereador Agildo José dos Reis, requerendo informações sobre o matadouro municipal. O autor comentou sobre o objetivo deste requerimento. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que, junto com o Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, entrou em contato com o ex-Prefeito, Giovani Messias Soares Baía, e recebeu informações escritas sobre a construção do matadouro; o Vereador Hermann fez a leitura integral do ofício enviado pelo ex-Prefeito, disse que ia passar às mãos do Presidente da Câmara uma cópia desse ofício, para registro e conhecimento de todos, e solicitou que, caso o mesmo envie o ofício do atual Prefeito ao Ministério Público, que envie também essa resposta do ex-Prefeito. O Sr. Presidente, sobre o pedido feito pelo Vereador Fabrício na sessão anterior, disse que a assessora jurídica da Câmara lhe informou não ser de competência da Presidência da Câmara levar o ofício-resposta do Prefeito ao Ministério Público sem fazer uma investigação sobre o assunto; disse que qualquer vereador pode fazer isso. O Vereador Hermann disse entender que nada impede a Câmara de enviar o assunto. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse que o Ministério Público é o órgão competente para apurar, por isso sugeriu o envio. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis comentou sobre a aprovação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, e disse que, na época, criou-se a expectativa da inauguração do matadouro, o qual foi experimentado por um açougueiro e constada a necessidade de adaptações, sendo que a falha deve ter sido do engenheiro que o projetou. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que as obras feitas pela atual administração no matadouro foram numa forma de socorro ao local, que já estava abandonado e sofrendo até saques e depredações. Houve outros comentários sobre o matadouro municipal construído no Bairro Experimental. Colocado em votação, o Requerimento nº 120 foi aprovado por unanimidade. Quanto ao Requerimento nº 121, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, considerando que as informações foram enviadas à Câmara hoje, o autor solicitou a sua retirada e o Presidente da Câmara a deferiu. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 122, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, que requer à empresa Urbplan – Urbanização, Planejamento e Construções Ltda. o fornecimento de cópia de todos os documentos referentes ao contrato nº 013/2009, firmado com o Município de Rio Pomba. O Vereador Jorge Luís Martins Soares consultou à assessora jurídica da Câmara quanto ao fato de o requerimento ser dirigido à empresa e não ao município. A assessora jurídica disse que pode se pedir à empresa, mas ela não é obrigada a informar. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de

Mendonça disse que procurou o Sr. Luciano, da Urbplan, pessoalmente, pedindo a documentação, sendo que o Sr. Luciano lhe respondeu que gostaria que o pedido fosse passado pela Câmara e, se aprovado, forneceria os documentos. Colocado em votação o Requerimento nº 122, obteve-se empate, votando favoráveis os Vereadores: Romeu Moreira Batista, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Agildo José dos Reis; e votando contrários os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. Coube ao Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, o desempate, sendo que ele votou favorável ao Requerimento nº 122, de modo que este foi aprovado por 05 (cinco) votos. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 443: Melhoria da iluminação na região da “Água Limpa”; b) do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça: 1) Indicação nº 446: Aumento da remuneração dos auxiliares de enfermagem, dos agentes comunitários de saúde e dos auxiliares de serviços gerais; c) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 29/2009-4ª edição: Criação do passe estudantil para os alunos do Ifet; d) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 444: Providências no início da Rua Cel. Juvenal Pena; 2) Indicação nº 445: Passe livre no transporte urbano. Às vinte e uma horas e vinte minutos, aberta a Ordem do Dia, continuou tramitando o Veto do Executivo ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1.462/2011, devido à inconclusão da Comissão de Legislação. Após, foi lido e colocado em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 137/2011, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que outorga título de cidadão benemérito e dá outras providências (José Emílio Afonso Silva). Colocado em votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 137/2011 foi aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido e colocado em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 138/2011, do Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, que outorga homenagem de honra ao mérito e dá outras providências (Vicente de Paulo Valadares). Colocado em votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 138/2011 foi aprovado por unanimidade. Seguindo na pauta, o Sr. Presidente determinou a tramitação do Parecer jurídico referente ao Projeto de Lei nº 1.464, considerando faltar o parecer da Comissão de Legislação, bem como o Projeto de Lei nº 1.464/2011, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que dispõe sobre a realização do carnaval de rua em Rio Pomba e dos festejos de fim de ano. O autor solicitou que fosse dado empenho a este assunto, para que possa ser votado na próxima sessão, tendo em vista as festas de fim de ano. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Presidente da Comissão de Legislação, disse que aguardava o parecer jurídico para se reunir com os membros. Em seguida, foram lidos: a) Parecer nº 11, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.465; b) Parecer nº 1, da Comissão de Serviços Públicos, ao Projeto de Lei nº 1.465; c) Parecer nº 8, da Comissão de Finanças, ao Projeto de Lei nº 1.465. Após, o Sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.465/2011, do Executivo, que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC – institui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON, e institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMPDC, e dá outras providências. O Vereador Gerardo Magela

Alves Menezes disse que este projeto é de suma importância; recordou que o ex-Vereador Eliel trouxe projeto semelhante várias vezes, mas de forma inconstitucional, pois gera gastos ao município; porém, da forma atual, precisa ser aplaudido e aprovado. Encerrada a discussão e havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.465, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Na sequência, o Sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.467/2011, do Executivo, que Dispõe sobre a concessão de subvenções sociais às entidades que menciona, e dá outras providências. Após determinar a tramitação daquele, o Sr. Presidente colocou em primeira discussão a Emenda nº 01-Modificativa, ao Projeto de Lei nº 1.468/2011, dos Vereadores Hermann, Agildo, Gerardo e Romeu, e o Projeto de Lei nº 1.468/2011, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2012. Ambos continuaram tramitando. Seguindo, foram lidos: a) Projeto de Lei nº 1.476/2011, do Executivo: Altera a Lei Municipal nº 1.316/2009, que institui o Plano Plurianual 2010/2013 e a Lei Municipal nº 1.362/2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; b) Projeto de Lei nº 1.477/2011, do Executivo: Altera o art. 1º, do Projeto de Lei Municipal nº 1.467/2011; c) Projeto de Lei nº 1.478/2011, do Executivo: Altera o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1.468/2011. Estes projetos seguiram tramitando. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e trinta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

AGILDO JOSÉ DOS REIS

ROMEU MOREIRA BATISTA

GERARDO MAGELA ALVES MENEZES

MARIA DO CARMO V. S. GOMES

HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

Ata da Quinquagésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezenove horas do dia dezessete de novembro de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (57ª sessão ordinária, de 03/11/2011). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, o Sr. Presidente, tendo em vista os arts. 12 e 48, XIII, do Regimento Interno, consultou o Plenário quanto à autorização para ceder o uso do recinto da Câmara quando se tratar de lançamento de livros; explicou que o Plenário tem autorizado o uso do recinto nesses casos de lançamento de livros, e consultou se poderia ter a independência de autorizá-lo nesses casos, quando solicitado, para agilizar aos interessados a tomada das providências necessárias. Por unanimidade, o Plenário aprovou o pedido do Sr. Presidente. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.479/2011, do Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, que declara de utilidade pública o Centro Cultural de Rio Pomba. O autor disse que a entidade foi criada por um grupo de pessoas com a finalidade de beneficiar pessoas carentes, oferecendo aulas de xadrez e outras atividades sem remuneração, pretendendo ainda a reforma da sua sede para o desenvolvimento de atividades. O Sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou à Comissão de Legislação. Após foi lido o Ofício nº 350, do Executivo, encaminhando três projetos de leis e solicitando o regime de urgência. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.480/2011, do Executivo, que denomina próprio público com o nome de Maria Martha Machado de Almeida no Bairro Jardim América. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 124, da Mesa Diretora, requerendo o regime de urgência especial para o supracitado projeto de lei. Votado, o Requerimento nº 124 foi aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente pediu a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Esta, por unanimidade, manifestou-se pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.480. Então, com autorização plenária, o Sr. Presidente colocou em única discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.480. Encerrada a votação, o Projeto de Lei nº 1.480 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.481/2011, do Executivo, que denomina próprio público com o nome de Dr. Romeu Vidal, no Bairro Jardim América. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 125, da Mesa Diretora, requerendo o regime de urgência especial para o supracitado projeto de lei. Votado, o Requerimento nº 125 foi aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente pediu a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Esta, por unanimidade, manifestou-se pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.481. Então, com autorização plenária, o Sr. Presidente colocou em única discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.481. Encerrada a votação, o Projeto de Lei nº 1.481 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Dando sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.482/2011, do Executivo, que denomina próprio público com o nome de Darcy Freitas Alvim Barra, no Bairro Nossa Senhora das Graças. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 126, da Mesa

Diretora, requerendo o regime de urgência especial para o supracitado projeto de lei. Votado, o Requerimento nº 126 foi aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente pediu a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Esta, por unanimidade, manifestou-se pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.482. Então, com autorização plenária, o Sr. Presidente colocou em única discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.482. O Vereador Jorge Luís Martins Soares sugeriu que, nos prédios que serão denominados, sejam colocadas fotos das pessoas que denominam os prédios, para o conhecimento público e preservação da memória. Encerrada a votação, o Projeto de Lei nº 1.482 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo na pauta, o Sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Resolução nº 308/2011, de Vereadores, que altera a Resolução nº 113/90- Regimento Interno da Câmara, com referência ao uso da Tribuna Popular. O Sr. Presidente disse que falta apenas o parecer da Comissão de Legislação ser assinado. Continuando, foi lido o Requerimento nº 123, do Vereador Agildo José dos Reis, que requer informações sobre o PSF (Programa Saúde da Família). A Vereadora Alinéa Cristina Lamas disse que haviam duas equipes desde o mandato do ex-Prefeito Dr. Antônio Fernando Fernandes Caiafa, sendo que o atual Prefeito fez a terceira equipe, sediada no Parque de Exposições; falou quais os bairros são abrangidos pelo PSF; informou que o índice oficial de cobertura do Programa Saúde da Família em Rio Pomba é de 59% (cinquenta e nove por cento), porque o Governo só aceita que cada unidade do PSF atenda a 3.450 pessoas cadastradas, sendo que, no PSF1 de Rio Pomba, tem 4.500 pessoas cadastradas; disse a Vereadora Alinéa que, na realidade, o atendimento está próximo a 70% (setenta por cento). O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que nas cidades pequenas, como Tabuleiro e Silveirânia, o atendimento a cem por cento é mais fácil. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas disse que, até o final do mandato, a cobertura deverá chegar a cem por cento, sendo que, somente não foi criada uma quarta equipe por falta de sedes adequadas. Os Vereadores Gerardo Magela Alves Menezes e Romeu Moreira Batista, mediante as informações prestadas pela Vereadora Alinéa, acharam que o Vereador Agildo poderia retirar o seu requerimento, sendo que o Vereador Romeu adiantou o seu voto contra o requerimento por este motivo. O Vereador Hermann e outros disseram que não tem problema em se votar o requerimento. A Vereadora Alinéa disse que as informações que passou estão corretas, mas o Vereador Agildo é quem decide quanto à permanência do requerimento. Votado, o Requerimento nº 123 foi aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Agildo José dos Reis; votando contra os Vereadores Romeu Moreira Batista e Gerardo Magela Alves Menezes. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 450: Rebaixamento dos quebra-molas da Av. Dr. José Neves; b) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 448: Pintura de faixa de pedestre na Av. Dr. José Neves; 2) Indicação nº 449: Limpeza das enxurradas das estradas rurais; c) do Vereador Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 322/2010-4ª edição: Semáforo nas vias em torno da Praça Joaquim Alves de Araújo e outros locais; 2) Indicação nº 447: Providência na esquina da Av.

Dr. José Neves com a Praça Joaquim Alves de Araújo. Às dezenove horas e trinta e sete minutos, aberta a ordem do dia, foram lidos: a) Veto do Executivo ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1.462/2011; b) Parecer nº 12, da Comissão de Legislação, Veto ao Projeto de Lei nº 1.462; c) Projeto de Decreto Legislativo nº 139, da Comissão de Legislação: Rejeita veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.462/2011. O Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 139. O Vereador Agildo José dos Reis disse que existem várias entidades no município que poderiam compor o conselho da comenda e que seriam indicadas pelo Sr. Prefeito; disse que a lei não é apenas para o Dr. Fernando, mas também para os próximos prefeitos. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa disse concordar com o Vereador Agildo, mas que mudaria a sua opinião porque o Sr. Prefeito lhe disse que formará o conselho de entidades por decreto, podendo ser em número diferente do que os cinco aprovados pela emenda, tudo da forma mais transparente possível. Encerrada a discussão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 139 recebeu 04 (quatro) votos a favor dos Vereadores: Agildo José dos Reis, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista; e recebeu 04 (quatro) votos contrários dos Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Jorge Luís Martins Soares e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. Resultando em empate, o Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, votou contra o Projeto de Decreto Legislativo nº 139. Portanto, o veto parcial do Sr. Prefeito ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1.462 foi mantido. O Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, justificou o seu voto dizendo que não bate de frente com o Sr. Prefeito porque este está administrando e tem o direito de escolher isso aí. Continuando os trabalhos, foi lido o parecer jurídico referente ao Projeto de Lei nº 1.464. Pelo decurso dos prazos, o Sr. Presidente solicitou à Comissão de Legislação que emitisse o seu parecer verbalmente. Então, pela unanimidade dos seus membros, esta Comissão manifestou-se pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.464. O Vereador Romeu Moreira Batista, membro da Comissão de Legislação, disse que o parecer brilhante da assessora jurídica não deixa dúvida quanto à legalidade do projeto. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o Sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.464/2011, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que dispõe sobre a realização do carnaval de rua em Rio Pomba e dos festejos de fim de ano. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que a apresentação desse projeto não foi uma atitude isolada sua, porque foi procurado por várias pessoas que lhe pediram e sugeriram a idéia; disse que então o seu primeiro passo foi procurar a assessora jurídica da Câmara e o Coordenador do Legislativo, para averiguar se a ideia era possível, sendo que ambos disseram ser possível e que não havia vício e nem inconstitucionalidade no projeto; o Vereador Jorge disse que, em resposta aos pedidos que me fizeram, apresentou o projeto para apreciação desta Casa, sendo que, depois de apresentado, houve muitas e boas repercussões, tendo ele recebido por email e pessoalmente muitos elogios, tanto das pessoas quanto de comerciantes que trabalham e geram renda em nossa cidade, parabenizando-o pelo projeto e esperando a sua aprovação; disse que, nesta nossa vida, vamos envelhecendo mas também vamos adquirindo conhecimentos, e citou o Sr. José Afonso Macedo, irmão do Dr. Fernando Macedo, que foi chefe de gabinete em uma das administrações

passadas, pessoa por sinal muito competente, com quem aprendeu que nunca devemos confiar em palavras, que tudo deve se escrever e tudo se deve documentar ou, se possível transformar em lei, pois só assim teremos como cobrar, para que o vento ou o ser humano não leve as palavras e não as desonre, sendo somente assim que teremos garantia de que serão cumpridas; disse que temos que pensar que nós, Vereadores e Prefeito, estamos aqui somente por algum tempo, e que as leis são duradourasm, de forma que havendo esta lei, o carnaval e o reveillon sempre serão feitos no centro da cidade, a não ser que, no futuro, a população queira e a Câmara derrube a lei; seguiu o Vereador Jorge dizendo que a atuação do vereador é muito limitada e que todos sabem disso, tanto que este é o primeiro projeto de repercussão que ele apresenta; comentou que os Vereadores Fabrício e Hermann já tiveram a oportunidade de apresentarem projetos que foram aprovados pela Câmara mesmo com a nossa “quase” certeza de serem inconstitucionais, sendo que alguns foram vetados, outros foram questionados judicialmente; para este projeto, pediu um voto de confiança dos colegas, para que digamos que esta Câmara deixou fixo o local do nosso carnaval e reveillon. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que, quando houve a transferência do reveillon e do carnaval para o parque de exposições, por uma decisão do Prefeito, que tem esse direito, na sua opinião, tais atitudes foram equívocos; disse que a atitude do Vereador Jorge é louvável e adiantou o seu voto a favor, até para não ser mal interpretado; que respeita a Dra. Vânia, com quem já conversou sobre o assunto; sob o aspecto jurídico, explicou os seus motivos que apontam o vício de iniciativa, porque não compete à Câmara apontar o local do carnaval, e sim ao Prefeito; leu jurisprudências apontando a ilegalidade em casos similares. O Vereador Agildo José dos Reis adiantou-se favorável ao projeto, disse que o Sr. Prefeito já ia voltar com o carnaval para a praça mesmo e pediu ao Vereador Jorge, seu líder do Governo, que entrasse com o projeto para ganhar nome; disse que votará a favor e parabenizou ao autor pelo projeto, que será bom para os próximos prefeitos não cometerem a loucura de mudar o carnaval, sendo um projeto bom. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o apoio que recebeu foi pessoalmente e que, a princípio, o Sr. Prefeito não gostou do projeto e não o queria; disse que, se o Prefeito vetá-lo, aceitará o veto, mas deixou claro que isso são pedidos de diversas pessoas e comerciantes; citou a possibilidade de, se o Prefeito for reeleito, não mais fazer o carnaval na praça, tendo em vista que não poderá se candidatar mais. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.464 foi aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi colocado em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.476/2011, do Executivo, que altera a Lei Municipal nº 1.316/2009, que institui o Plano Plurianual 2010/2013 e a Lei Municipal nº 1.362/2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.476 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Parecer nº 10, da Comissão de Finanças, referente aos Projetos de Leis nºs 1.467 e 1.477. Seguindo, o Sr. Presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.477/2011, do Executivo, que altera o art. 1º, do Projeto de Lei Municipal nº 1.467/2011. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.477 foi votado e aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi colocado em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.467/2011, do Executivo, que dispõe sobre a concessão de subvenções sociais às entidades que menciona, e dá outras providências. Encerrada

a discussão, o Projeto de Lei nº 1.467 foi votado e aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Parecer nº 11, da Comissão de Finanças, referente aos Projetos de Leis nºs 1.468 e 1.478. Continuando, foi lida a Emenda nº 01-Modificativa, ao Projeto de Lei nº 1.468/2011, dos Vereadores Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Agildo José dos Reis, Gerardo Magela Alves Menezes e Romeu Moreira Batista (reduz a autorização para abertura de crédito de 30% para 10%). Colocada em segunda discussão, o Vereador Agildo José dos Reis disse que o Governo Federal pediu 20% e o Sr. Alysso, que esteve aqui, disse que o correto é isso mesmo. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que a questão da redução do percentual é para que a Câmara possa acompanhar mais o trabalho do Executivo, pois, quando o Executivo precisar de alguma coisa em benefício do Município, evidentemente os vereadores serão favoráveis e se reunirão até extraordinariamente, porque ninguém quer prejudicar o município. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que entrou com esta emenda baseado no parecer da Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Sara Meinberg, que teceu considerações sobre a prestação de contas do município de Rio Pomba do exercício de 2010; leu trechos do citado parecer; recordou que, em 2009, já havia votado a favor da emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 1.397, do Vereador Agildo, apesar de ter sido voto vencido. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que procurou a contabilidade da Prefeitura para se informar mais sobre o assunto, e então a Sra. Vitória lhe informou que essa situação é mais tranquila para o setor contábil do que para o próprio Prefeito, e lhe contou ainda uma situação interessante acontecida na semana passada, quando um secretário de Estado indicou recursos para a cobertura da quadra do Bairro Rosa Mística e o município teria que enviar a documentação até as quatorze horas da sexta-feira daquela semana, o que dava menos de vinte e quatro horas, um dos documentos sendo a dotação orçamentária da contrapartida municipal; segundo o Vereador Jorge, a contadora Vitória lhe disse que o Sr. Prefeito elaborou o projeto que no dia seguinte foi levado a Belo Horizonte, graças à agilidade que não seria possível se houvesse necessidade da aprovação pela Câmara da dotação necessária. O Vereador Agildo José dos Reis disse que, em mandato passado, quando apresentou uma emenda reduzindo o percentual para dois por cento, o Sr. Presidente, Vereador Maurílio, votou a favor. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que naquela época votou a favor porque era oposição e estava perseguindo o Prefeito, apesar de hoje ver que aquilo não tinha lógica, tanto que, no ano seguinte, a Câmara aprovou o aumento do percentual solicitado pelo Prefeito para quinze por cento, para o bem da cidade; disse o Vereador Maurílio que vota hoje contra a emenda não por estar do lado do Prefeito, mas por achar que é um percentual justo, enquanto que dez por cento prejudica a administração. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas disse que o parecer do Ministério Público não exprime em sua totalidade a situação real pois, se assim fosse, não seria necessária a Câmara Municipal, bastando que o Ministério Público emitisse os seus pareceres e as questões se dariam por encerrada; disse que o parecer estabelece uma linha de pensamento e conduta, cabendo o contraditório ao advogado ou defensor público; disse que, se existisse somente o parecer do Ministério Público, sem os advogados e os defensores, o resultado seria o caos social, atentando contra a liberdade e o direito de ir e vir do cidadão; diante do parecer do Ministério Público, disse que

existe o parecer da assessoria jurídica da Câmara, que poderá ser feito em seguida à sua fala. O Sr. Presidente disse que não há necessidade de parecer jurídico, pois é uma votação que cabe aos vereadores. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas disse que os diversos países do mundo vivem próximos a crises de diversas naturezas, de forma que devemos considerar o orçamento dentro dessa crise; comentou que trinta por cento é uma coisa, mas trinta por cento de dez é totalmente diferente, por isso o seu voto será contra a emenda. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que fez um levantamento e constatou que a média do percentual de abertura de créditos nos últimos em Rio Pomba é de trinta por cento. Encerrada a discussão, a Emenda nº 01-Modificativa foi colocada em votação e recebeu 04 (quatro) votos a favor dos Vereadores: Agildo José dos Reis, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista; e recebeu 04 (quatro) votos contrários dos Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Jorge Luís Martins Soares e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. Resultando em empate, o Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, votou contra a Emenda nº 01-Modificativa, que ficou então rejeitada por 05 (cinco) votos. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que, provavelmente, o Prefeito ainda terá que pedir um aumento desse percentual, e acha que dez por cento é muito pouco. Seguindo, foi lida a Emenda nº 02-Modificativa, ao Projeto de Lei nº 1.468/2011, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis. Esta emenda foi colocada em única discussão e o Sr. Presidente explicou que se trata de praxe para inserir natureza de despesa no orçamento da Câmara. Encerrada a discussão e submetida à votação, a Emenda nº 02-Modificativa, foi aprovada por unanimidade. Seguindo, o Sr. Presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.478/2011, do Executivo, que altera o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1.468/2011. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.478 foi votado e aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi colocado em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.468/2011, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2012. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.468 recebeu 04 (quatro) votos a favor dos Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Jorge Luís Martins Soares e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; e recebeu 04 (quatro) votos contrários dos Vereadores: Agildo José dos Reis, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista. Resultando em empate, o Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, votou a favor do Projeto de Lei nº 1.468, que ficou então aprovado por 05 (cinco) votos. O Vereador Agildo José dos Reis disse que teve audiência hoje com o Promotor de Justiça, Dr. Plínio, onde ficou constatado que realmente houve erro na concessão do parque de exposições para uma entidade que não é filantrópica e nem de utilidade pública, sendo que ficou estabelecido o prazo de dez dias para se chegar a uma solução e a defesa do Sr. Prefeito; disse que, com esse, o Prefeito responde a três processos junto ao Ministério Público Estadual de denúncias suas; o Vereador Agildo prosseguiu dizendo que o Sr. Prefeito emprestou patrimônio público para um particular, tratando-se da antiga sede da banca de jornais, localizada na Av. Raul Soares, para o Sr. “Jorge Marino” guardar ferramentas da obra ao lado do fórum; disse que alegar que a obra dá emprego e é só um pedacinho não justifica, porque é patrimônio

público e não pode ser usado em benefício próprio; questionou se terá que fazer ocorrência e abrir mais um processo contra o Sr. Prefeito; comentou que os taxistas pediram o local para o Sr. Prefeito, para instalarem uma salinha com fogão para seu uso e o pedido foi negado, mas autorizado para se guardar ferramentas, o que é um crime. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa perguntou em que o Sr. “Jorge Marino” está sendo beneficiado por guardar ferramentas no local; e o Vereador Agildo respondeu que isso não pode acontecer, mesmo que seja um metro quadrado mas sendo patrimônio público. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse até concordar com o Vereador Agildo porque o imóvel está à toa e não pode ser emprestado para quem estiver dando até mil empregos, porque a lei é assim e exige que o Sr. Prefeito use malícia em tudo o que vai fazer, porque o Vereador Agildo denunciará e o Prefeito se dará mal. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça pediu para registrar que, na sessão anterior, passou efetivamente às mãos do Presidente da Câmara o ofício enviado pelo ex-Prefeito, Giovani Messias Soares Baía, prestando informações sobre o matadouro, considerando que na redação da ata daquela sessão, às folhas 93 deste livro, isso não ficou explícito. O Sr. Presidente da Câmara confirmou que o ofício está arquivado junto com as demais informações sobre o matadouro; comunicou que a empresa Urbplan respondeu ao requerimento do Vereador Hermann. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes disse que os quatro vereadores que votaram contra o Projeto de Lei nº 1.468, da lei orçamentária para 2012, votaram a favor de todas as emendas que beneficiavam a proposta orçamentária e somente votaram contra o orçamento porque a emenda que reduzia o percentual de abertura de créditos foi rejeitada e eles não concordam com o percentual de trinta por cento que permaneceu. Os Vereadores Romeu Moreira Batista e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça fizeram suas as palavras do Vereador Gerardo. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que se a emenda reduzindo a abertura de créditos tivesse sido aprovada, eles seriam favoráveis ao orçamento, porque acham que trinta por cento é muito para o Prefeito manobrar dentro do orçamento, e o Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça confirmou. O Vereador Gerardo Magela Alves Menezes frisou que os vereadores votaram contra o orçamento mas não votaram contra as entidades. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que o voto contra foi por causa do percentual de abertura de créditos. O Vereador Agildo José dos Reis disse que o dono da Serraria Rio Pomba andou por seis metros e quarenta com máquina empurrando entulhos para dentro do rio Pomba, mediante que ele (Agildo) chamou a Polícia Ambiental; questionou onde está o secretário de meio ambiente para tomar uma providência. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quarenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Quinquagésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e trinta minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (58ª sessão ordinária, de 17/11/2011). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Registre-se que o atraso para o início desta sessão ocorreu devido à audiência pública que estava sendo realizada para escolha da emenda de iniciativa popular ao projeto de lei orçamentária da União para 2012, que teve início às dezoito horas e trinta minutos e se estendeu sobre a sessão ordinária. Para constar, na referida audiência pública, após debate com a comunidade e a população em geral, foi aprovada a ação 10GG - implantação e melhorias de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE). Apenas divergiram o Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, que votou pela ação 8933 – serviço de atenção às urgências e emergências na rede hospitalar, e o Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, que votou pela ação 10GE - implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE). Seguindo nos trabalhos, foi lido o Ofício nº 0364/2011/GAB, em atendimento ao Requerimento nº 120, enviando cópia dos processos licitatórios da construção e adequação do matadouro municipal. O Sr. Presidente disse que os documentos enviados estão à disposição dos vereadores. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.483/2011, do Executivo, que altera o artigo 3º da Lei Municipal nº 1.374/2011, dá outras providências. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 127, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.483/2011. Votado, o Requerimento nº 127 foi aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Esta, pela unanimidade dos seus membros, manifestou-se pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.483. Então, com a autorização plenária, o Sr. Presidente colocou em única discussão, ainda no Expediente, o Projeto de Lei nº 1.483. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.483, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 452: Colocação de quebra-molas no Distrito Industrial; 2) Indicação nº 453: Construção de quadras poliesportivas; 3) Indicação nº 459: Retificação do rio Pomba; b) do Vereador Gerardo Magela Alves Menezes: 1) Indicação nº 457: Colocação de placas com os nomes das ruas no Bairro Santa Helena; 2) Indicação nº 458: Poda de árvores no Bairro Santa Helena; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 451: Reforma em lote municipal; 2) Indicação nº 455: Mão única na Rua Henrique Dias Saraiva; d) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 454: Redesignação de

próprio público localizado à Rua Prefeito Messias Baía; 2) Indicação nº 460: Providências na Praça Vereador Luiz Luiz. Seguindo, foi lida a Moção nº 45, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, de aplausos a Franz Mosqueira Furtado de Mendonça. Votada, a Moção nº 45 foi aprovada por unanimidade, bem como o pedido do autor para a entrega em sessão. Após, foi lida a Moção nº 46, do Vereador Agildo José dos Reis, de aplausos aos funcionários do Hospital São Vicente de Paulo. Votada, a Moção nº 46 foi aprovada por unanimidade, bem como o pedido do autor para a entrega em sessão. Seguindo, foi lida a Moção nº 47, da Vereadora Alinéa Cristina Lamas, de aplausos ao Sr. José Luiz de Freitas. Votada, a Moção nº 47 foi aprovada por unanimidade, bem como o pedido da autora para a entrega em sessão. As dezenove horas e quarenta e dois minutos, aberta a Ordem do Dia, foi lido o Parecer nº 13, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Resolução nº 308. Após, foi colocado em única discussão o Projeto de Resolução nº 308/2011, de Vereadores, que altera a Resolução nº 113/90- Regimento Interno da Câmara, com referência ao uso da Tribuna Popular. Encerrada a discussão, o Projeto de Resolução nº 308 foi aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Parecer nº 14, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.479. Após, o Sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.479/2011, do Vereador Gerardo Magela Alves Menezes, que declara de utilidade pública o Centro Cultural de Rio Pomba. Encerrada a discussão e havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.479, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

AGILDO JOSÉ DOS REIS HERMANN MOSQUEIRA FURTADO DE MENDONÇA

MARIA DO CARMO V. SILVA GOMES JORGE LUÍS MARTINS SOARES

ROMEU MOREIRA BATISTA GERARDO MAGELA ALVES MENEZES

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

Ata de Sessão Solene da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às vinte horas e quarenta e cinco minutos do dia dois de dezembro do ano de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Alinéa Cristina Lamas, Agildo José dos Reis, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; o Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, deu abertura à sessão solene previamente designada com a finalidade de prestar homenagens às personalidades aprovadas no ano de 2011, pelos relevantes serviços prestados ao Município e pela destacada atuação na vida pública e particular, tratando-se das seguintes personalidades: senhora Andreyra Aparecida Alves Gomes (placa de honra ao mérito da saúde), senhor Diogo Homem Borges da Costa (título de cidadão honorário), senhor José Emílio Afonso Silva (título de cidadão benemérito), senhora Maria Imaculada Nunes (título de cidadã honorária), senhor Vicente de Paulo Valadares (placa de honra ao mérito profissional). A homenageada Maria Aparecida Ferreira Macedo não compareceu. Foram convidados para os lugares de destaque as seguintes autoridades: o Dr. Fernando Antônio Dutra Macedo, Prefeito de Rio Pomba; o Sr. Dalmo Maurício Furtado, Vice-Prefeito de Rio Pomba; o Coronel PM Luís Carlos Dias Martins, Chefe do Gabinete Militar do Governador e Coordenador Estadual da Defesa Civil, representando o Governador Antônio Anastasia; o Sr. Elson Souza, Chefe do Cerimonial do Vice-Governador e representando a este; o Major PM Vagner Adriano, representando o Coronel Ronaldo Nazaré, Comandante da Quarta Região da Polícia Militar de Juiz de Fora; e o Sr. Celso Luis de Oliveira, Gerente Regional da Emater MG – Cataguases. Estavam presentes ainda autoridades da região, como Prefeitos, Vereadores e outras. Após iniciar a sessão, o Sr. Presidente passou a palavra ao mestre de cerimônia. Os homenageados foram conduzidos aos lugares de destaque, acompanhados das esposas ou maridos. Houve então a audição do Hino Nacional Brasileiro. No desenvolvimento da sessão, foram lidas as biografias dos homenageados, foram colhidas as suas assinaturas no Livro de Honra dos Homenageados, eles receberam as placas alusivas às suas homenagens das mãos dos autores, bem como foram entregues buquês aos acompanhantes dos homenageados. Seguindo, manifestaram-se em congratulações com os homenageados os Srs. Vereadores Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Alinéa Cristina Lamas e Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça. Após, todos os homenageados se manifestaram na Tribuna Popular. Foram lidas duas correspondências de congratulações com os homenageados, enviadas pelo Secretário de Estado, Sr. Danilo de Castro, e pelo Prefeito de Juiz de Fora, Sr. Custódio Matos. Em seguida, pronunciaram-se o Sr. Elson Souza, Chefe do Cerimonial do Vice-Governador e representando a este; e o Dr. Fernando Antônio Dutra Macedo, Prefeito de Rio Pomba. A sessão

revestiu-se de um clima fraterno, com manifestações de calorosas salvas de palmas do público. Não havendo mais manifestações, o Sr. Presidente encerrou a sessão, após o que houve confraternizações e cumprimentos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

MARIA DO CARMO V. SILVA GOMES

HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA

AGILDO JOSÉ DOS REIS

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

ROMEU MOREIRA BATISTA

GERARDO MAGELA ALVES MENEZES

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

Ata da Sexagésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e onze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Agildo José dos Reis, Alinéa Cristina Lamas, Fabrício Fernandes Costa Caiafa, Gerardo Magela Alves Menezes, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (59ª sessão ordinária, de 01/12/2011). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão a ata da sessão solene anterior, datada de 02/12/2011. Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade, atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, a Secretária fez a leitura da Moção nº 45, de aplausos a Franz Mosqueira Furtado de Mendonça. Após, o autor, Vereador Jorge Luís Martins Soares, pronunciou-se e fez a entrega da moção ao homenageado, quando lhe foi concedida salva de palmas. O homenageado, Franz Mosqueira Furtado de Mendonça, pronunciou-se em agradecimentos. Ato contínuo, atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, a Secretária fez a leitura da Moção nº 46, de aplausos aos funcionários do Hospital São Vicente de Paulo. Após, o autor, Vereador Agildo José dos Reis, pronunciou-se e fez a entrega da moção aos oito funcionários do Hospital presentes, quando lhes foram concedida salva de palmas. Em nome dos homenageados, a enfermeira Andreyra Aparecida Alves Gomes, pronunciou-se em agradecimentos. Seguindo, atendido o parágrafo único do art. 139 do Regimento Interno, a Secretária fez a leitura da Moção nº 46, de aplausos a José Luiz de Freitas. Após, a autora, Vereadora Alinéa Cristina Lamas, pronunciou-se e fez a entrega da moção ao homenageado, quando lhe foi concedida salva de palmas. O homenageado, José Luiz de Freitas, pronunciou-se em agradecimentos. Após, foi lida a Moção nº 48, da Vereadora Alinéa Cristina Lamas, de aplausos a Isaura Lucas Bomtempo Soares. Votada, a Moção foi aprovada por unanimidade. Então, a autora, Vereadora Alinéa Cristina Lamas, pronunciou-se e fez a entrega da moção à homenageada, que estava presente, e lhe foi concedida salva de palmas. A homenageada, Isaura Lucas Bomtempo Soares, pronunciou-se em agradecimentos. Seguindo, em atendimento ao art. 41, incisos VII e XXXVII, do Regimento Interno, o sr. Presidente fez a prestação de contas da Câmara dos meses de outubro e novembro de 2011. Após, foi lida a Portaria nº 218, do Presidente da Câmara, que designa os membros da Comissão de Controle Interno Para o ano de 2012 (Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça, Alinéa Cristina Lamas e Ramon Machado de Oliveira). O Sr. Presidente submeteu a Portaria à homologação plenária, obtendo-se a aprovação unânime dos nomes indicados. Após, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 13, do Executivo, que altera o art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 010/2010, e dá outras providências. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 129, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei Complementar nº 13/2011. Votado, o Requerimento nº 129 foi aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Ambas as comissões se manifestaram favoravelmente ao

projeto. Assim, com a autorização Plenária, o Sr. Presidente colocou o Projeto de Lei Complementar nº 13 em única discussão ainda no Expediente. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei Complementar nº 13 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.485, do Executivo, que altera o disposto na Lei nº 938/96 e no seu ANEXO III e dá outras providências. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 130, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.485/2011. Votado, o Requerimento nº 130 foi aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e da Comissão de Educação, Saúde e Assistência. O Vereador Romeu Moreira Batista solicitou que, se possível, o Sr. Presidente verificasse se as professoras estão favoráveis ao projeto proposto, porque é solicitada urgência mas os vereadores querem votar de acordo com as professoras, porque elas merecem ainda muito mais. O Sr. Presidente solicitou que as professoras que estivessem de acordo com o projeto erguessem as mãos. Havendo essa manifestação, o Sr. Presidente disse achar que a maioria estava de acordo. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que isso tira a responsabilidade dos vereadores por não terem estudado mais o projeto, mesmo querendo sempre mais para as professoras e todos os funcionários; parabenizou ao Sr. Prefeito e disse que agora vota tranquilo a favor do projeto. As três comissões antes citadas se manifestaram, por todos os seus membros, favoravelmente ao projeto de lei complementar. O Vereador Jorge Luís Martins Soares apoiou as palavras do Vereador Romeu e parabenizou ao Sr. Prefeito, dizendo que fica constatada que cada situação do município vem sendo adequada; disse que se pode continuar buscando mais pela educação. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes parabenizou ao Sr. Prefeito e às professoras, no caso destas pelo trabalho que realizam com muito carinho. A Vereadora Alinéa Cristina Lamas disse que as professoras merecem muito mais, pela dedicação ao trabalho e aos filhos; disse que isso é só um começo e que existem outras áreas que receberão atenção, como a Saúde. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça parabenizou aos professores municipais pelo ensino de qualidade. O Vereador Fabrício Fernandes Costa Caiafa parabenizou aos professores e disse que tudo o que sabe começou pela educação que recebeu na Escola São José; ressaltou que as professoras merecem muito mais, pelas dificuldades encontradas no seu trabalho. O Vereador Agildo José dos Reis apoiou as palavras do Vereador Fabrício e disse que os vereadores sempre estão ao lado dos professores. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis agradeceu aos vereadores pelo apoio na urgência do projeto; parabenizou aos professores pelo trabalho e ressaltou que Rio Pomba está no *ranking* das avaliações da Educação. Com a autorização Plenária, o Sr. Presidente colocou o Projeto de Lei nº 1.485 em única discussão ainda no Expediente. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.485 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.486, do Executivo, que abre crédito especial ao orçamento de 2011 e dá outras providências. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 133, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.486/2011. Votado, o Requerimento nº 133 foi aprovado por unanimidade. Então, o Sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, da

Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e da Comissão de Educação, Saúde e Assistência. As três comissões manifestaram-se, por todos os seus membros, favoravelmente ao projeto de lei. Assim, havendo a autorização Plenária, o Sr. Presidente colocou o Projeto de Lei nº 1.486 em única discussão ainda no Expediente. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.486 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.487, do Executivo, que altera o disposto no art. 3º, da Lei Municipal nº 1.374/2011. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que não há necessidade desse projeto seguir tramitando. O Sr. Presidente solicitou a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário e, obtendo-a por unanimidade, solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Esta comissão manifestou-se, por todos os seus membros, favoravelmente ao projeto de lei. Assim, havendo a autorização Plenária, o Sr. Presidente colocou o Projeto de Lei nº 1.487 em única discussão ainda no Expediente. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.487 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 128, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, requerendo informações sobre a abertura de empresas. Votado, o Requerimento nº 128 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 131, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, requerendo informações sobre alvarás para construção. Votado, o Requerimento nº 131 foi aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 132, do Vereador Agildo José dos Reis, requerendo informações sobre os veículos escolares de 2012. O Vereador Agildo José dos Reis disse ter informação de que os carros são vistoriados na oficina do Sr. José Ângelo e que uma engenheira mecânica, Rafaela, assina os laudos e os fotografa; porém, segundo informações que tem, alguns carros que circulam não são os vistoriados e são carros velhos, colocados para rodar na zona rural; disse que, se isso estiver realmente acontecendo, trata-se de um crime e a Prefeitura está pagando por um serviço que não é de qualidade; disse que, antes de acontecer um acidente com uma criança dessas, está solicitando a informação, acreditando que isso nem é de conhecimento do Sr. Prefeito, mas é uma informação que precisa ser fiscalizada. Votado, o Requerimento nº 132 foi aprovado por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Agildo José dos Reis: 1) Indicação nº 408-2ª edição: Colocação de redutores de velocidade na Rua Francisco Clemente; 2) Indicação nº 465: Colocação de placa de perímetro urbano; b) da Vereadora Alinéa Cristina Lamas: 1) Indicação nº 464: Iluminação na Rua Diógenes Coelho Gomes; c) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 461: Coleta de entulhos; 2) Indicação nº 462: Reparo em pontes de madeira; 3) Indicação nº 463: Transporte de pacientes da fisioterapia. Encerradas as proposições, o Sr. Presidente determinou a leitura de telegrama enviado pela Sra. Maria Aparecida Ferreira Macedo, manifestando a sua impossibilidade de ter comparecido à sessão solene de homenagens realizada no dia dois de dezembro passado. O Vereador Agildo José dos Reis, autor da proposta de homenagem, sugeriu e o Plenário aprovou que a entrega da placa alusiva ao Título de Cidadania Honorária seja entregue à Sra. Maria Aparecida Ferreira Macedo através de Comissão de Vereadores, como prevê o art. 8º, § 2º, da Resolução nº 256/2006. Então, o Sr. Presidente designou para compor a referida comissão os Vereadores Agildo José dos

Reis, Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça e Romeu Moreira Batista, por sugestão do Vereador Agildo José dos Reis. Após, como determina o art. 41, XXVI, do Regimento Interno, o Sr. Presidente apresentou o relatório dos trabalhos realizados pela Câmara Municipal no ano de 2011. O Vereador Agildo José dos Reis pediu para constar que no Bairro Nossa Senhora da Rosa Mística existe infiltração no barranco que fica sobre residências, como se percebe em oito pontos por onde a água está saindo; pediu que o líder do governo, Vereador Jorge, leve ao conhecimento do Executivo para uma providência urgente. O Vereador Jorge Luís Martins Soares, na condição de líder do governo, disse que levará o assunto ao conhecimento do Sr. Prefeito; parabenizou ao servidor da Câmara, Ramon Machado de Oliveira, e às demais servidoras, mas especialmente ao servidor Ramon, pelo seu conhecimento nos assuntos da Câmara; disse que está aprendendo a ser vereador com o apoio e a assessoria desse servidor. O Sr. Presidente comentou com o Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça que, das notas de empenho de diárias do Sr. Prefeito relativas ao ano de 2009, cujas cópias o citado Vereador solicitou, algumas não foram encontradas nas pastas de despesas da Prefeitura existentes na Câmara. O Vereador Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça disse que pensará se vai requerê-las ao Executivo no próximo ano. O Sr. Presidente agradeceu pelos votos que recebeu na eleição da Presidência da Câmara e a ajuda que tem recebido para administrar a Câmara. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quarenta e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretária(o); e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

HERMANN MOSQUEIRA F. MENDONÇA

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

ROMEU MOREIRA BATISTA

GERARDO MAGELA ALVES MENEZES

AGILDO JOSÉ DOS REIS

MARIA DO CARMO VIEIRA DA SILVA GOMES

FABRÍCIO FERNANDES COSTA CAIAFA

TERMO DE ENCERRAMENTO

Neste Livro, que contém 111 (cento e onze) folhas numeradas seqüencialmente, foram lavradas as atas das sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba de 1º/01/2011 (primeiro de janeiro de dois mil e onze) até 31/12/2011 (trinta e um de dezembro de dois mil e onze).

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretária, assino com o Senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 03 de fevereiro de 2011.

VEREADORA ALINÉA CRISTINA LAMAS
Secretária

VEREADOR MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara